UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

VITOR ORQUIZA DE CARVALHO

O território da ciência da natureza em Freud

São Paulo
2018

VITOR ORQUIZA DE CARVALHO

O território da ciência da natureza em Freud

Versão Original

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia
Experimental

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho
Junior

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Orquiza de Carvalho, Vitor

O território da ciência da natureza em Freud / Vitor Orquiza de Carvalho;
orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2018.

143 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. FREUD, SIGMUND, 1856-1939. 2. PSICANÁLISE. 3. METAPSICOLOGIA.
4. NATURALISMO. 5. FILOSOFIA DA CIÊNCIA. I. Coelho Junior, Nelson
Ernesto, orient. II. Título.

Nome: Vitor Orquiza de Carvalho

Título: O território da ciência da natureza em Freud

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Psicologia.

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Dedico esta pesquisa à memória daquelas pessoas queridas
que perdi ao longo desse doutorado: a minha avó, Antonia
Louvêrcio Orquiza; o meu tio, Fernando Orquiza; a minha
tia, Nadia Alves Orquiza; o meu tio, Tadeu Pacheco de
Carvalho; e a minha amiga, Mariane Zanella Ferreira.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor doutor Nelson Ernesto Coelho Junior, muito obrigado por me oferecer toda a condição de trabalho, por meio de um tipo de orientação que considero exemplar em todos os sentidos. Dentre eles, sou muito grato pelo seu ensinamento contínuo de que prazer e rigor podem caminhar juntos. E sou igualmente grato pelo lugar que me ofereceu em um grupo de orientação de que tanto gosto e valorizo.

Ao professor doutor Helio Honda, que, além das valiosas lições oferecidas na qualificação, dispôs-se a discutir minhas hipóteses com paciência e sabedoria. Agradeço a ele também por me ensinar que as cidades no caminho são tão importantes quanto a chegada a Santiago.

Ao professor doutor Richard Theisen Simanke, pela apreciação criteriosa quando da qualificação e pelas importantes indicações de leituras. Também sou imensamente grato por sua produção e exposição de problemas e argumentos que gosto muito de pesquisar.

Ao professor doutor Osvaldo Frota Pessoa Junior, pela gentileza e atenção ao discutir as minhas ideias; e também por ter me oferecido um lugar em um grupo muito interessante e receptivo (*PamprotoMens*).

À professora doutora Ana Maria Loffredo deixo expressa a minha enorme gratidão pela leitura e disponibilidade para a participação da banca de doutoramento.

Aos meus queridos amigos do grupo de orientação: José Henrique Palumbo, Eugênio Dal Molin, Marcio Robert, Márcio Bandeira, Marina Bialer, Katia Cherix, Thiago Abrantes, Fabio Vargas, Fabio Brinholi, Bruna Zerbinatti e Gisele de Moraes. Com eles, as sextas-feiras dos últimos quatro anos foram preenchidas por muito aprendizado e alegria.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), cujo apoio financeiro e institucional foi determinante para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos aqueles que fazem do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo um lugar de excelência para aprender e realizar pesquisas.

Aos meus alunos e a todos que me receberam com muito acolhimento na Fundação Getúlio Vargas EAESP. Em especial, aos meus queridos amigos professores: José Henrique Bortoluci, Márcio José de Macedo, Marcelo Pinheiro, Isleide Fontenelle,

Guilherme Casarões, Rosa Maria Vieira, Débora de Moraes, Miqueli Michetti, Daniel Andrade, Silvia Viana e Marcelo Ferretti.

A todos aqueles que gosto muito de chamar de amigos, em especial: Mateus Duarte, Gabriel Dalzotto, Caio Orquiza, Douglas de Carvalho, Renan Vieira, Julio Ghiotto, Marcos Shiozaki, Jairo Gomes, Leonardo Camargo e Johnni Toshio.

A Roberto Yoiti Tanaka Tongu e a Sérgio Lemos de Magalhães, pela proximidade e lealdade sem restrições.

A Ika Semiguem, minha sogra querida, que muito me ensina sobre espiritualidade e afetividade.

A minha irmã Olívia Orquiza de Carvalho Zara e a seu marido Gabriel Zara, casal muito querido que me oferece lições diversas sobre coragem, alegria e união. O reflexo disso é a presença revigoradora que encontro em meu lindo sobrinho, Lorenzo de Carvalho Zara.

A meu irmão Daniel Orquiza de Carvalho e a sua querida esposa Juliana Schianti, por me oferecem todo o suporte nessa cidade incrível que é São Paulo. E principalmente por me proporcionarem um sem número de exemplos sobre generosidade e cuidado com o outro.

A meus pais, Washington Luiz Pacheco de Carvalho e Lizete Maria Orquiza de Carvalho, pelo fornecimento de suporte, enigmas e amor; e pelo ensinamento constante de que devemos lutar por um ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil.

Por fim, a maior expressão de gratidão deve ser dirigida ao grande amor da minha vida, Ivy Semiguem. É que ela está comigo durante todo o meu trabalho real, sempre me mostrando aquilo que há de mais agradável na vida.

Quem tem alma não tem calma

Fernando Pessoa

Psychology seems to be losing its mind!

Autor desconhecido – citado por Linda Brakel

RESUMO

CARVALHO, Vitor Orquiza de. **O território da ciência da natureza em Freud**. 2018, 143 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Ao longo de toda sua obra, Freud não abandona a proposta de que a psicanálise é uma ciência da natureza. Com isso, além de gerar um extenso debate sobre a legitimidade dessa proposta, ele evidencia que o horizonte filosófico mais condizente com suas hipóteses é o naturalismo. Certas ressonâncias desse horizonte aparecem em argumentos de teor epistemológico, metodológico e ontológico, revelando que o aparelho psíquico por ele formulado não pretende exceder o território dos fenômenos naturais e de caráter empirista. O objetivo principal desta pesquisa é investigar esses argumentos para oferecer uma compreensão sobre a concepção freudiana de ciências da natureza e o que ela pode oferecer em termos de sua versão de naturalismo. Para tanto, tomamos o critério elaborado por determinadas filosofias contemporâneas que dividem o naturalismo em um componente metodológico e outro ontológico. Critério este que permite levantar a hipótese de que, sem desconsiderar o naturalismo metodológico, Freud não pode renunciar ao naturalismo ontológico. Ele precisa se comprometer com a hipótese metafísica de que todos os fenômenos são naturais, e a razão para isso encontra-se em outra caracterização que atribuímos à sua atitude epistemológica: a de ser *fenômeno-orientado*. Entre permanecer em concordância com teorias científicas predominantes ou se deixar guiar por aquilo que legitima como fenômeno, Freud escolhe sempre a segunda opção. Essa atitude implica a necessidade de expressar quais devem ser os modos de naturalização apropriados para fenômenos que não condizem com o modelo oferecido por outras ciências da natureza. A pesquisa busca então circunscrever três momentos decisivos da obra freudiana que nos permitem discutir e analisar esses modos de naturalização. Esses momentos agrupam conceitos e concepções concentradas principalmente nos textos *Projeto para uma psicologia* (1895), *A interpretação dos sonhos* (1900), *Três ensaios sobre a teoria sexual* (1905) e *Pulsões e destinos das pulsões* (1915). Por meio de um estudo sobre temas diversos relacionados à natureza do conhecimento científico, decorre de nossa análise a proposta de que um *compromisso ontológico* se manifesta em todas as concepções de mente que Freud elabora. Presente, inclusive, desde *Sobre a concepção das afasias* (1891), este compromisso faz que os

termos ontológicos dos fenômenos psíquicos sejam mais bem compreendidos com base no que Freud designa como *processo*. Ao final, sugerimos que, por causa do estabelecimento desse compromisso, torna-se possível compreender a metapsicologia freudiana por meio de um caráter de indispensabilidade.

Palavras-chave: Sigmund Freud (1856-1939). Psicanálise. Metapsicologia. Naturalismo. Filosofia da Psicanálise.

ABSTRACT

CARVALHO, Vitor Orquiza de. **The territory of natural sciences in Freud**. 2018, 143 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Throughout his work, Freud never abandons the proposal that Psychoanalysis is a Natural science. As a result, in addition to generating an extensive debate on the legitimacy of this proposal, he shows that the philosophical horizon best suitable to his hypothesis is naturalism. Certain resonances of this horizon appear in arguments of epistemological, methodological and ontological content, revealing that the psychic apparatus formulated by Freud does not intend to surpass the territory of natural phenomena and of empiricist character. The main objective of this research is to investigate these arguments to provide an understanding about the Freudian conception of Natural sciences and what it can offer in terms of his version of naturalism. To this end, we borrow the criteria elaborated by certain contemporary philosophers that divide naturalism into one methodological and other ontological component. This criterion allows us to present the hypothesis that, without disregarding the methodological naturalism, Freud cannot renounce the ontological naturalism. He needs to commit to the metaphysical hypothesis that all phenomena are natural, and the reason for this lies in another characterization that we attribute to his epistemological attitude: the fact of being *phenomenon-oriented*. Between remaining in accordance with prevailing scientific theories or allowing himself to be guided by what he legitimizes as phenomenon, Freud always chooses the second option. This attitude implies the need to express which should be the appropriate naturalization modes for phenomena that do not match with the model offered by other natural sciences. Thus, this research aims to circumscribe three decisive moments of the Freudian work that allow us to discuss and analyze these modes of naturalization. These moments bring together concepts and conceptions concentrated mainly in the texts *Project for a Scientific Psychology* (1895), *The Interpretation of Dreams* (1900), *Three Essays on the Theory of Sexuality* (1905) and *Instincts and their Vicissitudes* (1915). Based on a study on several themes related to the nature of the scientific knowledge, the proposal that a *ontological commitment* is manifested in every conceptions of mind that Freud elaborates results from our analysis. Being present since *On Aphasia* (1891), this commitment causes the ontological terms of psychic phenomena to be better understood, based on what Freud

names as *process*. In the end, we suggest that, because of the establishment of this commitment, it is possible to understand the Freudian metapsychology through a character of indispensability.

Keywords: Sigmund Freud (1856-1939); Psychoanalysis; Metapsychology; Naturalism; Philosophy of Psychoanalysis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O debate sobre a cientificidade da psicanálise.....	13
1.2 Naturalismo e concepção de natureza	18
1.3 A extensão do naturalismo freudiano	25
1.4 Naturalismo ontológico e metodológico	31
1.5 Método e abordagem	38
 2 A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA EM A <i>INTERPRETAÇÃO</i>	
<i>DOS SONHOS</i> (1900)	41
2.1 A primazia do fenômeno	41
2.2 O dilema e o campo comum.....	46
2.3 A dupla tarefa	55
2.4 A frequência epistemológica	60
 3 A SEXUALIDADE E A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA.....	71
3.1 Sexualidade explorada	72
3.2 Sexualidade inexplorada?	82
3.3 Sexualidade naturalizada.....	90
 4 O <i>TRIEB</i> E A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA.....	94
4. 1 “Material empírico”	96
4.2 Fenômenos inobserváveis.....	104
4.3 Coordenadas temporais	112
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
 REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

1.1 O DEBATE SOBRE A CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE

O debate sobre a cientificidade da psicanálise pode ser pivô de uma fecunda contribuição. Valendo-se dele, o psicanalista se depara com a demanda de um trabalho de clareza sobre sua maneira de produzir conhecimento, provocando uma tensão direcionada a evitar, por exemplo, os riscos de “insularidade”^{1,2}. No seu conjunto, o desafio da psicanálise se torna então receber essas avaliações, externas ou internas, procurando repensar sua identidade epistemológica ao passo que pode aprimorar sua arquitetura conceitual sem corromper suas qualidades teórico-metodológicas.

Um exame da literatura atual sobre esse debate pode revelar que isso não tem se consolidado desse modo (Mills, 2015; Luyten, 2015; Appelbaum, 2011; Wallerstein, 2009; Dauphin, 2008; Schülein, 2007; Cohler; Galatzer-Levy, 2007; Bornstein, 2001). Críticas externas ainda apontam, por exemplo, a falta de interesse por parte dos psicanalistas em ocuparem-se de questões de verificação empírica essenciais a uma suposta “verdadeira ciência”³. Do outro lado, defensores internos prosseguem argumentando que a psicanálise perde de antemão a causa no tribunal da ciência porque, além da dificuldade de se falar em nome de “uma” psicanálise, ela é incompatível com a ideologia científica dominante⁴. Enquanto isso, o seu lugar no campo do saber parece permanecer desconhecido, aparentemente correspondendo à constatação de Gori (1998) quando a nomeia de um “caso limite da ciência” (p. 116).

---

¹ Este é o termo que Bornstein (2001) utiliza em sua crítica para sugerir que o fim da psicanálise está próximo caso os psicanalistas não abram diálogos com os demais campos da ciência: “Não chega a ser um pecado interagir a maior parte do tempo com colegas que pensam do mesmo modo [*like-minded*], mas se se interage com esses colegas o tempo todo, então o que deveria aparecer na superfície como discussões abertas e debates acadêmicos, torna-se, no final, apresentações públicas autocongratulatórias que servem para reificar o seu *status quo*” (p. 8).

² Todas as citações desta pesquisa que são retiradas de textos de idioma estrangeiro são de tradução e responsabilidade nossa.

³ Luyten (2015) defende essa ideia em seu artigo “Unholy questions about five central tenets of psychoanalysis that need to be empirically verified”. Diz ele: “[Este artigo] foi escrito com o maior respeito à tradição psicanalítica e, ao mesmo tempo, dentro do espírito da “verdadeira ciência” – isto é, com a crença de que a psicanálise, como qualquer outra disciplina científica, não deveria se coibir de perguntar as perguntas difíceis [...]. Como uma prática clínica, a psicanálise é precisamente sobre perguntar as perguntas difíceis, então, como ciência, não há razão para ela não fazer isso” (p. 5).

⁴ Em uma resposta ao artigo de Luyten (2015), Mills (2015) escreve: “Embora a psicanálise, como uma disciplina, tenha muito a ganhar se validar empiricamente suas premissas teóricas e procedimentos técnicos, ela se mantém na necessidade de um quadro coerente de explicação filosófica que lhe permita resistir aos compromissos ontológicos reducionistas expostos pela ciência contemporânea” (p. 42).

Apesar de não buscar uma inserção direta nesse debate, esta tese não deixa de remeter ao problema da cientificidade da psicanálise. Diferentemente de procurar por compatibilidades e incompatibilidades entre dado conceito de ciência e o saber psicanalítico, a proposta aqui é retomar o ponto inaugural do debate e dali partir por meio de uma abordagem interna. Trata-se de um recuo estratégico, que visa explorar a concepção de ciências da natureza de Freud sob a conjectura de que ela não se encerra em suas manifestações mais evidentes, podendo revelar aspectos importantes da identidade epistemológica da psicanálise. De tal modo que, para colocar em forma de questionamento, a tese procura defrontar as seguintes provocações de Macmillan (1991): “Contra a alegação de que a psicanálise não é uma ciência da natureza o que devemos fazer com a crença de Freud de que ela é? Freud estava massivamente autoiludido ou ele simplesmente não entendeu a natureza do trabalho de sua vida?” (p. 578).

De fato, Freud afirma que a psicanálise é uma ciência da natureza ao longo de toda sua obra. Ao que tudo indica, para ele esse não seria um assunto de debate, visto que não haveria lugar para outro tipo de ciência, como as ciências do espírito⁵. O interessante é que essa intransigência em relação à identidade epistemológica da psicanálise ocorre paralelamente a um contexto marcado pela exigência de construção de muros demarcatórios para a ciência. Por exemplo, sentenças normativas procedem do positivismo lógico na medida em que seus membros procuram renovar o empirismo com a eliminação última da metafísica, o que poderia ocorrer a partir de concepções das ciências formais, apostando-se na lógica e na testabilidade verificacionista⁶. Neste cenário, a única psicologia cabível é aquela traduzida para a linguagem do fisicalismo⁷. Ao mesmo tempo, para mencionar um exemplo do outro lado do muro, nos domínios da filosofia, Husserl ataca tanto o psicologismo, com a sua proposta de retirar as características apriorística e apodítica da lógica, quanto o modo como o naturalismo extrai o homem de seu ambiente por considerar que o campo fenomenológico pode ser reduzido à causalidade encontrada em uma certa ideia de natureza⁸. Quer dizer, Freud persegue estreitamente o rótulo de ciências da natureza em um contexto no qual não faltam argumentos para não o fazer.

---

⁵ Cf. Simanke (2009, p. 222-225).

⁶ Cf. Ayer (1965, p. 15-22).

⁷ Cf. Carnap (1965, p. 171-203).

⁸ De acordo com Coelho Jr. (2002), Husserl defende que “A tendência do psicologismo, como de todo naturalismo, é homogeneizar as realidades do sujeito e do objeto, afirmando que tudo é natureza” (p. 2).

No que se refere às perguntas de Macmillan (1991), portanto, compreendemos que elas têm sido exploradas focando-se principalmente em dois aspectos. No primeiro, por trás de sua intransigência, percebe-se sobretudo uma busca de Freud por reconhecimento político-sociológico para a psicanálise. Nesta visão, seus argumentos são forjados para que ela possa usufruir da franquia da ciência, de tal maneira que certo tom panfletário perpassa suas manifestações sobre cientificidade para encobrir possíveis inconsistências epistemológicas. É como se ele estivesse mesmo “massivamente autoiludido”, já que, ao identificar o risco de extinção caso fosse qualificado do contrário, *i.e.*, de discurso com substrato sobrenatural (seja religioso ou filosófico), Freud é levado a registrar a psicanálise como ciência da natureza por meio de uma estratégia argumentativa do “custe o que custar”.

Mesmo que não coloque nesses termos, Habermas (1982) parece representar um exemplo dos que abrigam esse aspecto em sua avaliação. Ele de fato reconhece a psicanálise “como o único exemplo disponível de uma ciência que reivindica metodicamente o exercício autorreflexivo” (p. 234), mas compreende que Freud não consegue levar a cabo o potencial de seu projeto epistemológico ao cometer um “autoequivoco” na medida em que procura se alinhar às crenças do positivismo: “Preso desde o início ao mal-entendido cientificista, Freud sucumbe a um objetivismo que retorna, sem qualquer mediação, do estágio da autorreflexão ao positivismo da época, à moda de Mach, e assume, por isso mesmo, uma forma particularmente áspera” (p. 267).

Já o outro aspecto explorado se refere exclusivamente à apuração da validade epistemológica dos argumentos freudianos. Neste caso não se trata de ressaltar os interesses político-sociológicos de Freud por trás de sua intransigência, mas de “fiscalizar” suas conjecturas na “alfândega” da ciência, o que significa examinar a correspondência de seus postulados teóricos e empíricos com critérios preestabelecidos. Nesse tipo de avaliação, identificações de incoerências surgem de discursos variados: seja apontando como Freud falha em transformar a metafísica em metapsicologia⁹, seja identificando como a psicanálise é uma pseudociência porque não apresenta conjecturas passíveis de falsificação¹⁰, ou seja, evidenciando as fragilidades que subjazem à proposta freudiana de atender os ditames de evidências empíricas que se adota na ciência pautada no método hipotético-dedutivo por meio de evidências clínicas¹¹. A sentença costuma ser

---

⁹ Cf. Wittgenstein (1982, p. 9-10).

¹⁰ Cf. Popper (2002, p. 34).

¹¹ Cf. Grünbaum (1984, p. 127-176).

de que certa “ingenuidade epistemológica” serve de base para os desígnios freudianos de fazer ciências da natureza, como se, retomando Macmillan (1991), ele não estivesse ciente sobre “a natureza do trabalho de sua vida”.

Esses dois aspectos nem sempre aparecem dissociados, entrecruzando-se em determinados comentários. De qualquer modo, entendemos que é possível identificar uma estratégia comum de avaliação: tanto na perspectiva que avalia o aspecto político-sociológico, quanto na que fiscaliza seu acesso epistemológico, procura-se levar a Freud um conceito externo de ciência. Habermas critica Freud porque observa nele uma tentativa de se alinhar ao prestígio do conceito de ciência do positivismo, enquanto Popper propõe que Freud não se encaixa em *seu* critério de demarcação porque este é pautado nos triunfos históricos de uma determinada característica da lógica, *modus tollens*¹², que funciona adequadamente no modelo da física. Mesmo que possa haver fecundidade nessa tarefa, como mencionamos no início dessa introdução, ela tem fracassado em estabelecer um diálogo entre a psicanálise e o restante do *corpus* da ciência, fortalecendo a suspeita de que isso ocorre porque esse tipo de avaliação externa não se permite conhecer a articulação interna do discurso avaliado, já que além de dificultar a reflexão acerca de sua cientificidade, o expõe também ao risco de “deformação”, como aponta Monzani (1991) quando fala sobre leituras externas da obra freudiana:

[...] essas leituras de Freud (e tomamos apenas aquelas que reputamos mais sérias) redundaram em fracassos sucessivos. Qual a razão disso? Por que leituras tão díspares como as de Pribram e Ricoeur, por exemplo, que partem de pontos de vista tão diferentes, acabam caindo no mesmo erro: deformar sistematicamente o pensamento de Freud? A razão não está tão longe quanto poderíamos pensar. Se observarmos bem, há um ponto em comum que liga todas essas leituras: a tentativa obstinada de ler um discurso através de redes significativas e de critérios que são estranhos a esse próprio discurso. Quer a leitura seja “materialista”, “fenomenológica”, “existencial” etc., o que se fez sempre foi aplicar ou tentar aplicar os esquemas de um sistema filosófico alheio ao discurso em questão. E a consequência foi sempre a mesma: a deformação regular desse discurso. (p. 126)

Neste prisma, refletindo particularmente sobre as leituras que procuram entender a cientificidade da psicanálise, pode-se dizer que suas “redes significativas” e “critérios” externos tendem a partilhar uma maneira própria de “deformação” do discurso freudiano. Isso porque a tática de tomar um conceito fechado de ciência como modelo para avaliá-lo oculta a inferência de que tal modelo é, em última instância, hipotético. Por maior objetividade que se busque, antes de todas as definições, a ciência configura-se por meio

---

¹² Se A, então B. B é falso. Logo A é falso.

de conceitos e argumentos. É por isso que invariavelmente dado entendimento sobre a ciência apresenta compromisso com determinada visão filosófica, *i.e.*, com a trama do discurso do qual aquele conceito se derivou, de modo que possibilidades de variar as ontologias, metodologias e epistemologias dos discursos resultam em possibilidades de se variar os entendimentos para dada concepção de ciência. Por mais triviais que pareçam essas colocações, fato é que elas só encontram ressonância em determinadas filosofias da ciência contemporâneas, nas quais a extensão de significados que se pode atribuir à ciência abre tanto portas para estudos históricos sobre esse saber¹³ como para os valores éticos e políticos que podem influenciá-lo, demandando, como sugere Lakatos (1978), que os filósofos levantem de suas poltronas¹⁴.

Leituras dessa ordem permitem o entendimento de que um conceito de ciência se estabelece de modo complexo, diante de diversas influências, o que faz do tema algo difícil de ser afunilado e impossível de ser reduzido a proposições inflexíveis e deterministas, de tal modo que entender como dado conceito foi demarcado também parece uma tarefa quase que impraticável, pois, por mais fôlego que tenha uma pesquisa que visa conhecê-lo, certamente algumas de suas particularidades são deixadas de fora. Então, o que parece restar para a busca de compreender certa cientificidade, como é do interesse desta tese, é encontrar um modo de trabalhar o contexto e o texto do discurso que levou a dada demarcação tentando se embaraçar o quanto menos no entrecruzamento de suas influências e sabendo que o campo a ser explorado pode ser instável¹⁵. No contrário, concordamos com Gori (1998) sobre a possível origem do repetido “veredicto de não-cientificidade da psicanálise”:

---

¹³ Cf. Kuhn (1994, p. 19-28).

¹⁴ De acordo com Lakatos (1978): “O problema da demarcação das fronteiras entre ciência e pseudociência tem sérias implicações também para a institucionalização da crítica. A teoria de Copérnico foi proibida pela Igreja católica em 1616 por ser considerada pseudocientífica. Em 1820, foi retirada do Índice, porque àquela altura a Igreja acreditou que os fatos a haviam comprovado e, portanto, ela se tornara científica. O Comitê Central do Partido Comunista Soviético, em 1949, declarou pseudocientífica a genética mendeliana e matou os que a defendiam em campos de concentração, como aconteceu com o acadêmico Vavilov (depois do assassinato de Vavilov, a genética mendeliana foi reabilitada). Contudo, manteve-se o direito de o partido decidir o que é científico e publicável e o que é pseudocientífico e passível de punição. O novo *establishment* liberal do Ocidente também exerce o direito de negar a liberdade da palavra àquilo que é considerado pseudocientífico, como já se viu na discussão a respeito de raça e inteligência. Todos esses julgamentos inevitavelmente baseavam-se em alguma espécie de critério de demarcação. Esta é a razão pela qual o problema dos limites entre ciência e pseudociência não é um pseudoproblema de filósofos de poltrona: ele tem sérias implicações éticas e políticas” (p. 13).

¹⁵ Tal alerta vem de Lebrun (2006), quando diz: “As ciências são configurações móveis; suas fronteiras são instáveis. A própria expressão, ‘uma ciência’, não tem equivalente em todas as línguas. Como traduzi-la em grego antigo? Os gregos sabiam o que é uma investigação (*historía*), o que é a contemplação (*theoría*), o que é o conhecimento (*epistémē*), mas nenhum desses termos possui o campo semântico da expressão ‘uma ciência’...” (p. 130).

A questão da psicanálise enquanto ciência implica necessariamente no exame do conceito de ciência e na revisão dos modelos tradicionais de racionalidade científica. De fato, o conceito de ciência, como qualquer outro conceito, deve ser dialetizado. [...]. Sem o que, o conceito de ciência se reduziria aos preconceitos e crenças herdadas dos métodos e doutrinas obsoletas do século XIX. Reduzir a polissemia do termo ciência à sua única significação tradicional, calcada no modelo da biologia e física clássicas ou estatísticas, conduziria a um veredicto de não-cientificidade da psicanálise. (p. 110)

1.2 NATURALISMO E CONCEPÇÃO DE NATUREZA

Sob esse ponto de vista, que busca tanto ressaltar a importância de uma abordagem interna quanto abrir-se à investigação acerca do alcance de uma determinada concepção de ciência, a pergunta central desta tese é a seguinte: o que Freud quer dizer quando afirma que a psicanálise é uma ciência da natureza? Mais especificamente: qual é a sua concepção de ciência da natureza?

Ocorre que a afirmação de que a psicanálise é uma ciência da natureza compromete Freud a certas complicações teóricas, sobretudo porque ela implica o entendimento de que os fenômenos que a psicanálise estuda devem ser ontologicamente concebidos como fazendo parte de um conjunto chamado de natureza. *Trieb*, inconsciente, sexualidade e outros conceitos que aparecem na metapsicologia freudiana devem ser de tal ordem que, de alguma maneira, correspondam à dimensão desse conjunto. Sejam esses conceitos interpretados como ficções heurísticas sobre uma realidade inapreensível ou pensados como inferências sobre uma realidade possível, há por trás desse compromisso freudiano uma concepção de natureza, e seu alcance deve corresponder às propriedades últimas da ontologia desses conceitos. As complicações surgem, portanto, à medida que precisa haver conteúdo e certa coerência lógica nessa correspondência¹⁶.

---

¹⁶ Concordamos com Collingwood (1986) quando diz que a relação entre uma concepção de natureza e de ciência da natureza não se estabelece *a priori*: “Dizer que a pormenorizada ciência da natureza é ‘baseada’ na concepção de natureza não implica que a ideia de natureza em geral – a ideia de natureza como um todo – seja estabelecida *a priori*, abstraída de qualquer estudo pormenorizado do fato natural, nem que, quando esta ideia abstrata de natureza esteja formada, deva avançar sem hesitar, erguendo-se sobre ela uma superestrutura de ciência natural pormenorizada. O que aquela relação implica não é uma relação cronológica, mas uma relação lógica” (p. 7).

Tendo em mente que complicações desse tipo não dizem respeito apenas a Freud, um ramo específico da pesquisa filosófica pode se tornar aliado para tratar do assunto ou ao menos para lançar luz em seus problemas. De modo geral, ao entendimento de que todos os entes estão contidos em um conjunto chamado de natureza, esse ramo da filosofia o chama de naturalismo. O argumento principal desta visão é que, como não existe tal coisa como um fenômeno sobrenatural ou que pelo menos não seria possível estudar esse tipo de fenômeno, o método empírico da ciência, continuamente corrigido, é conjecturado como a melhor forma para decifrar fenômenos que de fato são reconhecidos como naturais. Até aí, tudo certo: a ciência da natureza é então aquela que estuda os fenômenos naturais e ela faz isso dentro do espectro do naturalismo. Porém, não havendo apenas um modo de conceber a natureza¹⁷ nem mesmo uma única maneira de dizer que um fenômeno é natural, o naturalismo também se depara com diversas variações acerca de sua concepção. De tal modo que a definição a partir do negativo do sobrenatural não é suficiente para delimitá-lo.

Os filósofos então partem para encontrar suas maneiras particulares de definição. De modo semelhante ao que ocorre em boa parte da filosofia da ciência, um dos métodos que adquire respaldo para realizar essa tarefa é tomar os modelos de conhecimento que historicamente obtiveram sucesso empírico para retirar destes as concepções que melhor podem embasar uma concepção de natureza. Principalmente durante os últimos dois séculos, é às conquistas da ciência que os filósofos recorrem para solucionar vários de seus problemas acerca do naturalismo. No entanto, lembrando que a própria ciência costuma não descartar o princípio do *falibilismo* – o princípio de que o homem pode estar errado em suas crenças e de que estas devem permanecer sob dúvida –, até mesmo essas concepções pautadas em modelos vitoriosos da ciência sofrem abalos consecutivos que as colocam em xeque, abrindo espaço para o surgimento de diversos outros “ismos” dentro do naturalismo. Para um breve exemplo, o modo que o materialismo, conhecido tipo de naturalismo, encontra-se com certas limitações pode convir inclusive para indicar que uma concepção de natureza é o que torna vulnerável e ao mesmo tempo determina uma concepção de naturalismo.

---

¹⁷ Stroud (2004) chega a dizer que: “A ideia de ‘natureza’, ou de objetos e relações “naturais”, ou mesmo modos de investigação ‘naturalista’, tem sido aplicada de maneira mais abrangente, nos mais diferentes lugares e épocas, e pelas mais diferentes razões, que provavelmente qualquer outra noção em toda a história do pensamento humano. A virada naturalística mais remota de que tenho notícia ocorreu no século V a.C., e elas têm acontecido desde então” (p. 224).

Originalmente o materialismo compreende que não existe a possibilidade de um fenômeno apresentar uma ontologia diferente da matéria, sendo que esta tem uma existência objetiva e independente, e as suas moções e relações podem ser investigadas pela ciência, cujo desafio se torna encontrar suas leis e propriedades. À procura de compreender os contornos desse monismo, já que natureza equivale à matéria, o materialista recorre à ciência da matéria. Todavia, é sabido que de Demócrito, no século V a.C., com uma concepção de átomo indestrutível e indivisível, a Dalton, no século XVII, com uma concepção de que esses átomos se diversificam de acordo com sua massa, a teoria atômica sofre inúmeras modificações¹⁸.

Com Dalton abrindo um novo horizonte, não demora para que o materialismo seja, como diz Collingwood (1986), “finalmente destruído pela teoria da matéria que nasceu em fins do século XIX” (p. 116), algo que ocorre à medida que Thomson abre o universo subatômico com a comprovação de que raios catódicos consistem de partículas negativamente carregadas, chamadas de elétrons. Partículas que, nas primeiras décadas do século XX, promovem uma guinada decisiva no paradigma da física, uma vez que a nova física, a partir de um modelo atômico mais sofisticado, como é o de Rutherford, revela que a antiga teoria da matéria “está errada em quase todos os aspectos: a “matéria” da física moderna não é sólida, ou inerte, ou impenetrável, ou conservada, e ela interage não deterministicamente e, possivelmente, por vezes, à distância (Crane; Mellor, 1990, p. 186). Quando chega então a mecânica quântica, as partículas materiais, já reduzidas aos elétrons, perdem inclusive a garantia de suas características espaço temporais, na medida em que essa teoria propõe que “aquilo que pode ter parecido como as mais fundamentais ocupantes do espaço, as partículas físicas, na verdade, a partir de algumas perspectivas, nem partículas são, mas ondas, que de modo algum são ocupadoras de espaço” (Dupré, 2004, p. 38). Quer dizer, em um período de poucos séculos, é justamente a ciência que vai levantar uma série de razões para que o materialismo ou redefina suas bases ou abandone seu projeto.

Ainda assim, conquanto evidenciadas as fragilidades do materialismo, boa parte da ciência não prescinde a desinência de um “ismo” de um projeto naturalista radical. Em suma, o materialismo cede lugar ao fisicalismo, que adota outra forma de monismo: “Não mais tentando limitar o assunto da física a priori, eles [os herdeiros do materialismo] agora tomam uma atitude mais subserviente: o mundo empírico, eles afirmam, contém apenas

---

¹⁸ Cf. Collingwood (1986, p. 159-174).

aquilo que uma verdadeiramente completa ciência da física diz que contém” (Crane; Mellor, 1990, p. 186). Noutras palavras, se os avanços teóricos e empíricos da física revelam as dificuldades para a redução da natureza à matéria, isso não significa que o fisicalismo descarte a confiança em um tipo de reducionismo. Neste também não há espaço para duas substâncias, tal como quisera o dualismo cartesiano com a diferenciação entre matéria e mente. Mas em vez do fisicalista dizer que é possível reduzir tudo à matéria, o seu monismo prescreve que é possível reduzir tudo ao fenômeno físico, ao objeto da física, no qual “[...] todos os entes, propriedades, relações e fatos são aqueles estudados pela física ou por outras ciências físicas” (Ibid., p. 185). À tal modificação subentende-se que, para afastar o mundo sobrenatural e definir as bases de seu naturalismo de um modo mais preciso, o fisicalismo elege um critério mais abrangente e, ao mesmo tempo, supostamente mais estável do que o do materialismo. Neste critério não apenas é entendido como natural tudo aquilo que a física pode estudar, mas também se entende que a física pode estudar tudo.

Por sua vez, essa concepção de natureza do fisicalismo não deixa de se encontrar com incertezas teóricas sobre sua definição, e o *dilema de Hempel* parece ser um exemplo instrutivo para evidenciá-las. Em um texto no qual reflete sobre a teoria da redução, Hempel (2001) diz que a todos os casos de reducionismo “concebidos como reivindicações ontológicas” subjaz, em última instância, uma “verdade trivial” (p. 196). Isso porque o determinismo neles pressuposto concebe que a propriedade reivindicada deve ser ontologicamente definida de um modo tão abrangente que possa ser contemplada a qualquer momento: “Qualquer declaração significativa do determinismo universal requer, portanto, uma limitação adequada das características que devem contar como constituindo o estado do universo em qualquer momento” (Ibid.). Com isso Hempel (2001) sugere que, para que haja um reducionismo fisicalista, suas reivindicações ontológicas sobre a propriedade física ou devem pressupor que a teoria da física atual é completa – o que não pode ser verdade, porque, nesse caso, todas as outras teorias já teriam sido reduzidas a ela –, ou trabalhar com a expectativa de que uma teoria física futura explicará tudo aquilo que um certo reducionismo prenuncia – o que é impossível de afirmar, porque essa teoria ainda não foi formulada. Consequentemente, uma concepção de fisicalismo que se propõe a conceber a natureza como contendo apenas propriedades físicas enfrenta o dilema de que sua definição de propriedade física é passível de ser modificada ao longo do tempo, o que impede uma afirmação atual de que

no mundo há apenas propriedades físicas. Numa frase, dizer que a natureza é apenas física pode ser incoerente porque não há como definir a física de modo atemporal¹⁹.

Esse dilema certamente não impede que apareçam outras versões do fisicalismo, tal como uma versão não reducionista, que pressupõe os fenômenos não como redutíveis uns aos outros, mas, por exemplo, em uma relação de superveniência²⁰. Mesmo assim, ele convém para ilustrar que o problema de se encontrar uma concepção estável de natureza pode ser uma razão para supor ou que a palavra naturalismo não tem conteúdo algum ou que, para fazer sentido, ela precisa discernir e lidar com as dificuldades de suas restrições. Isso que adverte Stroud (2004) quando diz que é preciso oferecer restrições “para dar substância à reivindicação de que uma epistemologia, ou estudo de qualquer outro aspecto do mundo, é naturalista” (p. 24), sem o que uma concepção do mundo natural pode se tornar elusiva. Porém, acrescenta o autor, são precisamente essas restrições que podem tanto “distorcer” fenômenos para que sejam apropriadamente incluídos em suas concepções de natureza, quanto excluir outros fenômenos que não se adequem aos domínios preestabelecidos dessas concepções. Seu caráter exaustivo, exemplifica Stroud (2004), faz que o fisicalismo antecipe a exclusão de fenômenos presentes na natureza, tais como os “fatos psicológicos”, ou, para incluí-los, precipite que suas naturezas são, no fundo, “fatos físicos em disfarce” (p. 27-28).

Ao avaliar esse tipo de limitação como algo que pode levar a uma posição “ridiculamente extrema”, Stroud (2004) opta por defender uma concepção de naturalismo aberto, ou de mente aberta [*“open-mindedness naturalism”*], que não precisa “sentir

---

¹⁹ Para uma explanação mais clara, vale trazer o modo como Crane e Mellor (1990) formulam esse dilema: “Aplicar o princípio [do reducionismo fisicalista] à física do presente implica que qualquer extensão futura da física não seria física: visto que, neste caso, a física, o paradigma da ciência física, já está completa. Mas ninguém acredita nisto [que ela está completa]. E se aplicarmos esse princípio a uma outra forma de física do futuro não especificada, não seremos capazes de dizer quais ciências são físicas até que saibamos quais delas que a física deve abranger – o que é exatamente o que o princípio deveria nos dizer. Usar o RIP [o princípio da redutibilidade] em alguma física do futuro para dizer o que essa física deve abranger, já que ela deveria abranger tudo o que é físico, é obviamente entrar em um círculo vicioso. Assim, o físico não pode ser definido como algo, em princípio, redutível à física, seja a do presente ou a do futuro” (p. 188).

²⁰ A ideia de superveniência pressupõe o seguinte: uma propriedade A pode ser considerada como superveniente a uma propriedade B sempre que, para haver A, é preciso haver B. Como A e B não são ontologicamente iguais, uma não pode ser redutível a outra, mas não por isso A é independente de B. No caso da relação mente-cérebro, em que essa ideia é bem explorada e serve como exemplo, infere-se que, para haver a mente, é preciso haver o cérebro. Como o cérebro pode ser explicado como propriedade física e a mente não, esta pode ser entendida como dependente do mundo físico, mas não ontologicamente. Logo, a mente é superveniente ao cérebro. Cf. Quintanilla (2013, p. 34); Kim et al. (2009, p. 589-591). Já no que diz respeito ao dilema de Hempel, entendemos que uma teoria que pressupõe a causalidade por meio da superveniência não precisa subentender que uma teoria física do futuro um dia explicará a mente, já que nessa visão ela é irredutível a qualquer física.

pressão” para fechar-se de antemão ao trabalhar com uma ideia estreita de natureza. Ciente de que tal expansão pode então extrapolar os limites das restrições necessárias para um naturalismo, ele revela desprendimento do termo: “se isso ainda for chamado de naturalismo, o termo a essa altura é pouco mais do que um slogan em uma bandeira levantada para atrair a admiração dos que concordam que não há agentes sobrenaturais trabalhando no mundo” (p. 35).

Apesar de datadas, porque abrangem também a “virada naturalista” que ocorre a partir das últimas décadas do século XX²¹, essas colocações são pertinentes para essa introdução porque permitem entender que, independentemente do contexto em que é definido, uma forma de naturalismo pode variar e se movimentar de acordo com as restrições de sua concepção de natureza. Diz Stroud (2004): “[o] que está em questão não é ser “naturalista” ou não, mas sim o que deve e o que não deve ser incluído na concepção de “natureza” de alguém. Esta é a verdadeira questão e é ela que leva a discordâncias profundas” (p. 22). De fato, pensado assim, o naturalismo pode se tornar um “slogan” dispensável, que não diz muito sem a explicitação de seu conteúdo. Por outro lado, é precisamente porque enfatiza a importância do conteúdo que essa visão permite mudar a direção do foco e compreender o naturalismo como algo com passaporte para a avaliação de sua articulação interna, *i.e.*, da correspondência entre quais contém e o modo que são abarcadas as entidades de sua concepção de natureza, isso sem o apelo a uma delimitação externa e permitindo circular uma variedade de perguntas sobre os seus compromissos²².

Levando esses apontamentos às perguntas apresentadas no início desta seção, não se trata de indicar por meio deles que Freud dispensa restrições para seu projeto de incluir a psicanálise num território científico-naturalista, como se a sua visão pudesse ser interpretada nos moldes da proposta por Stroud (2004). Trata-se de reivindicar, por assim

---

²¹ Virada esta que tem seu início na segunda metade desse século, sobretudo com o projeto de Quine de naturalizar a epistemologia. Rejeitando uma filosofia primeira, ou *a priori*, advogada pela virada linguística e que defendia o papel da filosofia como análise conceitual e análise da linguagem, Quine propõe que a filosofia não deveria se diferenciar das ciências da natureza ao apostar tanto no método científico quanto na possibilidade de que disciplinas até então em reconstrução pelo neopositivismo, como a psicologia e a sociologia, poderiam ter um papel de arbitragem no que de fato é natural. A virada ocorre então numa tentativa de implementar esse projeto de Quine, quando diversos filósofos começam a buscar modos para naturalizar o que até então se acreditava não ser possível naturalizar, como a mente, a ética, a justiça e, especialmente, o conhecimento. Cf. Stroud (2004, p. 25-27) e Kitcher (1992, p. 53-69).

²² Numa tentativa de organizá-las e exemplificá-las, entendemos que essas perguntas podem ser divididas em três aspectos de caracterização desse conteúdo. O primeiro, mais descritivo, pergunta sobre aspectos gerais: o naturalismo é teleológico? Panteísta? Pluralista? Determinista? O segundo aspecto pode se referir à avaliação de seus limites em relação a outras formas de conhecimento, como o senso comum, a religião e a filosofia. Já o terceiro aspecto pode perguntar sobre características de fundação ontológica: esse naturalismo é reducionista? Emergentista? Materialista? Fisicalista? Evolucionista? Dualista?

dizer, o uso desse passaporte para considerar e discutir os seus compromissos com esse território por meio de uma leitura dirigida pela seguinte pressuposição: as dificuldades de captar e descrever as restrições de seu naturalismo surgem porque Freud se permite trabalhar de modo *fenômeno-orientado*.

Momentos teóricos decisivos de sua obra, que serão abarcados nesta pesquisa, podem revelar que Freud se guia, antes de tudo, pelo interesse por aquilo que identifica como constituindo um campo fenomênico. Grosso modo, isso é o que ocorre quando ele se apropria da histeria e da hipnose na década de 1890; quando ele entende na virada do século que, para seguir adiante, a explicação do fenômeno onírico carece de um psiquismo distinto daquele de roupagem neurológica; quando ele legitima fenômenos que emanam da clínica para repensar o papel e a importância da sexualidade na década de 1900; e quando ele percebe que sua teoria precisa se aprimorar em termos conceituais tanto para se sofisticar na década de 1910 quanto para abrigar fenômenos atípicos até mesmo para ele no início da década seguinte, como é o caso do *Trieb* de morte.

Tudo se passa sem surgir uma dúvida sequer sobre possíveis transgressões das fronteiras científico-naturalísticas, com Freud se mostrando ajustado, mesmo que frequentemente chamado para defender a cientificidade de suas ideias. Mostrando também que, entre permanecer em concordância com outras formas de naturalismo tradicionalmente mais assentadas ou abrigar e explorar um fenômeno a elas anômalo, Freud escolhe sempre a segunda opção. O que, por sua vez, pode denotar que seu naturalismo não é *autoridade-orientado*, no sentido de que seus limites não estão prescritos por argumentos e formas de empirismo tradicional e consensualmente aceitos; não é *substância-orientado*, no sentido de que a ausência de uma substância material seja fator impeditivo para lançar luz a fenômenos²³; e, além disso, não é *futuro-limitado* pela confiança de que um dia outra ciência suprimirá tudo aquilo que a metapsicologia construiu, ainda que, esparsamente, Freud empregue argumentos de suspensão²⁴.

---

²³ Uma expressão clara sobre isso aparece, por exemplo, em “As resistências contra a psicanálise” (1925): “Se alguém conseguisse isolar e apresentar as substâncias hipotéticas pertinentes às neuroses, seu descobrimento não deveria temer objeção nenhuma por parte dos médicos. Só que provisoriamente nenhum caminho leva a isso. Por ora não temos mais remédio do que partir do quadro sintomático das neuroses, que, no caso da histeria, por exemplo, se compõe de perturbações corporais e anímicas” (p. 228-229).

²⁴ Por ora gostaríamos de chamar de “argumentos de suspensão” todos aqueles argumentos que Freud articula para suspender outras formas de explicação ao prognosticar que um dia elas conseguirão substituir a metapsicologia. De um modo ou de outro, esses argumentos aparecem desde suas cartas a Fliess (Freud apud Masson, 1986, p. 327) e reaparecem em textos como *A interpretação dos sonhos* (2001i, p. 166-67), *O interesse pela psicanálise* (2001j, p. 181), *Introdução ao narcisismo* (2001m, p. 76) e *Além do princípio do prazer* (2001n, p. 58). É interessante observar como esses argumentos nunca o impedem de seguir adiante teoricamente, o que traz a suspeita de que eles servem mais para acalmar uma comunidade focada

Fato é que se deixar guiar por fenômenos e optar por não “distorcê-los” previamente não isenta Freud de compromissos ontológicos e epistemológicos. Pelo contrário, é justamente por causa dessa característica que o modo com o qual ele dimensiona e defende o caráter natural do seu campo fenomênico é decisivo para a compreensão de sua ideia de naturalismo e, portanto, de ciências da natureza. Pode-se dizer então que as dificuldades de captar suas restrições giram em torno da seguinte pergunta: como Freud naturaliza aquilo que ele legitima como fenômeno? É isto que esta tese pergunta a seus textos e aos períodos avaliados de sua obra, a partir de uma pressuposição de leitura que, vale agora acrescentar, compreende em seu horizonte a necessidade de “sustentar um naturalismo qualificado”, tal como propõe Simanke (2009a):

A virtude epistemológica de Freud [...] parece ter sido sua disposição de permitir que a sua concepção de ciência se fosse modificando à medida que sua investigação avançava, sem prejuízo para sua convicção de que permanecia dentro das fronteiras das ciências da natureza. Em uma palavra, talvez seja possível sustentar a necessidade de um *naturalismo qualificado* – e de um *conceito qualificado de natureza* – para fazer justiça à atitude epistemológica freudiana e para captar plenamente a sua originalidade e explorar mais eficientemente os *insights* que ela tem a oferecer. (p. 233, itálicos do autor)

1.3 A EXTENSÃO DO NATURALISMO FREUDIANO

Pois bem, para haver coerência nessa ponderação de que o naturalismo de Freud é *fenômeno-orientado*, é preciso inferir que seu território tenha extensão suficiente para acomodar uma concepção de natureza que corresponda a essa característica. Parte importante de tal inferência é o reconhecimento de que, para Freud, a psicologia e o fenômeno psíquico não estão fora dos limites desse território desde o início de seu percurso profissional, na década de 1880.

Caso seu naturalismo apresentasse certas restrições nessa década, o “fator psíquico” que opera na hipnose e na histeria poderia ter sido o suficiente para que Freud se juntasse aos demais neurologistas que consideravam esse fator como algo “acientífico”, o que encontra respaldo na seguinte passagem de *Breve descrição de psicanálise* (1924): “A respeito do fator psíquico, eles [os neurologistas] não conseguiam

---

em certos valores científicos do que para limitar a metapsicologia. Inclusive, se for este o caso, é interessante observar também como esses “argumentos de suspensão” podem ser sua maneira própria de lidar com e atenuar problemas que aparecem em argumentos sobre o determinismo do tipo do dilema de Hempel anteriormente mencionado.

fazer nada, não podiam apreendê-lo, o abandonavam aos filósofos e místicos e... curandeiros, e consideravam acientífico dedicar-se a ele” (Freud, 2001c, p. 203). Inversamente, Freud se junta a outros neurologistas e médicos, como “Liébault, Bernheim, Hedenhain e Forel”, para participar da “mudança decisiva” que aspirava a recolocar esses fenômenos na “ciência médica” (Ibid., p. 204), numa adesão que já reforçava a primazia do fenômeno, antes de restrições, o que fica bem explícito quando, ainda nesse texto, Freud diz: “E o importante foi, sobretudo, que se reconheceu o caráter autêntico de tais fenômenos” (Ibid.).

A ausência dessas restrições nessa década permite então recuar ainda mais a inferência e cogitar que a extensão do naturalismo de Freud encontra suas origens antes mesmo do início de sua vida profissional, *i.e.*, quando ele se forma academicamente. O problema é que não é em um momento qualquer que Freud recebe as primeiras influências para formar sua concepção de ciências da natureza. Trata-se de um período no qual a relação entre ciência da natureza e filosofia se depara com a origem de uma separação insólita, ou, conforme Collingwood (1986), de um período em que se funda um “abismo” de consequências duradouras entre esses dois saberes:

Antes do século XIX, os mais eminentes e prestigiosos cientistas filosofaram sempre sobre sua ciência, tal como testemunham os seus escritos. E dado que consideravam a ciência natural como sua obra principal, torna-se razoável admitir que esses testemunhos abrangiam o campo da filosofia. No século XIX propagou-se a moda de separar os estudiosos da ciência natural e os filósofos em dois grupos profissionais, cada qual pouco sabendo do trabalho do outro e alimentando ainda menos simpatia por ele. É uma moda de mau-gosto, que só tem prejudicado ambas as partes, já que nelas existe o mais vivo desejo de solucionar essa situação *construindo uma ponte sobre o abismo de mal-entendidos a que deu origem*. (p. 9, *itálicos nossos*)

Inserir Freud nessa constatação e, portanto, na força de sua metáfora, talvez torne possível entender como “pontes” as leituras que procuram conectar aspectos de sua produção teórica aos valores que ele teria recebido em sua formação para conceber filosoficamente a natureza. Dessas leituras, os exemplos podem ser vários, mas uma “ponte” que promove amplo impacto teórico, e que por isso convém mencionar, é aquela que propõe preencher o espaço desse “abismo” afirmando que Freud é, antes de qualquer outra coisa, um positivista. Nesta visão, deposita-se dentro desse “abismo” sobretudo as apostas teóricas freudianas em uma concepção energética do psiquismo, assim como em pensá-lo como um aparelho mecânico. Apostas estas que, nas mãos de certos

comentadores, logo se tornam razões satisfatórias para fazer coincidir o programa epistemológico freudiano com o programa mecanicista e fisicalista do positivismo.

Além de Habermas (1982), referido na primeira seção, Hyppolite (1989) também aparece como um autor para o qual não restam dúvidas: Freud não apenas é influenciado pelo positivismo, como é esta parte de sua teoria que causa “uma surpresa e uma decepção” à medida que “[há] um contraste evidente entre a linguagem positivista de Freud (a topologia do ego, do id, do superego, por exemplo) e o caráter de pesquisa e da descoberta” (p. 35). Diante disso, no que seria uma proposta de restauração desse contraste, Hyppolite (1989) defende que é preciso salvar o Freud que expõe a relação entre significante e significado, aquele que mostra uma psicanálise interessada na “exploração compreensiva”, na revelação do sentido que emana do discurso (p. 39), o que, na metáfora do “abismo”, pode ser traduzido como se sua ponte fosse estabelecida para encontrar do outro lado “o bom Freud”, que, como aponta Monzani (1989) ao falar de Hyppolite, não é outro senão o “Freud exegeta”²⁵. Sob a ponte, sobra então o Freud cuja expectativa de encontrar “causalidade física” nos fenômenos psíquicos é dispensável para o caminho de “exploração concreta das existências humanas” (Hyppolite, 1989, p. 39).

Toda essa distinção não é baseada em uma analogia externa, que não se refira ao período de constituição do naturalismo de Freud, uma vez que é precisamente aí que Hyppolite identifica a origem de seu positivismo, condensado nas sugestões de que Freud praticaria uma filosofia da natureza ao estilo daquela do século XVIII, *i.e.*, da corrente do idealismo alemão na qual seus defensores, como Goethe, Fichte, Hegel e Schelling, partilham uma leitura crítica de Kant e propõem compreender a natureza em sua totalidade por meio de métodos especulativos²⁶. Em qualquer caso, positivismo ou filosofia da natureza, Freud teria encontrado nesses fundamentos as razões para naturalizar o espírito de um modo que, diga-se de passagem, Hyppolite (1959a) expressa recorrendo também à imagem de um abismo: “A visão de mundo de Freud é, de início, claramente a visão de um filósofo da natureza, que faz o espírito surgir do abismo natural” (p. 84).

²⁵ Diz Monzani (1989): “Ora, a orientação de Hyppolite não deixa muitas margens a dúvidas, e sua interpretação caminha, nitidamente, através de uma escolha: o bom Freud é o Freud exegeta” (p. 73).

²⁶ É pertinente observar que o próprio Freud recusa o papel da filosofia da natureza nas ciências naturais quando em “Tratamento psíquico (tratamento da alma)” (1889), argumenta que a medicina ainda não havia compreendido o valor das palavras porque teria passado por um “período bastante infecundo em que dependia da chamada “filosofia da natureza [Naturphilosophie]” (Freud, 2001v, p. 115).

Ainda mais porque que esse tipo de “triagem” que Hyppolite propõe gera desdobramentos duradouros para a interpretação da obra freudiana²⁷, compreendemos que o conjunto da argumentação por meio da qual ele procura vedar o “abismo” parece rematar seus problemas de modo precipitado. Principalmente o problema de entender como uma concepção de ciência da natureza, tal como a de Freud, permite agendar a naturalização de fenômenos atípicos e prosseguir para além de restrições contextualmente indicadas. Não que Hyppolite afirmasse que Freud abandona seu projeto naturalista para superar possíveis restrições, já que ele não quis “trair Freud” ao reconhecer que a originalidade de sua teoria aparece na tentativa, mesmo que sem êxito, de uma “síntese” naturalística entre “representação energética” e “pesquisa do sentido”²⁸. Mas o modo como Hyppolite busca decompor essa síntese e pulverizar seu lado energético se revela como uma ponderação parcial porque desconsidera a heterogeneidade de transmissão de valores teóricos do período de formação de Freud. Valores esses que permitem a Freud conceber as ciências da natureza sem perder de vista o naturalismo, por meio de uma concepção compreensivista, e sem se apoiar numa visão estritamente reducionista do psiquismo.

Um entendimento como esse perpassa o artigo “Sobre as origens da concepção freudiana de ciências da natureza” (Carvalho; Monzani, 2015), no qual argumentamos que a diversidade de influências que Freud recebe em seu período de formação é decisiva para colocar seu naturalismo em perspectiva. A partir de dois critérios – focar apenas influências que aparecem nas palavras de Freud e apenas aquelas que consideram a psicologia como uma ciência natural –, defendemos que sua visão sobre naturalismo não se encerra no legado daquele conjunto histórico frequentemente retomado, que representa a influência positivista e conecta Freud a determinados nomes de uma tradição supostamente vitoriosa na história da ciência.

---

²⁷ Como descreve Monzani (1989), “[...] essa triagem fez escola. É preciso, de agora em diante, escolher entre o Freud hermeneuta e o Freud energetista, entre a psicanálise entendida como uma hermenêutica, uma teoria do sentido, sua produção, manifestação e deciframento, e a psicanálise como um discurso mecanicista, herdeiro da maquinaria conceitual positivista do fim do século XIX, mergulhado num energetismo que reduz o sujeito humano a um puro jogo de forças cegas. De fato, as duas linhas de interpretação do pensamento freudiano se firmaram” (p. 74).

²⁸ Para ele: “Talvez seja preciso evitar trair Freud escolhendo uma interpretação [pesquisa do sentido] e não outra [energética], pois ele próprio quis uma espécie de síntese, a qual não conseguiu atingir, e há uma originalidade nesta mistura, nesta recusa de separar uma filosofia da natureza e uma filosofia do espírito. Em Freud, vai-se sempre de uma imagem naturalista a uma compreensão, e vice-versa” (Hyppolite, 1959b, p. 90).

Com base nos trabalhos de Leader (2010) e Cranefield (1957; 1966), parte do artigo reporta como a “escola de medicina de Helmholtz”, cujo nome é atribuído por Bernfeld (1944), pode ter sido fruto de observações históricas que parecem não se sustentar em uma investigação mais apurada²⁹. De fato, Brücke, professor de Freud, e seu grupo de pesquisa, que inclui Helmholtz, Du-Bois Reymond e Ludwig, têm participação expressiva no enlace científico entre a física e a fisiologia. No entanto, se esse enlace repousa na proposta de reduzir a segunda à primeira, Cranefield (1957) argumenta que as pesquisas desse grupo – que, ao invés de escola, ele prefere chamar de “grupo de 1847” – não encontra expressividade no campo geral da fisiologia. Para ele, os avanços que essas pesquisas efetivamente proporcionam não ocorrem por conta de sua proposta reducionista, mas ao conduzir à fisiologia o método científico e certos pressupostos teóricos empregados pela física da época, algo que este grupo revela, por exemplo, ao investigar a conservação da força nas contrações musculares³⁰.

Assim, se Freud herda do “grupo de 1847” preceitos para caracterizar a natureza em um estado ontológico passível de reducionismos, a apuração histórica de Cranefield (1957; 1966) comporta o entendimento de que essa herança incorpora também os insucessos da empreitada, de um modo que fornece elementos para reavaliar a atitude de Freud ao fazer concessões e ir além das restrições que dizem respeito aos termos mais ortodoxos desse estado ontológico, ou seja, os termos de seu compromisso com o mecanicismo e materialismo que aparentemente compõem o cerne dos pressupostos daquele grupo. Como procuramos argumentar na próxima seção, uma atitude como esta reflete na troca dos operadores conceituais neurológicos do *Projeto para uma psicologia* (1895)³¹ para os de ordem representacional que aparecem no Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* (1900)³². Como deste texto em diante Freud adota a linguagem representacional, desponta certa receptibilidade para explorar o “âmago da natureza” por um viés diferente daquele que o *Projeto...* mostrava ser impraticável:

A psicologia é mesmo uma cruz. Jogar boliche ou catar cogumelos pelo menos são passatempos muito mais saudáveis. Tudo o que eu estava tentando fazer [no *Projeto...*] era explicar a defesa, mas experimente só tentar explicar algo que vem bem do *âmago da natureza*! Tive que abrir caminho palmo a palmo através do problema da qualidade, do sono e da memória – em suma, a

²⁹ Cf. Carvalho e Monzani (2015, p. 790-92).

³⁰ Cf. Amacher (1965, p. 14).

³¹ Daqui em diante, *Projeto...*

³² Daqui em diante, *A interpretação...*

psicologia inteira. Agora não quero mais ouvir falar nisso. (Freud apud Masson, 1986, p. 137, *itálicos nossos*)³³

Tendo em mente que na virada do século Freud volta a “falar nisso” ao persistir numa investigação sobre a “psicologia inteira”, a apuração de Cranefield (1957; 1966) permite supor que outras influências suplementam seu período de formação para viabilizar abordagens naturalísticas alternativas aos fenômenos psíquicos, essas que no artigo localizamos na presença de dois filósofos que possibilitam a Freud pensar a psicologia como uma ciência da natureza de um modo ao mesmo tempo não reducionista nem compreensivista. Trata-se de Brentano, professor de Freud, e Stuart Mill, a quem Freud faz referência na primeira vez em que menciona a representação-de-objeto em um de seus textos (Freud, 2008). Ambos, cada qual à sua maneira, propõem o caráter científico-naturalista da psicologia a partir de um campo fenomênico cujo solo não é necessariamente o materialismo.

A possibilidade de recusar esse tipo de teleologia procede da argumentação de que essa é a disciplina que tem acesso, no pensamento de Brentano, a fenômenos como as percepções internas e ao caráter de intencionalidade da representação; e, na proposta filosófica de Stuart Mill, a um tipo de associacionismo emergentista que não abandona o empirismo e que permite entender as representações como sensações apreendidas por meio da referência a um objeto que pode ser evocado posteriormente sem a sua presença³⁴. Mediante o acesso a valores teóricos dessa ordem, Freud não precisa prescindir da metodologia advinda daqueles professores ligados à física e à fisiologia, mas também tem recursos para teorizar sobre o psiquismo como um domínio irreduzível.

É certo que a revisão de influências proposta neste artigo não esgota a totalidade de valores que, retomando nosso uso da metáfora de Collingwood (1986), podem surgir do “abismo” de “mal-entendidos” que subjazem aos contornos filosóficos da concepção de ciências da natureza de Freud. Uma vez que esta concepção tem alcance para abranger campos diversos, como o da cultura e do domínio biológico, outros componentes presentes no seu período de formação, como, por exemplo, o romantismo e a teoria evolucionista, tornam-se igualmente decisivos para compreender as dimensões que Freud confere ao naturalismo. Componentes esses que, do nosso ponto de vista, reforçam ainda mais a necessidade de levar em consideração a heterogeneidade de valores do período de formação de Freud para não encerrar a história com certas imagens monolíticas, como a

³³ Carta a Fliess de 16 de agosto de 1895.

³⁴ Cf. Carvalho e Monzani (2015, p. 798-805).

do positivismo, e para compreender as razões pelas quais seu naturalismo se mostra irrestringível em momentos de integração de novos fenômenos.

1.4 NATURALISMO ONTOLÓGICO E METODOLÓGICO

Um desdobramento interessante dessa abertura do campo de influências de Freud é a possibilidade de avaliar o modo pelo qual ele defende o caráter natural do fenômeno psíquico na década de 1890, incluindo a ideia de que, para ele, a psicologia pode ser mais do que fisiologia disfarçada. É nessa década que Freud se envolve de maneira mais direta com os problemas de expressar correspondência ontológica e epistemológica entre sua concepção de natureza e os fenômenos psíquicos, enfrentando os desafios de transportar seu estatuto conceitual do cérebro à mente, dos neurônios às representações. É nessa década, portanto, que ele revela as variações de sua concepção de mente antes de desembocar naquela que de fato caracteriza a psicanálise, que encontra sua primeira configuração no Capítulo VII de *A interpretação...*

Dado que o período da obra que selecionamos para a presente pesquisa inicia em *A interpretação...*, e dada a relevância teórica da década que precede a esse livro, enxergamos a necessidade de marcar nesta seção alguns aspectos de nossa leitura sobre o modo como Freud procura naturalizar os fenômenos em determinados textos de 1890. A nosso ver, isso se torna necessário por duas razões: 1) para que na segunda seção seja possível argumentar que, embora a concepção de mente que aparece em *A interpretação...* seja diferente das anteriores, ela nem rompe com o naturalismo nem compromete a identidade epistemológica de Freud; 2) para introduzir o modo como alguns filósofos decompõem o naturalismo em seus estados ontológico e metodológico³⁵, numa divisão que pode ser proveitosa para avaliar a relação entre as concepções de mente e de naturalismo em Freud, tal como fazemos a seguir com certos textos da década de 1890.

O naturalismo ontológico (também chamado de metafísico ou filosófico) pressupõe que só existem entidades naturais. Entendida ou não como cognoscível, tudo se encerra na natureza, o que leva este tipo de naturalismo a supor que não existe a possibilidade de um ser sobrenatural, como uma divindade, governar o universo e criar suas leis. Por sua vez, o naturalismo metodológico (também chamado de epistemológico),

---

³⁵ Para essa distinção do naturalismo cf. Quintanilla (2013, p. 33-34); Kim et al. (2009, p. 435-437); Giere (2008, p. 213-214); De Caro e Macarthur (2004, p. 2-9); Stroud (2004, p. 22-23).

ao conceber que a realidade só pode ser conhecida a partir de determinadas condições (sobretudo a de que matéria e energia estão dentro de uma causalidade espaço temporal), recusa a intervenção de explicações sobrenaturais, empregando um método que continuamente procura se revisar e chamar-se científico.

Sob essa divisão, um físico pode ser um crente devoto na existência de Deus, mas, em seu laboratório e na construção de suas teorias, ele não pode abrir mão da ideia de que os fenômenos devem ser estudados por meio de determinado método que lhe permita observá-los e organizá-los para criar hipóteses a partir dos constructos aceitos pela física de seu tempo. De tal modo que, num exemplo extremo, ele encontraria dificuldades caso quisesse explicar os movimentos dos gases das estrelas tomando uma determinada passagem do livro bíblico de Gênesis como fundamento. Quer dizer, para ser um cientista da natureza, o físico pode não ser um naturalista do ponto de vista ontológico, mas deve acolher o ponto de vista metodológico.

No campo de estudos dos fenômenos psíquicos, essa distinção entre dois tipos de naturalismo parece se deparar com certas complicações e exigências. Por um lado, um teórico desse campo pode se assumir como naturalista metodológico ao dizer que seu método de estudo se alinha ao das demais ciências da natureza e que este método lhe permite explicar as causas de fenômenos psíquicos. O problema é que essa afirmação pode se tornar imprecisa caso o modelo ontológico que a subjaz não seja explicitado. Isso porque, grosso modo, as próprias propriedades imateriais, inobserváveis e imensuráveis do fenômeno psíquico impõem um grau maior de precisão dos pressupostos teóricos que os designam. Por isso, noutro exemplo extremo, por mais reducionista-fisicalista que seja a metodologia de um teórico da mente cuja religião confia no poder premonitório dos sonhos, ele terá uma complicada tarefa de não deixar tal crença influenciar sua abordagem do fenômeno psíquico. De tal modo que, além dos problemas relacionados às condições de possibilidade de conhecimento dos fenômenos psíquicos, o teórico da mente que se diz naturalista também tem um compromisso com a sua própria definição de naturalismo. Caso contrário, concordamos com Horst quando diz que um dos riscos possíveis é o próprio esvaziamento do sentido dessa palavra:

Se um reducionista, um evolucionista e um dualista podem cada qual aplicar o rótulo de naturalista para si mesmo, é muito provável que seja o caso de que eles estejam usando a palavra em formas sutilmente diferentes, ou então que a palavra se tornou tão vaga e ecumênica que ela é essencialmente inútil. (Horst, 2007, p. 11)

No caso de Freud, ainda que na década de 1880 apareçam expressões sobre seu naturalismo que denunciavam uma defesa do caráter natural-metodológico pelo qual ele concebe a hipnose e o estudo da histeria, é na década de 1890 que ocorre de fato a sua apropriação teórica do fenômeno psíquico e suas tentativas de articulação de um aparelho psíquico. Então, nossa pressuposição é a de que, nesta década, as versões de seu naturalismo ontológico são efetivamente exigidas para sustentar seu lado metodológico.

Em *Tratamento psíquico (tratamento da alma)*, de 1890, Freud diz que a medicina, apesar de ciente da reciprocidade, não reconhecia os efeitos que a mente tem no corpo, já que percebia a disfunção da mente como efeito de um cérebro “bem nutrido” que sofreu modificações. É na “experiência clínica”, voltada à sintomatologia das neuroses, que ele encontra razões para pensar conceitualmente os fenômenos psíquicos sem se ancorar nessa proposta de deformação cerebral. Sua hipótese é a de que “todos os estados anímicos” são “afetivos”, inclusive os “processos de pensamento”, e por isso conseguem alterar os “processos corporais”. Já entrevedo a relação dos afetos com as representações, ele diz:

Mesmo a tranquila atividade de pensar em “representações” provoca, de acordo com o conteúdo delas, excitações permanentes sobre os músculos lisos e estriados; um reforço apropriado pode torná-las evidentes, e assim se explicam muitos fenômenos que chamam atenção, e até os supostamente “sobrenaturais”. (Freud, 2001v, p. 119-20)

Ao propor que “um reforço apropriado” pode evidenciar representações, a referência é à hipnose, uma técnica que pode acentuar o efeito de um fenômeno psíquico e, por assim dizer, ampliar seu aspecto observacional. Ela então possibilita um método de investigação para buscar uma explicação causal para algo que antes poderia ser considerado sobrenatural. Trata-se de um aspecto do naturalismo metodológico de Freud, que, ante a impossibilidade de observar e tatear certos fenômenos, não abandona o “método científico”, encontrando modelos explicativos pautados na lógica e em uma causalidade externada no corpo, nos afetos (Ibid., p. 116). Dentro do prisma naturalista, este entendimento só se torna possível a partir da concepção de que os fenômenos psíquicos são naturais e, em determinado grau, autônomos.

Apesar de essas concepções de 1890 não aprofundarem a exploração de seu componente ontológico – isto é, não qualificar as características desses fenômenos avaliando as propriedades da mente na natureza –, uma tentativa de delinear uma versão sobre a relação mente-corpo que expressa uma ontologia nesses termos aparece um ano

depois, em *Sobre a concepção das afasias* (1891). Tal versão resulta da oposição freudiana ao *localizacionismo anatômico*, uma vez que, ao rejeitar a localização reduzida das representações ponto a ponto nos neurônios, ele adota o *paralelismo psicofisiológico* de Hughlings Jackson. Por meio deste, Freud rescinde o compromisso com um aspecto importante do programa naturalista de sua comunidade neurofisiológica, a saber, o componente ontológico radical em seu reducionismo materialista. Consequentemente, o problema do naturalismo parece ser restabelecido com uma pergunta da seguinte ordem: se a psicologia não está ponto a ponto pautada nos neurônios, como argumentar a favor do caráter natural de seus fenômenos?

No texto das afasias, a resposta se dirige para a noção ali proposta de representação [*Repräsentation*]. Em linhas gerais, Freud concebe a representação como produto do estímulo sensorial processado entre a medula e o córtex. Trata-se de uma posição diferente da de seus professores, principalmente de Meynert, que adotam o empirismo associacionista tradicional ao propor que uma representação seria um correspondente *simples* de inervações que projetam o mundo externo no interno. Para Freud, ao contrário, a representação só pode ser *complexa*, uma vez que as organizações que ocorrem entre a medula e o córtex também sofrem outras reorganizações associacionistas no plano psicológico. A sucessão dos fenômenos psíquicos então recebe uma causalidade própria na intercalação das associações deste plano, o que, vale mencionar, encontra seu fundamento filosófico na química mental de Stuart Mill, já que concebe o todo (processo psíquico) como diferente da separação de suas partes (processo neurológico). A consequência é uma aparente aproximação ao emergentismo e um afastamento do reducionismo.

No que se refere ao naturalismo, é interessante observar que esse modo de conceber o fenômeno psíquico aporta seu estatuto ontológico na própria noção de processo. Freud compreende esse tipo de fenômeno como produto da disposição dinâmica e funcional do sistema nervoso, mais precisamente, como emergindo dos movimentos desse sistema e não exclusivamente da matéria ou de uma localização específica do cérebro. Diz ele: “O que é, pois, o correlato fisiológico da representação simples ou daquela que retorna em seu lugar? Claramente, nada em repouso, mas algo da natureza de um processo” (Freud, 2008, p. 58). Assim, se o texto das afasias inaugura a metapsicologia freudiana com a inserção do conceito de representação³⁶, a aposta na

---

³⁶ Cf. Simanke (2007).

concepção de processo também é outro produto decisivo desse texto para seu projeto naturalista³⁷.

Por outra parte, a despeito desses avanços, vale lembrar que esse projeto logo abandona o paralelismo, uma vez que essa versão da relação mente-cérebro pressupõe que, apesar de certa dependência, os fenômenos psíquicos não interagem de modo causal com os fenômenos neurológicos. Além do mais, no paralelismo específico de Jackson os fenômenos psíquicos são justapostos ao domínio da consciência, uma equiparação cuja recusa é determinante para o surgimento da psicanálise³⁸. Novamente é a persistência no naturalismo metodológico que permite a Freud repensar seu componente ontológico. À medida que as paralisias histéricas evidenciam clinicamente a disfunção causal entre os encadeamentos psíquicos e neurológicos (Freud, 2001b), o constructo do inconsciente aparece como uma possibilidade de completar lacunas. Já em *As neuropsicoses de defesa*, de 1894, Freud apresenta os processos de defesa como um “divórcio entre a representação sexual e o afeto” que ocorre fora da consciência. Sobre processos dessa ordem, ele diz: “acontecem sem consciência, que somente é possível supor, e nenhuma análise clínico-patológica é capaz de demonstrar” (Freud, 2001o, p. 54). No entanto, mesmo que não sejam passíveis de demonstração, Freud termina essa passagem dizendo que tais processos “sem consciência” não são de “natureza psíquica”, mas sim “processos físicos”, o que permite entender porque um ano depois, no *Projeto...*, os processos inconscientes sejam explorados a partir da neurofisiologia³⁹.

Neste texto, a força do naturalismo freudiano aparece logo nas primeiras linhas: “O propósito é fornecer uma psicologia científico-naturalista, ou seja, apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradição” (p. 9). A nosso ver, essa apresentação revela uma convergência precisa do naturalismo metodológico (que busca uma aliança com o método das ciências da natureza para encontrar os fenômenos psíquicos de modo intuitivo e livre de contradição) com seu aspecto ontológico (que concebe esses fenômenos em processos psíquicos de partes

---

³⁷ Hommes (1994) enfatiza a noção de processo no texto das afasias da seguinte forma: “[Freud] propôs que as maiores áreas do cérebro se relacionam de modo funcional com a interpretação de informação do nosso corpo e do nosso mundo. O que ocorre no cérebro Freud chamou de *Vorgang*, um processo, um acontecimento. Implicitamente, ele se recusou a classificar esses processos como algo físico ou psíquico. A função organizacional desses processos interpretativos do nosso corpo e mundo são localizados em áreas corticais que na neuroanatomia moderna são chamadas de áreas de projeção: motora, somatossensorial, acústica e visual” (p. 176).

³⁸ Cf. Caropreso (2008, p. 95-101).

³⁹ Cf. Caropreso (Ibid.).

materiais). Mesmo que acene à configuração de um aparelho teórico-abstrato, nessa convergência parece despontar o que seria uma definição clara do que Freud entende por naturalismo. Dessa definição proviria os princípios para assentar a psicologia na neurofisiologia e assim explorar aquilo que em 1894 fora entendido como “sem consciência” e indemonstrável.

Sob esses princípios, diferentemente do texto das afasias, no qual a representação [*Vorstellung*] é o processo *paralelo* de reorganizações dinâmicas que ocorrem entre a medula e o córtex, no *Projeto...* a representação é *identificada* com bases neurológicas precisas, já que agora Freud busca uma explicação para os processos inconscientes. Sem pormenores, sua ocorrência deve-se às propriedades particulares dos neurônios, os quais são ocupados por quantidades e podem apresentar barreiras de contatos para barrar ou facilitar essas quantidades de acordo com suas intensidades. A representação se torna então um processo dinâmico de ocupações e, com ela, Freud, apesar de se deparar com certas dificuldades para explicar os aspectos qualitativos da consciência, encontra uma maneira para formular conceitos que permitem uma elucidação psicológica da etiologia da histeria, notadamente da defesa patológica nela evidenciada.

Tudo parece se encaixar com o aparelho disposto dessa maneira, já que ele satisfaz as exigências daquela convergência do naturalismo. No entanto, a clínica convoca Freud para uma reabertura na medida em que os fenômenos psíquicos se tornam incontornáveis quando tenta lidar com certos problemas, sobretudo, naquele momento, os da teoria da sedução e da repressão. Diante disso, entendemos que Freud é compelido a fazer concessões ao componente ontológico de seu naturalismo, mas não ao metodológico, o que parece ficar claro quando ele diz a Fliess que não pretende “deixar a psicologia suspensa no ar, sem uma base orgânica”. E continua: “No entanto, à parte essa convicção, não sei como prosseguir, nem teórica, nem terapeuticamente, de modo que preciso comportar-me como se apenas o psicológico estivesse em exame” (Freud apud Masson, 1986, p. 327). Nessa passagem Freud não se refere à psicologia como um todo, mas àquela que compõe o conjunto de ideias proposto no Capítulo VII. De todo modo, permitindo-nos tomá-la como uma referência ao conjunto maior da psicologia, fato é que essa sua decisão de se concentrar no exame psicológico não significa adesão a uma concepção dualista da relação mente-corpo, tampouco um abandono da ideia de que o fenômeno psíquico seja natural. A nossa hipótese, que será explorada na próxima seção, é a de que nesse momento Freud sintoniza sua “frequência epistemológica” para explorar esse tipo de fenômeno, o que entendemos ser sustentado a partir da evocação daquela parte de

influências de sua formação acadêmica que lhe permite conceber a relação dos fenômenos psíquicos como um domínio de causas independentes. Referimo-nos aos valores teóricos mencionados que ele recebe de Brentano e Stuart Mill, autores que defendem a psicologia como uma ciência da natureza autônoma e sem a necessidade de ser reduzida à fisiologia.

Na medida em que Freud se permite trabalhar evocando essa parte de suas influências, condizentes com o domínio da psicologia como ciência da natureza, ele logo a emprega para articular a teoria da memória da “Carta 52” (Freud apud Masson, 1986) e, em sua forma mais madura, para compor a primeira tópica psíquica apresentada no Capítulo VII de *A interpretação...*. Neste capítulo o materialismo neurofisiológico que compõe os conceitos do *Projeto...* é traduzido para uma figuração psicológica abstrata (Monzani, 1989). Essa tradução, por sua vez, não implica o rompimento com o naturalismo ontológico previsto naquela convergência apontada no *Projeto...*, isso porque Freud continua renunciando à concepção *localizacionista* do fenômeno psíquico, ainda concebendo sua ocorrência na dinâmica de ocupações neuronais. Mas, em vez de buscar uma especificação “intuitiva” e “livre de contradição”, essa frequência lhe permite trabalhar com a compreensão mais genérica de que o fenômeno psíquico é algo “*entre*” os neurônios, o que é corroborado pela seguinte passagem do Capítulo VII:

Evitaremos qualquer abuso desse modo de figuração se nos recordamos que representações, pensamento e formações psíquicas em geral absolutamente não podem ser localizados em elementos orgânicos do sistema nervoso, e sim *entre eles*, por assim dizer, onde resistências e facilitações constituem seu respectivo correlato. (Freud, 2001, p. 599, itálicos do autor)

Observamos nessas palavras a expressão de um projeto naturalista que não tem o escopo de determinar as entidades materiais que subjazem a esse *entre*, mas que revela a estima por outro aspecto ontológico da concepção de natureza de Freud, *i.e.*, a noção de processo. Não parece ser por acaso que o termo aparece em todos os seus textos aqui citados, revelando uma pista talvez pouco explorada sobre um naturalismo que procura empreender mais o tempo, o movimento e a mudança do que a confiança na redução à matéria⁴⁰. Como aponta Simanke (2009a), por muito tempo tentou-se decifrar pistas como essas associando-as ao contexto do projeto naturalista do positivismo, gerando inúmeros debates sobre o modelo energético da metapsicologia freudiana e assim ofuscando outras

---

⁴⁰ O que parece corresponder com o modo como Rescher (2000) define um processo: “uma ocorrência possível ou atual que consiste em uma série de desenvolvimentos conectados se desdobrando em uma coordenação programática: uma série orquestrada de ocorrências que são sistematicamente conectadas umas a outras ou causalmente ou funcionalmente” (p. 22).

características de sua concepção de natureza “usualmente atribuídas à história: conflito, finalidade, significação” (Simanke, 2009a, p. 233). É bem possível que seja essa perspectiva que permite a Freud trabalhar com um naturalismo aberto, talvez não completamente no sentido de Stroud (2004), mas cuja relação entre componente ontológico e metodológico pode constantemente ser revisitada e remodelada para constituir seu estatuto epistemológico e seu projeto de fazer ciências da natureza.

Perseguir uma perspectiva como essa, tal como fazemos nesta pesquisa, pode então convir para entender a aposta de Freud numa concepção de natureza que não precisa excluir fenômenos pela ausência de uma substância material correspondente. Ora, o estatuto ontológico do *estímulo*, por exemplo, não é melhor pensando em termos de movimento? E não é o estímulo que sobrevive ao *Projeto...* e reaparece em *A interpretação...* sustentando as ideias de processo primário e secundário? Não é ele também que emana da fonte para atravessar e caracterizar o conceito-limite de *Trieb*, dando contornos para a sexualidade e manifestando psiquicamente o corpo? E não é *Trieb* que subjaz a todo o constructo teórico-conceitual da metapsicologia? Se for o caso, *i.e.*, se for possível argumentar que, para Freud, *Trieb* é um processo em movimento que se encontra *entre* neurônios, então talvez seja possível investigar como ele inclui em sua concepção de natureza aspectos ontológicos que permitem pensar as organizações de *Trieb* como uma espécie de mereologia do processo⁴¹, o que parece ter ressonância em uma de suas definições mais precisas de metapsicologia: “Proponho que quando consigamos **descrever um processo psíquico** em seus aspectos *dinâmicos, tópicos e econômicos* isso se chame uma exposição *metapsicológica*” (Freud, 1915/2001i, p. 178, *itálicos do autor e negritos nossos*).

1.5 MÉTODO E ABORDAGEM

Para finalizar esta introdução, vale uma palavra sobre método. Por mais ecos de filosofia da ciência que possa haver nos objetivos desta tese, a intenção é inscrevê-la no

---

⁴¹ A mereologia é o estudo da relação entre o todo e suas partes. Conforme Kim et al. (2009, p. 468), a mereologia atomista, por exemplo, pressupõe que o todo da realidade pode ser dividido em partes atômicas individuais, de tal modo que ao explicar a relação dos átomos, torna-se possível entender a realidade como um todo. No entanto, outras formas de mereologia podem aparecer de acordo com a ontologia adotada, sendo que seu tipo de estudo pode ser aplicado a relações imateriais em eventos temporais: “Eventos temporalmente estendidos e processos podem ter *partes temporais*, como, por exemplo, um único passo é uma parte temporal de um andar” (Ibid., *itálicos dos autores*).

campo da epistemologia da psicanálise. Como procuramos argumentar na primeira seção, uma pesquisa com fito de filosofia da ciência buscaria avaliar a cientificidade de Freud a partir de um conceito externo de ciência, o que poderia resultar em uma chave de leitura rígida, que inviabilizaria a compreensão das pretensões do autor, podendo, inclusive, desvalidar sua cientificidade de antemão. Em vez disso, esta pesquisa pergunta sobre a maneira como Freud pretende adaptar suas aquisições teóricas, seus objetos e métodos de estudo a uma determinada concepção de ciência da natureza. Entendimento este que nos leva a adotar a diferença que Monzani (1991) marca sobre essas duas vertentes:

Percebe-se facilmente a diferença entre uma filosofia da ciência e uma epistemologia: a primeira procura impor de fora, como uma camisa de força, certos critérios que julga válido para toda disciplina que se queira científica; a segunda parte de uma leitura e de um trabalho interno, procurando explicitar em cada caso quais são os critérios e o regime de validação. A pergunta que ela se coloca não é: a psicanálise é uma ciência? Mas essa outra: que tipo de cientificidade nos traz o discurso psicanalítico? E, a partir daí, nossa ideia de ciência deve ser reformulada ou não? (p. 131)

Por meio dessa metodologia de “trabalho interno”, a pesquisa busca uma incursão na construção histórica da obra de Freud com base em um tipo específico de leitura. Trata-se de exercer o que indica Monzani (1989) quando diz que uma leitura de Freud “seria a tentativa de reconstrução do movimento de seu pensamento. Reconstrução que não coincidiria necessariamente com uma repetição pura do autor em questão, mas que procuraria explicitar as articulações que comandam a estrutura da obra” (p. 21). O que, no caso desta pesquisa, significa empregar essas diretrizes aos momentos em que mais foram exigidas suas manifestações acerca da ciência – que se encontram sobretudo em seus textos-chaves, especialmente os de metapsicologia, nos quais Freud teoriza sobre suas descobertas clínicas e responde às exigências de expressar as suas propriedades epistemológicas e ontológicas.

No entanto, tendo em mente que Freud não é filósofo, e muito menos filósofo da ciência, tal leitura procura estar alerta para certas distinções em relação a uma pesquisa que, mesmo partindo de um enfoque epistemológico, procura avaliar determinado conceito metapsicológico ou procedimento técnico em sua obra. Nestes casos, a articulação interna pode ser buscada tanto ao relacionar o conceito avaliado com os demais conceitos da teoria quanto ao remetê-lo à narrativa clínica, se a finalidade for uma investigação sobre o empirismo da psicanálise. O mesmo não ocorre quando se busca entender o pensamento de Freud sobre a ciência da natureza, e a maior razão para isso é que esta não é apresentada em forma de conceito fechado ou definido.

Não há em Freud uma proposta de critério de demarcação, visto que tal reflexão extrapolaria sua alçada na qual o importante é o entendimento sobre a identidade epistemológica da psicanálise. Por outro lado, isso não significa que ele não se manifeste sobre o assunto. Freud revela o seu território da ciência, o que repercute em sua expressão de abertura sobre seu movimento teórico. É por isso que esta pesquisa busca uma *concepção* de ciências da natureza nas palavras de Freud, deixando o conceito em aberto e trabalhando sob a ressalva de que esta concepção sempre se remete ao contexto filosófico do naturalismo.

2 A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA EM A *INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS* (1900)

A Interpretação... é uma obra sem igual para examinar a concepção de ciência da natureza de Freud. Nela, ele efetivamente assume o inconsciente como objeto de estudo, suspendendo tanto a justaposição da psicologia entre psíquico e consciência como a procura da neurofisiologia pela correspondência dos processos psíquicos no âmbito celular. E, para conhecer o inconsciente, a consequência é assumir também os aspectos epistemológicos correspondentes, a saber: a legitimação e apropriação de uma categoria de fenômenos e o modo clínico-experimental para observá-los; a maneira de organizar os dados desses fenômenos em conceitos próprios; e como esses conceitos se concatenam estabelecendo uma concepção de mente dinâmica, tópica e econômica. Com isso, a obra marca o ponto de partida da localização das especificações da psicanálise no campo do saber:

A partir de *A interpretação dos sonhos*, a psicanálise alcançou uma dupla significação: não era apenas uma nova terapia das neuroses, como também uma nova psicologia; elevava a reivindicação de ser considerada não apenas por neurologistas, como também por todos aqueles que cultivavam uma ciência do espírito. (Freud, 2001c, p. 212)

Nesta seção, partindo do entendimento de que a “reivindicação” para essa “nova psicologia” não é outra senão por seu espaço no território das ciências da natureza, investigaremos se subjaz em *A interpretação...* uma defesa para evidenciar o caráter científico-naturalista do que ali é apresentado. Pressupomos assim que Freud não apenas monta o livro dos sonhos por meio de um caminho que torna possível localizar o espaço da psicanálise nesse tipo de ciência, como esse caminho pode ser revelador do modo como ele concebeu as ciências da natureza e, reflexamente, sua doutrina filosófica de sustentação, o naturalismo.

2.1 A PRIMAZIA DO FENÔMENO

O que precede o percurso psicanalítico de Freud permite entender por que ele se propõe, no final do século XIX, a classificar como ciência da natureza uma psicologia que pretende investigar um fenômeno milenarmente estudado pelo misticismo. Tanto as influências recebidas em seu período de formação na década de 1870 quanto sua atividade

profissional nas duas décadas posteriores sugerem que Freud não é alheio ou indiferente aos problemas demarcatórios desse tipo de ciência. Conhecer o mapa, no entanto, não elimina os problemas de suas fronteiras.

Na segunda metade da década de 1890, Freud já sabe que se chama psicanálise o método que aplica em seus pacientes, e metapsicologia a teoria que começa a construir para abarcar processos psíquicos, inclusive os inconscientes. Sabe também que ambas trazem implicações epistemológicas para as teorias psicológicas e neurológicas mais difundidas entre a comunidade científica. A inovação que carrega o conhecimento por ele proposto colide com o que se pode considerar ciência da natureza naquele fim de século. O que não o impede de persistir na defesa do caráter científico de suas ideias. Tanto porque, nesse momento, a prática de seu “espírito de defesa” já está bem habilitada, tendo sido iniciada, como aponta Sulloway (1992), no episódio da cocaína na década de 1880⁴² e reativada do primeiro texto da década seguinte em diante, *i.e.*, de *Tratamento psíquico...* (1890) em diante.

No tocante à questão de cientificidade, nas vezes em que invoca esse “espírito de defesa”, Freud revela que reconhece restrições entre suas ideias e o que pode ser validado pela comunidade científica. Ao mesmo tempo, nessa disposição, ele fornece seus argumentos de confrontação. Um exemplo claro aparece numa passagem de “A propósito das críticas sobre a neurose de angústia” (1895/2001a), na qual Freud denuncia a atitude médica de rejeição antecipada frente a sua proposta de pensar a etiologia das neuroses a partir de um enfoque sexual. Ao mostrar seu entendimento de que esse tipo de etiologia não é novidade nem dentro nem fora do campo médico-científico, ele também se mostra “preparado” para enfrentar possíveis “resistências”:

Sei muito bem que com a “etiologia sexual” das neuroses não produzi nada de novo; sei que na bibliografia médica nunca faltaram correntes subterrâneas para dar razão a esses fatos, e que até mesmo na medicina oficial das academias havia notícias deles. Só que esta última agiu como se nada soubesse; não deu atenção alguma a essa notícia, não extraiu dela nenhuma conclusão. Uma conduta assim não pode ter menos do que um fundamento profundo; talvez seja uma espécie de aversão ao exame de constelações sexuais, ou uma reação frente a intenções mais antigas de explicação, consideradas superadas. De qualquer forma, não se pode menos do que estar preparado para se deparar com resistências quando se arrisca na restauração de crédito para outros algo que eles poderiam descobrir por si mesmos, sem trabalho algum. (p. 124)

---

⁴² Segundo Sulloway (1992): “Todo o episódio da cocaína permanece sendo irônico na vida de Freud. O episódio o levou à beira da fama mundial com apenas vinte e oito anos e, em seguida, deixou-lhe, além de todos seus problemas, uma reputação médica manchada. Ao mesmo tempo, o episódio revela o primeiro sinal distinto do *espírito de defesa* que Freud logo levaria ao desenvolvimento da teoria psicanalítica” (p. 28, *itálicos nossos*).

Como em outros textos publicados nesse período, Freud se contenta em dizer que o “*quantum* de excitação sexual” é algo a ser processado pelo “sistema nervoso” e que a neurose de angústia é reflexo de uma soma excessiva dessa excitação que não pode ser processada (2001a, p. 131). Contenta-se, portanto, com a ideia um tanto genérica de que esse tipo de neurose atual é consequência de um desequilíbrio no fluxo quantitativo de excitações, aparentemente evitando se comprometer com elucidações ontológicas sobre o ponto de vista qualitativo dessas excitações. Assim, mesmo se tratando de um texto em que não são oferecidas reflexões mais aprofundadas sobre a concepção de mente que Freud advoga no momento e mesmo que se trate de um texto para rebater críticas, a passagem revela seu reconhecimento de que o campo fenomênico abordado se encontra nas fronteiras da ciência. A consequência é a necessidade de evocar um posicionamento defensivo para mostrar a autenticidade desse campo.

É de se notar que no *Projeto...*, escrito no mesmo ano e no qual os problemas ontológicos são tratados em primeiro plano, esse “espírito de defesa” aparece atenuado, quase suspenso. A reflexão sobre ciência da natureza de fato está presente, mas não aparece sob um tom dedicado a advogar a favor da inserção de novas ideias. A diferença pode ser atribuída ao fato de que o texto a que temos acesso se encontra em forma de carta e isento de revisão, uma vez que Freud poderia inserir argumentos dessa ordem em caso de uma versão para publicação. Mas pode ser também porque no *Projeto...* a convergência entre naturalismo ontológico e metodológico é estabelecida de tal modo que não se faz necessário mais do que anunciar nas primeiras linhas que ali se encontra uma psicologia científico-naturalista. Tal como o de Exner (1894), o plano de Freud é claro e afinado com pesquisas da comunidade neurologista a que pertence: a psicologia pode ser cientificamente estabelecida a partir de uma combinação teórica entre modelos da física clássica e da biologia. Lei do movimento (inércia) e matéria orgânica (neurônio) se entrecruzam nos enunciados para gerar uma teoria de identidade entre mente e cérebro que, citando novamente a passagem, permite “apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livre de contradição” (p. 9). Colocados dessa maneira, os processos psíquicos podem ser efetivamente legitimados em um naturalismo fisicalista e, neste caso, materialista, afluindo em uma ideia de ciência da natureza com boa reputação na comunidade de neurologistas, afora, no entanto, os

processos da consciência, que indicam empecilhos a essa tarefa e acabam revelando aspectos importantes da concepção de natureza de Freud.

No *Projeto...* esses processos assinalam as fronteiras do território da ciência da natureza. Numa frase reveladora de seu modo de entender ontologicamente a natureza, Freud diz que o mundo externo, “segundo nosso conhecimento da física, consiste em massas poderosas em movimento violento, que propagam [*fortpflanzen*] seu movimento” (Ibid., p. 18). A dupla ênfase no movimento como parte ontológica do mundo externo e a pressuposição de uma conexão causal na qual movimento gera movimento sugerem aspectos de um naturalismo não teleológico. A causa final e mesmo a finalidade da natureza parecem ser recusadas na medida em que a noção de propagação admite multiplicação e reprodução sem destino predefinido para um estado ontológico determinante na constituição de processos psíquicos. Nada obstante, tal interpretação da física acolhe também a restrição ontológica materialista de que há “massas poderosas” subjazendo aos movimentos. De modo que, se essa concepção de natureza tem o ponto de partida definido pela matéria, Freud parece conceber a propagação do movimento como uma razão para não delimitar seu fim, ou mesmo sua finalidade. Isso não significa ausência de restrições para a *ciência* da natureza, já que a relação matéria e movimento estabelecem seu maior critério. Para uma naturalização científica, os fenômenos devem ser abarcados considerando essa relação e cumprindo a exigência de que sua explicação seja “livre de contradição”. E é por isso que os processos da consciência marcam os limites.

Como os demais, Freud compreende o aporte desses processos na matéria e na física, uma vez que a consciência “é o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso” (Ibid., p. 25). No entanto, ele percebe a diferença entre seus processos e os demais porque a consciência “dá-nos o que se chama de *qualidades*, sensações que numa grande variedade são algo *diverso* e cuja *diversidade* diferencia-se segundo relações com o mundo externo” (Ibid., p. 22). O mundo externo não comporta mais do que quantidades, assim como “a ciência natural só reconhece *quantidades*” (Ibid., p. 23), o que faz da qualidade um produto do mundo interno e sem acesso ao estudo científico. Logo, para se entender cientificamente o modo de produção da qualidade no mundo interno, torna-se necessário incluir um componente teórico. Visto que as regras ontológicas que Freud estabelece para a psicologia científico-naturalista não permitem prescindir do movimento e da matéria, esse componente também não pode contradizê-las. É preciso então ter “coragem”, diz ele, para conceber o conjunto de neurônios “ ω ”,

que podem providenciar as “diferentes qualidades”, como as “sensações da consciência”⁴³ e, sobretudo, as “sensações de *prazer* e *desapraz*er”. Sob esses neurônios opera o componente a que Freud recorre, o “*período*”, entendido como um movimento ondulatório produzido por meio da estimulação desses neurônios, os quais então podem fornecer “signos de realidade” para os neurônios da memória (ψ) ao mesmo tempo em que se relacionam com os neurônios da percepção (ϕ) e, por isso, com os “órgãos do sentido”.

Se o “espírito de defesa” se encontra atenuado no *Projeto...*, a palavra “coragem” é posta nesse momento para invocá-lo momentaneamente. Não por menos, já que é acionada para introduzir no texto “um caráter de natureza temporal”, cuja legitimidade dentro do território científico-naturalista também é defendida a partir da constatação de que pode ser extraída de uma ciência mais madura: “para os outros movimentos de massa do mundo externo, a mecânica dos físicos considerou a característica temporal” (Ibid., p. 24). Ou seja, a temporalidade é um recurso firmado no território da ciência da natureza, e por isso é possível empregá-la para resolver o problema da qualidade e, portanto, da consciência. A “coragem” é exigida para ultrapassar uma fronteira na medida em que se torna necessário incluir essa temporalidade numa concepção de natureza que pretende abarcar também os processos psíquicos.

Agora, se essa defesa evidencia uma dificuldade teórica, sabemos que ela não circunscreve o motivo de Freud para escrever o *Projeto...*. Seu motivo não é prioritariamente a elucidação de processos, sejam conscientes ou inconscientes, qualitativos ou quantitativos. Antes de qualquer outra coisa, a proposta é explorar teoricamente um fenômeno constatado na clínica. Diferentemente de Janet e Breuer, Freud entende que a divisão mental ocasionada na histeria não é nem consequência de “uma fraqueza inata da capacidade de sínteses psíquicas” (Freud, 2001o, p. 44), como propõe o primeiro, nem de estados hipnoides, como quer o segundo. A hipótese que ele constrói nos primeiros anos da década de 1890 indica que, quando um acontecimento traz consigo uma representação carregada de uma quantidade excessiva de afeto, o eu aplica voluntariamente uma defesa para afastar a representação desse acontecimento. A defesa então compõe o fenômeno que orienta a escrita do *Projeto...*, e se Freud é de fato

---

⁴³ A frase diz: “Então é preciso ter a coragem de supor que haveria um terceiro sistema de neurônios, poderíamos chamar de ω , estimulado junto com a percepção, e não com a reprodução, e cujos estados de excitação dariam como resultado as diferentes qualidades, ou seja, seriam as sensações conscientes” (Freud, 1995, p. 23).

fenômeno-orientado, ele consequentemente precisa lidar com a constância de problemas que isso acarreta – tal como, no exemplo dado, o da qualidade. Um fenômeno que não se acomoda em um enquadre teórico-conceitual fatalmente levanta um problema e, para solucionar problemas teóricos dessa ordem, é preciso levar os operadores conceituais às últimas consequências. Se esses operadores ainda assim se mostrarem insatisfatórios, o pesquisador se depara com um *dilema*: ou abandona o referencial, ou o fenômeno. Como adiantamos em nossa introdução, Freud não abandona o fenômeno.

2.2 O DILEMA E O CAMPO COMUM

Coincidentemente, Max Planck, um dos fundadores da teoria quântica, enfrenta um dilema parecido com o de Freud – inclusive nos mesmos anos, os últimos da década de 1890 e, principalmente, o primeiro do século seguinte. É o que indica Bass (1997) ao se lembrar do livro de Abraham Pais, *Inward bound* (1986), no qual aparece a ideia de que físicos notáveis do final do século XIX incorrem no risco de cair nas “armadilhas da simplicidade” [*pitfalls of simplicity*]⁴⁴. Num momento em que a física newtoniana se depara com determinados fenômenos aos quais aparecem dificuldades de aplicação teórica, parece restar poucas opções ao físico envolvido na tarefa de decifrá-los: ou ele pode relutar e insistir naquilo que oferece a teoria então contemporânea ou pode se envolver no projeto de construir novos modelos para explicá-los, o que possivelmente vai de encontro aos pressupostos precedentes. Para Pais (1986), os físicos que resolvem os problemas que culminam na teoria quântica, como Einstein e Planck, são relutantes porque resistem a abandonar os fundamentos teóricos então considerados atuais. Fazem

---

⁴⁴ De acordo com Pais (1986), essas armadilhas acontecem no decorrer do seguinte procedimento: “Como nem mesmo o melhor experimentalista consegue superar as inevitáveis limitações de seu equipamento, ele é obrigado a dar-nos informações incompletas (e é claro que isso acaba acontecendo). Com base nisso, o teórico elabora um esquema inteligente para interpretar resultados, baseando seu raciocínio nas suposições mais simples que pode pensar e que sejam compatíveis com os dados do experimento. Tudo vai bem por algum tempo, até que a repetição de um experimento anterior com maior precisão ou novos tipos de experimentos revelam que suas suposições simples caíram numa armadilha. O experimentalista agora está muito feliz porque conseguiu refutar os constructos do teórico. O teórico está agora muito feliz porque a informação advinda do experimento deu-lhe um paradoxo para resolver. Ele agora tem uma base aprimorada para tentar novamente com um conjunto revisado de suposições mais simples. O progresso eventualmente acontece. Mas mesmo a nova base aprimorada do experimento é incompleta. A sequência armadilha, paradoxo, progresso se repete. E assim continua” (p. 139).

isso a partir da pressuposição de que a simplicidade teórica pode ser uma maneira de resolver as instabilidades das “fronteiras nebulosas do conhecimento”⁴⁵.

Conforme Pais (1986) e Bass (1997), em 1900, Planck publica um artigo em que apresenta uma fórmula com a constante h , posteriormente conhecida como a constante de Planck, capaz de descrever como a radiação em corpo negro⁴⁶ é absorvida e reemitida em valores descontínuos, ou discretos, chamados de quantum. A princípio essa constante não é mais do que uma “uma estimativa surpreendentemente precisa” para compreender as “estranhas discontinuidades” ou “anomalias” emitidas pelas radiações em corpo negro (Bass, 1997, p. 236). Mas, como Planck defende que as leis da física clássica, sobretudo as da eletrodinâmica de Maxwell, são regulares para aclarar fenômenos referentes à termodinâmica, ele reluta em aceitar que isso é o suficiente para abandonar a tarefa de decifrar os “enigmas” do corpo negro por meio dos pressupostos oferecidos pela teoria de seu tempo (Ibid.)⁴⁷. Assim, Planck renuncia à simplicidade de sua resolução teórica. Até que, cinco anos após a publicação desse artigo, Einstein corrobora que essa “estimativa” não apenas é válida para explicar a radiação de corpo negro, como que por meio dela é possível explicar também o movimento ondulatório da luz no efeito fotoelétrico, algo que inclusive contribui para a fundamentação de sua hipótese sobre os quanta de luz. Com isso, ele mostra a imprecisão da desconfiança de Planck quanto a seu próprio constructo teórico e, portanto, quanto a sua opção ante o dilema. Planck então consente com aspectos da teoria de Einstein, em um episódio que acaba constituindo, segundo Pais (1986), “[...] o exemplo mais notável de toda história da ciência sobre o preceito de que fazer uma descoberta não é necessariamente o mesmo que compreender uma descoberta” (p. 134).

Pais (1986) entende que a busca por simplicidade é um “empreendimento aventuroso” (p. 139). Ela implica um “processo intuitivo” no qual o pesquisador precisa

---

⁴⁵ “Armadilhas da simplicidade deste tipo não são nem evitáveis nem apontam uma estupidez. Elas devem antes ser consideradas como um mal necessário. É tarefa do cientista para buscar a simplicidade nas fronteiras nebulosas do conhecimento” (Pais, 1986, p. 139).

⁴⁶ O corpo negro pode ser entendido como qualquer objeto capaz de absorver e emitir uma grande quantidade de luz. Um objeto, portanto, que seja capaz de refletir a menor quantidade de luz possível, tal como o carvão ou a fuligem.

⁴⁷ Pais (1986) nos remete à seguinte passagem da autobiografia de Planck para mostrar como este é um problema reconhecido por ele: “Minhas tentativas frívolas de ajustar a ação quântica elementar à teoria clássica continuaram por muitos anos, e elas me custaram uma grande quantidade de esforço. Muitos de meus colegas viram isso como algo que beirava a tragédia. Mas eu discordo. Pois o esclarecimento mais aprofundado que eu então recebi foi ainda mais valioso. Eu soube então, como um fato, que a ação quântica elementar desempenharia um papel muito mais importante na física do que eu estava inclinado a suspeitar originalmente, e este reconhecimento me fez ver claramente a necessidade de introduzir métodos totalmente novos de análise e raciocínio no tratamento dos problemas atômicos” (Planck, 1950, p. 44-45).

aceitar o risco do sucesso e do fracasso, algo que pode resultar em isolamento teórico: “Às vezes o que é simples para um é simples para muitos, outras vezes, a escolha se torna solitária” (Ibid.). Curiosamente, como lembra Bass (1997), é na seguinte passagem de uma carta de Freud a Fliess que Pais (1986) encontra respaldo para elucidar os desdobramentos desse tipo de “empreendimento”:

De modo geral, reparei que você costuma superestimar-me enormemente. [...]. Pois a verdade é que não sou, de modo algum, um homem de ciência, nem um observador, nem um experimentador, nem um pensador. Sou, por temperamento, nada além de um conquistador — um aventureiro, se você quiser que eu traduza — com toda a curiosidade, ousadia e tenacidade que são características de um homem dessa espécie. As pessoas desse tipo, costumeiramente, só são estimadas quando alcançam êxito, descobrem realmente alguma coisa; caso contrário, são descartadas à beira da estrada. E isso não é totalmente injusto. No presente momento, porém, a sorte me abandonou; já não descubro coisa alguma que valha a pena. (Freud apud Masson, 1986, p. 399)⁴⁸

Apesar de não se alongar sobre o porquê de Freud ser um “aventureiro” tal como os demais teóricos que aborda, Pais (1986) diz que essa passagem é “especialmente oportuna” porque foi escrita na mesma época em que os físicos debatem os problemas cujas soluções desembocam na teoria quântica. Deixa-nos entender assim que Freud é um “aventureiro” tal como Planck e Einstein porque se permite ir além dos pressupostos das teorias vigentes, aceitando a possibilidade de ser descartado “à beira da estrada” e envolvendo-se diretamente com as dificuldades de construir conhecimento sem o amparo do que está estabelecido em termos de ciência. Bass (1997), por sua vez, toma essa expressão de Pais (1986), “especialmente oportuna”, e procura interpretá-la dentro do percurso freudiano, investigando em seus textos o alcance da analogia entre física e psicanálise para postular uma concepção de mente possa considerada científica. Um dos pontos explorados por Bass envolve a dificuldade teórica de Freud para apresentar sua concepção de defesa primária no *Projeto...* sem infringir as regras da física clássica que adota no início do texto.

Bass (1997) remonta a essa concepção lembrando que, nesse texto, Freud identifica o princípio de [des]prazer com a lei da inércia. O autor lembra também que, sob essa lei e seguindo a tendência do aparelho de evitar desprazer, Freud diz que sobram duas alternativas quando da presença de um objeto: na primeira, ligada à vivência de satisfação, o aparelho é atraído pelo objeto de desejo ou por sua imagem correspondente nos neurônios ψ , resultando numa ocupação que promove uma descarga cujo modelo

---

⁴⁸ Carta de 1 de fevereiro de 1900.

Freud concebe como o do desejo; na segunda, ligada à vivência de dor, o aparelho, diante de um objeto hostil, responde de modo aversivo na medida em que não ocupa sua imagem recordativa, constituindo assim o processo de defesa primária⁴⁹. A dificuldade de Freud é justamente explicar mecanicamente e, portanto, fisicamente esse tipo de defesa, uma vez que se trata de uma não ocupação em processo primário que deve ocorrer sob a norma da função primária e, portanto, respeitando a lei da inércia:

Tudo o que eu chamo de uma *aquisição biológica* do sistema nervoso penso em apresentar através dessa *ameaça* de desprazer, cujo efeito consiste em que não serão ocupados todos os neurônios que conduzam à liberação de desprazer. É a *defesa primária*, uma consequência compreensível da tendência originária do sistema nervoso. O desprazer permanece o único meio de educação. Como a *defesa primária*, a não ocupação por ameaça de desprazer é apresentável mecanicamente, é algo que certamente não sei como indicar. (Freud, 1895a, p. 85)

Bass (1997) observa nessas palavras, especialmente na última frase, um dos momentos em que Freud reconhece os limites da física clássica para abordar fenômenos que entende como clinicamente incontornáveis. Como no *Projeto...* as exigências da vida são atreladas à função primária do aparelho, uma “contradição em termos” aparece na tentativa de postular a defesa primária como um mecanismo que, ao mesmo tempo em que deve respeitar a lei de inércia, é capaz de identificar e eliminar tensão sem uma ocupação correspondente, algo que por princípio compete à função secundária: “[...] há algo como uma ‘função secundária’ já trabalhando no centro da defesa primária e no centro da tendência à inércia. Esta função resiste à representação mecânica porque ela compromete o pressuposto da própria lei em que se baseia” (Bass, 1997, p. 248). Com base neste e em outros momentos nos quais Freud se depara com as dificuldades de aplicar a física no estudo de fenômenos que legitima clinicamente, Bass (1997) concorda com Pais (1986) ao indicar que o psicanalista opta pelos desafios de teorizar independentemente do alcance das teorias vigentes: “[...] pode-se perguntar se Freud estava fazendo para a mente o que Planck estava prestes a fazer para o átomo: uma descoberta que respondia perguntas que não podiam ser respondidas antes, mas que comprometia as leis da natureza que marcavam seu ponto de partida” (Bass, 1997, p. 244).

---

⁴⁹ Bass (1997) retoma as seguintes palavras de Freud (1995): “Do estado de desejo segue-se diretamente uma *atração* pelo objeto de desejo, ou melhor, pela por sua imagem recordativa; da vivência de dor resulta uma repulsa, uma aversão a manter ocupada a imagem recordativa hostil. Elas são a *atração de desejo* primária e a *defesa* primária (p. 35).

Sob esses termos e no caso específico do *Projeto...*, parece-nos coerente compreendê-lo como uma busca por certa simplicidade teórica para dar conta de um conjunto de fenômenos clínicos que acaba encontrando descompasso com a teoria adotada no ponto de partida. No entanto, é preciso lembrar que o ponto de vista fisicalista não é o único que compõe o repertório teórico desse texto, e desconhecer o outro ponto que Freud assenta para fundamentar suas ideias seguramente impede avaliar o seu “ponto de partida” com precisão. Decisivo no *Projeto...*, o ponto de vista biológico é apresentado desde a primeira parte do texto e, por meio dele, as hipóteses mecânicas dividem espaço com aquelas fundamentadas a partir da teoria evolucionista de Darwin. A nosso ver, a presença deste princípio reforça que o principal objetivo de Freud não é arquitetar uma psicologia tão somente fisicalista, mas também naturalista. Este é o critério que permite uma oscilação no jogo de explicações na medida em que estas não necessitam se vincular a exigências teóricas prévias e exclusivas, tal como seria no caso de um projeto apenas fisicalista. O alvo é o fenômeno, e para a explicação de sua natureza parece não haver anteposições, apenas inferências a partir daquilo que se toma como parte da ontologia avaliada. O exemplo mais claro disso pode ser visto na noção já mencionada de “*exigências da vida*”.

Conter certo acúmulo de Q é indispensável para a sobrevivência do organismo. Esta é a suposição que institui um desafio para o *princípio de inércia* no *Projeto...*. Se este implica o escoamento de excitações para livrar o sistema de qualquer acúmulo, então, sendo o trabalho bem executado, segue que não sobraria Q para qualquer outra atividade do aparelho. Ante aos estímulos externos, o sistema pode reagir por meio da ação reflexa, retirando estímulos excessivos a partir do mecanismo de fuga. Neste caso, o organismo tem ao menos a possibilidade de se esquivar, e o *princípio de inércia* não precisa ser corrompido, porque a resposta binária ao estímulo, eliminar ou não, é eficiente. O problema é que esses não são os únicos estímulos a serem processados, e “estímulos endógenos” também surgem como sujeitos à eliminação, já que podem promover acumulação e, conseqüentemente, desprazer. Tendo em vista que suas fontes são as “células corporais”, que transmitem os “grandes carecimentos”, tais como a “fome, respiração, sexualidade”, não há como “escapar” dos estímulos endógenos (Freud, 1895/1995, p. 11). Eles provêm do próprio corpo celular, e a acumulação de suas intensidades aumenta gradativamente, como um alarme progressivo que sinaliza a presença incessante de carências incontornáveis. À medida que acumula excitações, o organismo é levado então a promover uma “ação específica”, capaz de atenuar acúmulos

de origem endógena por meio de uma ação coordenada que, vale lembrar, no início deve ser realizada a partir de uma “ajuda alheia”. Como esta ação não pode ocorrer sem que faça uso de uma quota de Q , o *princípio de inércia* não pode ser o único a regular as excitações do sistema. É preciso haver certa reserva para que outras funções tenham combustível para suas operações, o que o aparelho é capaz de providenciar porque está sob o domínio de outra função, a secundária. O propósito desta é regular o acúmulo de excitação sem que sobrevenha insuficiência ou excesso – ou seja, tendendo à *constância*.

Por que o aparelho emprega esse segundo modo de funcionamento? A que se deve sua capacidade de regulação entre acúmulos e insuficiências? Questões desse tipo contornam as teses do *Projeto...*, e suas dissoluções se direcionam à teoria da evolução. Se uma das conjecturas centrais propõe que o aparelho precisa abandonar o princípio de inércia porque o organismo depende do acúmulo de certa quantidade de Q para tolerar as exigências da vida, então a inferência de Freud é que precisou ocorrer uma modificação morfológica que tornasse possível a adaptação do organismo diante dessas necessidades. A possibilidade dessa modificação adveio histórica e filogeneticamente ao passo que parte dos neurônios ϕ , permeáveis, puderam se transformar em neurônios ψ , portadores de barreiras de contato e, portanto, impermeáveis. Como é preciso reter um tanto de Q , não poderia haver apenas neurônios que permitissem o livre escoamento, visto que o aparelho desligaria, por assim dizer, em uma situação de ausência total de excitações. À medida que a Q ocupando os neurônios ψ extrapolar os limites das barreiras de contato, Freud postula que uma passagem de excitações posterior será facilitada. Como se sabe, é no jogo de passagem de Q por essas trilhas facilitadas que surge a teoria da memória do *Projeto...*

Muito além de possibilitar essa teoria, esses raciocínios que abrangem a história e a filogênese são explorados para conceituar diversos fenômenos, como a defesa primária, para além do reducionismo mecânico e por meio daquilo que Freud entende compor outro nível explicativo. É isso que ele afirma na sequência daquela passagem em que Bass (1997) abrange tanto os limites como a necessidade de infração da física clássica no *Projeto...*. Ao denominar este outro nível de explicação de “instruído biologicamente”, Freud (1895/1995) esclarece que, com a expressão, “[...] introduzimos um novo fundamento explicativo que deve ter validade independentemente, ainda que não exclua uma redução a princípios mecânicos (momentos quantitativos), mas o exija” (p. 36). Deixa claro, assim, que ambos os pontos de vista, biológico e mecânico, são necessários e, de certa forma, independentes para a realização de seu projeto.

A questão que parece remanescer é a seguinte: qual o valor explicativo que Freud confere para cada nível? Ao reconhecer os limites da física clássica para abarcar certos fenômenos, ele percebe a invocação da biologia evolutiva como certo “apelo” teórico ou sua presença se deve não apenas como um conhecimento suplementar, mas que é indispensável para abarcar uma dimensão natural não exclusivamente mecânica? Entendemos que certas passagens do *Projeto...*, como a citada no parágrafo anterior, dão margem a mais de uma interpretação para responder a essas perguntas. Como faz Bass (1997) ao ler a frase de Freud sobre a impossibilidade de uma explicação mecânica da defesa primária – “é algo que certamente não sei como indicar” (Freud, 1895/1995, p. 85) – e compreender que se trata de um fracasso em certo projeto reducionista. Neste caso, o texto é percebido como excepcionalmente fisicalista, e o recurso à biologia, ainda que reconhecido, sinaliza esse fracasso. Essa interpretação diz então que, por não saber explicar mecanicamente a defesa primária, Freud recorre ao modelo biológico e, por isso, assim como Planck, se vê diante da necessidade de formular novos postulados. Por outro lado, por mais que encontre respaldo nas palavras de Freud, essa interpretação parece rejeitar de antemão que teses biológicas podem não apenas conceber explicações de causas *próximas*, mas também fornecer causas *últimas* para certas noções que parecem exigir outros modelos explicativos, como os fenômenos vitais. Esta é a interpretação de Sulloway (1992) ao enfatizar tanto a presença de dois modelos biológicos operando no texto como que, de certo modo, os dois são insuficientes para que Freud complete seus objetivos.

Sulloway (1992) também observa as dificuldades de Freud para conceituar mecanicamente a defesa primária e a atenção. Porém, ao invés de compreender essas dificuldades como um fracasso absoluto de um suposto objetivo exclusivamente fisicalista, ele entende que, no *Projeto...*, Freud é levado a abandonar um de seus modelos reducionistas:

[...] o *Projeto* endossa dois modelos biológicos diferentes – um “mecânico” e um mais orgânico, evolucionário e “biológico”. Frequentemente se assume, incorretamente, que há apenas uma forma de reducionismo na ciência – para as leis da física e da química. Mas em certas ciências, particularmente nas ciências da vida, há duas grandes formas de reducionismo – a redução físico-química e a histórico-evolucionária; cada qual suplementa a outra e explica atributos dos organismos vivos que a outra é incapaz de explicar (Sulloway, 1992, p. 131)

Causes and effect in Biology, de Mayr (1961), é a referência de Sulloway (1992) para essa passagem. É nesse texto que biologia funcional e evolutiva são descrevidas para

indicar que cada uma adota modelos causais distintos, ainda que esses possam apresentar sobreposições e interações. A primeira compõe a parte da biologia dedicada ao estudo estrutural de moléculas, organismos e indivíduos como um todo e que, por isso, tem a repetição experimental como método essencial para corroboração de modelos explicativos. No plano ideal, essa biologia visa dar o maior número de explicações físico-químicas para o fenômeno estudado e, para tanto, ela pergunta “como?”, no sentido de como algo opera ou funciona. A biologia evolutiva, por outra parte, quer saber “por quê?”. Ao considerar que todo organismo tem uma “longa história”, esta biologia desconsidera que seja possível existir um fenômeno absoluto, entendendo que todos os fenômenos biológicos são limitados por questões espaciais e temporais. A expressão do fenômeno pode não ser exatamente a mesma ao longo do tempo. O seu “por quê?” então busca compreensões sobre as “características existenciais” e as “particularidades de adaptação” de cada organismo e faz isso ao adotar o método histórico para se ocupar de problemas diferentes dos da biologia funcional.

Mayr (1961) defende que a biologia funcional busca causas *proximais*, enquanto a biologia evolutiva, causas *últimas* (ou *distais*). As *proximais* podem conceber causas tanto intrinsecamente fisiológicas – a migração de um dado pássaro, por exemplo, aconteceu porque este percebeu uma modificação em termos de fotoperiodicidade ao se aproximar o inverno – quanto extrinsecamente fisiológicas – o pássaro migrou porque reagiu a uma massa de ar frio em um determinado dia próximo do inverno. Tendo a física e a química em um horizonte próximo, o biólogo funcional estuda as operações fisiológicas concernentes à percepção de luz no primeiro caso e questões de tolerância térmica no segundo. Por outro lado, as causas últimas pressupõem que dados históricos foram “incorporados no sistema [do organismo] após muitos milhares de anos de gerações de seleção natural” (Mayr, 1961, p. 1503) – de tal modo que o pássaro teria migrado porque suas informações genéticas lhe permitiram antecipar, por exemplo, a falta de alimentos em seu meio durante o inverno. Fica a cargo do biólogo evolucionista a tarefa de decodificar os códigos genéticos estabelecidos a partir da evolução, o que é realizado, no entanto, sem a possibilidade de previsão de ocorrência futura dos fenômenos.

Uma vez que as reduções físico-químicas podem ser alcançadas por meio da busca de causas *proximais*, Sulloway (1992) indica que Freud as privilegia no *Projeto*..., ainda mais porque são elas que apresentam maior compatibilidade com o que o contexto científico do final do século XIX admite para programas neurofisiológicos. Freud leva essa busca ao limite e, nos casos em que não é possível dispô-las em modelos mecânicos,

sua abdicação convém em favor da busca por causas últimas que consentem a participação do modelo evolucionista. Se a defesa primária não possibilita naquele momento uma explicação mecânica de cunho *proximal*, então Freud se permite conjecturar que sua inclusão no aparelho se deve a razões adaptativas e filogenéticas⁵⁰. Para Sulloway (1992), o valor explicativo que Freud oferece ao primeiro modelo de fato é maior, mas o recurso ao segundo não denota a razão excepcional do abandono do *Projeto*.... Este ocorre pela inaptidão das teses formuladas em satisfazer a explicação de outro fenômeno crucial, além da defesa, que ocupa as investigações freudianas naquele momento, a saber, a repressão patológica. Ambos os objetivos – circunscrever a psicologia em termos quantitativos e diferenciar processos normais de patológicos –, são apresentados em correspondência a Fliess antes mesmo da preparação do *Projeto*.... Todavia, se Freud reconhece ter paciência com a falta de explicações mecânicas para circunscrever a psicologia em termos quantitativos, no caso da distinção entre processos normais e patológicos, ele sequer envia sua tentativa de resolução a Fliess, guardando consigo o “terceiro caderno”, que arremataria seu projeto de psicologia:

Estou guardando um terceiro caderno, que trata da psicopatologia do recalçamento, pois ele só investiga seu tópico até certo ponto. A partir daí, tive que trabalhar outra vez nos novos rascunhos e, nesse processo, fiquei alternadamente orgulhoso e exultante e envergonhado e abatido — até que agora, depois de um excesso de tortura mental, digo a mim mesmo com apatia: ainda não está e talvez nunca fique coerente. *O que ainda não está coerente não é o mecanismo — posso ser paciente quanto a isso —, e sim a elucidação do recalçamento — cujo conhecimento clínico fez grandes progressos em outros aspectos.* (Freud apud Masson, 1986, p. 112, *itálicos nossos*)⁵¹

A passagem de fato pode ser tomada como um forte indício de que Freud não abandona o *Projeto*... por causa dos limites da física clássica, visto que ele pode “ser paciente quanto a isso”. Ela reforça também a primazia do fenômeno, sendo que a falta de “elucidação do recalçamento” exige arquivar o terceiro caderno. Nesse sentido, apesar de encobrir que o *Projeto*... não é exclusivamente fisicalista porque há também uma dimensão biológica importante para o complemento causal das teses, Bass (1997) não deixa de estar correto ao afirmar que a atitude de Freud é diferente da de Planck ao não se impedir de estudar um fenômeno que escapa ao programa teórico da física naquele momento. Em conformidade, o dilema de Freud é então resolvido ao optar pelo enigma

⁵⁰ Cf. Capítulo 2 de Ferretti (2014) [principalmente p. 51-63] para uma explicação detalhada sobre a fundamentação da defesa primária e da atenção a partir da teoria evolucionista, assim como para o entendimento de que, no *Projeto*..., “o recurso à explicação biológica não é uma solução apressada e indevida, um *deus ex-machina*” (p. 63).

⁵¹ Carta de 8 de outubro de 1895.

do fenômeno independentemente do acompanhamento teórico, o que – se quisermos apontar algo que é definitivamente comum entre o *Projeto...* e *A interpretação...*, a fim de localizar esse fenômeno – evidencia a proposta de fazer ciência da natureza. Trata-se de um campo comum que exige, como veremos, diversos tipos de posicionamentos, trazendo consigo o desafio de adotar outro referencial teórico, com outro tipo de linguagem para seus postulados, conquanto alguns deles sobrevivam.

2.3 A DUPLA TAREFA

Como Freud resolve esse desafio? Tudo indica que as respostas estão no próprio texto, principalmente em *A interpretação...*. Mais ainda, as respostas parecem se dirigir para aquele fenômeno eleito como veículo principal para assentar a nova psicologia científico-naturalista: o sonho. Por meio deste, Freud encontra a via de acesso para expor seu novo programa teórico-conceitual, numa empreitada que não apenas revela aspectos do seu modo de dimensionar as ciências da natureza como também de seu reconhecimento de estar diante de um dilema de difícil resolução. A maior corroboração textual para isso pode ser a passagem do início do Capítulo VII que mostra ao leitor como o espaço teórico a ser ocupado é “indeterminado”, exigindo incorrer no risco, ou talvez na aventura, de “estabelecer uma série de hipóteses novas”, já que não é possível recorrer a um conhecimento previamente fundado:

Troveçamos com a impossibilidade de *esclarecer* o sonho como um evento psíquico, pois explicar significa reconduzir ao conhecido, e por ora não existe nenhum conhecimento psicológico ao qual poderíamos subordinar aquilo que é possível discernir em qualidade de princípio explicativo a partir do exame psicológico dos sonhos. Ao contrário, seremos obrigados a estabelecer uma série de hipóteses novas que tocam com conjecturas o edifício do aparato psíquico e o jogo de forças que nele atuam; e deveremos ter o cuidado de não as levar muito além de sua primeira articulação lógica, pois de outro modo seu valor se perderia no indeterminado. Mesmo se não cometermos erro algum no raciocínio e levarmos em conta todas as possibilidades que logicamente as seguem, a provável imperfeição na avaliação dos elementos ameaça nos equivocarmos por completo nos cálculos. (Freud, 1900/2001, p. 506)

Freud parece não deixar dúvidas quanto sua inclinação para se guiar por um fenômeno a fim de resolver seu dilema. Se “explicar significa reconduzir ao conhecido”, e não há nada conhecido, então explorar teoricamente o desconhecido pode ser uma tarefa inicialmente coordenada pela legitimação do fenômeno onírico. Para aclará-lo é preciso construir “hipóteses”, ainda que não sejam inteiramente “novas”, visto que elas

recuperam boa parte do conteúdo daquelas apresentadas no *Projeto...*⁵² e acabam exigindo outra maneira de arguição do naturalismo das teses adotadas. Não por acaso, em *A interpretação...*, o equilíbrio do ritmo entre argumentação e apresentação de ideias é situado de maneira diferente. Parte dessa diferença está no peso dado à estratégia de preparar a exposição ontológica dos processos psíquicos por meio de uma ampla e prévia discussão sobre o método que a embasa. Dentre as funções dos capítulos que antecedem o sétimo, destaca-se o intuito de mostrar que a interpretação, e tudo que a subjaz, é um método cientificamente apropriado para lançar luz a aspectos ontológicos do território desconhecido. Quer dizer, o horizonte é a explicação de um fenômeno entendido como natural, mas para argumentar que ele é algo mais do que “espuma”⁵³, o contrapeso na explicitação do método precisa exceder de maneira volumosa o espaço reservado para a apresentação do aparelho psíquico.

Isso nos leva a suspeitar que a essa alteração no equilíbrio da argumentação subjazem desdobramentos para a relação entre naturalismo ontológico e metodológico estabelecida na virada do século, sobretudo quando se considera que “a explicação em psicanálise está subordinada à interpretação” (Monzani, 1989, p. 113). No entanto, antes de levarmos isso adiante, convém ressaltar o retorno de um tipo de argumento que parece ser empregado tanto para lidar com esse dilema como para indicar que algo está sendo modificado em termos epistemológicos, a saber, a retomada do “espírito de defesa” de Freud, que em *A interpretação...* volta a sinalizar o reconhecimento de pontos de colisão entre as ideias propostas e o que pode ingressar nas ciências da natureza.

No *Projeto...* o sonho já aparece no entremear de uma concepção de mente, inclusive antevendo várias das teses expostas em *A interpretação...*, tais como: o caráter de inversão regressiva, que, embora não seja relativo a instâncias psíquicas, entende que no sonho a descarga ocorre a partir dos neurônios da memória rumo aos da percepção; a proposta de que ele segue o processo primário e, portanto, as vivências de satisfação, o que implica a característica do sonho ser realização de desejo; e as relações e decorrências que seu estudo pode oferecer à psicopatologia. Mas, mesmo dadas as semelhanças, a exposição do sonho nesse manuscrito o concebe de modo distante daquele protagonismo

⁵² Como diz Monzani (1989): “Hipóteses novas, a bem da verdade, para um leitor ignorante do *Projeto...*, pois é exatamente nesse texto que Freud vai buscar o seu arsenal teórico” (p. 112).

⁵³ No ano seguinte da publicação de *A interpretação...*, em “Sobre os sonhos” (1901) Freud diz o seguinte acerca da recepção de seu método de interpretação: “Pessoas sérias sorriem ante esses esforços: ‘*Träume sind Schäume*’ – ‘sonhos são espuma’” (Freud, 1958, p. 634). [Em geral, temos utilizado a tradução da editora Amorrortu, mas como nesta edição *Schäume* não é traduzido por espuma [“Homens sérios se riem de tais esforços: ‘Sonhos, sonhos são’], optamos pela versão da Standard Edition].

teórico que adquire em *A interpretação...*, sendo que uma das razões para isso parece ter relação direta com a concepção de ciências da natureza.

No *Projeto...* Freud entende que, para haver sono, o aparelho precisa operar com o mínimo de quantidade (Q) possível. Algo que, por um lado, exige interrupção da entrada de estímulos do mundo externo a partir do fechamento dos órgãos dos sentidos, resultando na retirada de acesso às percepções, assim como na remoção do mecanismo de atenção e, por outro, exige a descarga do máximo de Qs advindas das fontes endógenas, o que pode ocorrer na medida em que se atende às “grandes necessidades”, como a fome, a sexualidade e a respiração. Em caso de redução de carga por essas duas vias, o resultado é o empobrecimento de Q no eu, deixando-o próximo do “ideal de inércia” e permitindo a inibição da descarga motora e do processo secundário. O eu, então, pode dormir. Mas como as fontes endógenas são incessantes e permanecem emitindo Qs ao aparelho mesmo durante o sono, elas ainda ocupam o núcleo de ψ – a parte do aparelho em contato direto com essas fontes, com o corpo. A baixa circulação dessas quantidades remanescentes nesse núcleo e a ausência de inibições promovem então o processo primário, o que implica na ocupação das facilitações resultantes das vivências de satisfação por meio de uma tentativa de realizar desejos que resulta no alucinar do processo onírico. Concebido dessa forma, o mecanismo do sonho nesse texto pode ser entendido mais como reflexo do sono do que seu guardião. O sonho, portanto, não é um auxiliar para o desejo de dormir, mas uma consequência da impossibilidade de descarga total do aparelho: “Se houvesse descarga completa do eu, o sono teria de ser sem sonho” (Freud, 1895/1995, p. 51). De tal modo que o sonho ocorre porque o corpo não para de estimular o aparelho durante o sono; não para, em outras palavras, de “perturbar” um aparelho que visa à descarga. Daí que é possível entender, como faz Gabbi Jr. (apud Freud, 1895/1995), que Freud apresenta nesse manuscrito uma teoria sobre o sonho parecida com aquelas científicas que ele mesmo censura em *A interpretação...*⁵⁴.

Dentre os motivos para montar o primeiro capítulo de *A interpretação...* está justamente a necessidade de evidenciar a “supervalorização” que a ciência então vigente concede aos estímulos de fonte somática. Para esta ciência “[...] o sonho não é em

---

⁵⁴ Conforme Gabbi Jr. (apud Freud, 1895/1995): “A teoria sobre o sonho, desenvolvida aqui [no *Projeto...*], parece não considerar a existência do pesadelo ou dos sonhos de angústia. Tampouco vê no sonho o desejo de manter o estado de sono. Ela está mais próxima das teorias médicas criticadas por Freud em *Traumdeutung*, dado que considera o sonho como uma perturbação do estado de sono: se não houvesse uma eliminação da quantidade endógena do eu, não se sonharia” (p. 165, nota 247).

absoluto um ato anímico, mas um processo somático que se anuncia mediante certos sinais no aparelho psíquico” (p. 118). É o oposto do que propõe a teoria de *A interpretação...*, que procura agora o sentido dos sonhos a partir do “descobrimento de uma insuspeitada fonte psíquica de estímulos” (p. 66). Uma modificação na teoria que, por conseguinte, inverte a busca pela cientificidade. Sua inclusão nas ciências da natureza não pode ser pensada nos mesmos termos adotados pelas teorias somáticas, extraídas do interior das ciências da natureza, como é o caso daquela apresentada no *Projeto...*. O sonho agora está localizado do lado de fora, e resgatá-lo implica notificar as razões de sua cientificidade:

Quando se impôs o modo de pensar das ciências da natureza, sobreveio uma reação na avaliação do sonho. Precisamente os autores médicos têm a maior tendência para julgar que a atividade psíquica no sonho é insignificante e sem valor, enquanto filósofos e observadores não profissionais – psicólogos amadores –, cujas contribuições justamente nesse campo não podem ser desdenhadas, defendem quase sempre, e em maior acordo com as intuições populares, o valor psíquico dos sonhos. (Freud, 1900/2001k, p. 87)

Enquanto a medicina, representante do discurso científico, investe na noção de estímulo para explicar a produção dos sonhos, ela descarta a possibilidade de neles haver um sentido. Por outro lado, apesar de reconhecerem esse sentido, os filósofos, psicólogos amadores e observadores do senso comum não alcançam a ciência porque não se apoiam em um método científico para interpretar os sonhos. A teoria de Freud se localiza no meio das duas abordagens, embora esteja mais próxima da segunda, já que ele é “[...] levado a admitir que estamos outra vez diante de um desses casos, não raros, em que uma crença popular antiga, mantida com tenacidade, parece aproximar-se mais da verdade das coisas que o juízo da ciência que hoje tem validade” (Ibid., p. 121-122). Mas como ela pode ser científica como a primeira ao mesmo tempo em que restaura aspectos da segunda? É o “espírito de defesa” que manifesta as razões. Freud sabe, como diz Forrester (2013), que a interpretação dos sonhos “suscitava problemas profundos de autoridade” (p. 25), tanto que, nas cartas a Fliess, ele mostra o mal, como também o remédio: “Mas, se não quisermos entregar aos ‘cientistas’ um machado com que massacrar o pobre livro, temos que suportá-la em algum lugar” (Freud apud Masson, 1986, p. 366)⁵⁵. Trata-se justamente de uma referência à literatura científica do primeiro capítulo, entendida como uma “floresta escura” que não pode ser contornada:

---

⁵⁵ Carta de 6 de agosto de 1899.

A coisa [o livro dos sonhos] está planejada segundo o modelo de um passeio imaginário. No começo, a floresta escura dos autores (que não enxergam as árvores), irremediavelmente perdidos nas trilhas erradas. Depois, uma trilha oculta pela qual conduzo o leitor — meu sonho exemplar, com suas peculiaridades, pormenores, indiscrições e piadas de mau gosto — e então, de repente, o planalto com seu panorama e a pergunta: em que direção você quer ir agora? (Freud apud Masson, 1986, p. 365)⁵⁶

O campo do saber é aludido por meio de um contorno territorial que permite ilustrar suas fronteiras. Freud quer conduzir o leitor da “floresta escura” das “trilhas erradas” ao “planalto com seu panorama”, onde é possível visualizar direções. Aparece com isso um mapeamento de como resolver seu dilema, revelando que, dado o fracasso da literatura científica, é preciso conduzir o leitor a um novo referencial teórico. Uma condução que encontra um grau de dificuldade maior do que o trecho supracitado pode transparecer. Ao menos é o que mostra a versão atenuada da passagem acima, que abre o terceiro capítulo do livro dos sonhos⁵⁷ e é confirmada na abertura do Capítulo VII, quando, chegada a hora de introduzir o novo modo de tratar o fenômeno, Freud (1900/20011, p. 506) afirma que “[...] a partir desse momento, em que pretendemos penetrar mais fundo nos processos anímicos que ocorrem nos sonhos, todas as trilhas desembocam na escuridão”. Mostrar o que fundamenta a teoria de interpretação dos sonhos exige lançar luz a essa “escuridão”, para o que Freud entende não haver outro modo senão estabelecer uma trilha por meio do encadeamento de fenômenos psicológicos. As restrições a seu método ele já conhece, como evidenciam diversos de seus textos anteriores, da década de 1890. Em *A interpretação...* elas retornam, novamente concentradas na figura dos psiquiatras. Na visão de Freud, a possibilidade de estudar a mente independentemente do cérebro orgânico: “assusta hoje os psiquiatras, como se o seu reconhecimento pudesse nos levar de volta aos tempos da filosofia da natureza e da metafísica da alma” (p. 66-67). Diante disso, e para não “assustar” a ciência, Freud responde com um argumento de suspensão. Ele relega para um conhecimento do futuro — e por isso um conhecimento impossível de saber qual e como é — o ofício de superar a explicação psicológica por meio de outra explicação que permita entender a base orgânica dos mesmos fenômenos:

Mesmo ali onde a investigação permite reconhecer no psíquico a ocasião primária de um fenômeno, um estudo mais profundo saberá descobrir, em cada caso, a continuação do caminho que leva até a fundamentação orgânica do

⁵⁶ Carta de 6 de agosto de 1899.

⁵⁷ “Se passamos por um desfiladeiro e de pronto alcançamos uma colina em que os caminhos se separam e oferecem as mais ricas perspectivas em diferentes direções, podemos demorar um pouco ao pararmos para considerar para onde nos dirigiremos primeiro” (p. 142).

psíquico. Mas onde o psíquico tem que ser, para o estado atual de nosso conhecimento, a estação final, será preciso admiti-lo. (Ibid.)

Eis a importância do “espírito de defesa” de Freud. Quando acionado, ele revela as restrições no mapa do território da ciência da natureza, o que não elimina, como dito, o problema de suas fronteiras. No caso de *A interpretação...*, atravessá-las parece instituir uma dupla tarefa, sendo ambas referentes àquele dilema: a primeira tarefa é mostrar que o fenômeno precisa ser aclarado, mesmo quando a “estação final” é o conhecimento psicológico; a segunda, mais complicada, é edificar teoricamente esse conhecimento, o que, como abordamos a seguir, leva Freud a explorar outros aspectos que legitima nesse mapa para, conforme Gabbi Jr. (1991), constituir “a primeira teoria “realmente científica sobre o sonho”⁵⁸.

2.4 A FREQUÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

Como Freud defende o caráter natural do fenômeno onírico em *A interpretação...*? Trazer esta pergunta para o primeiro plano desta seção nos permite abordar mais diretamente o modo como ele concebe as ciências da natureza ao introduzir a psicanálise. Por meio desse questionamento, podemos levar à obra a discussão sobre naturalismo naqueles termos que propusemos em nossa introdução. Isto é, termos que abarcam a observação das restrições de Freud em relação a sua concepção de natureza, assim como a investigação de aspectos sobre a maneira como ele concebe a relação entre naturalismo metodológico e ontológico.

A interpretação... é particularmente interessante nesse sentido porque, além de abrir a porta de acesso à nova psicologia, por meio dela Freud indica algo importante sobre seu entendimento de como apreender o fenômeno psíquico. Quando se propõe a entendê-lo como natural, a vulnerabilidade desse tipo de fenômeno, em seu caráter imaterial e inobservável, exige uma demonstração apurada sobre a maneira de apreendê-lo. Esse entendimento se dá na medida em que Freud dispõe da interpretação como instrumento principal para mostrar que as propriedades do fenômeno psíquico são algo além de “espuma”. Para saber o que é o sonho enquanto fenômeno psíquico e fenômeno

---

⁵⁸ “A investigação freudiana se inicia pela constituição do seu objeto: não se pretende estudar o sonho em geral, mas apenas determinados aspectos dele. Em outras palavras, a concepção nascente constrói o conceito de sonho enquanto conceito psicológico e, ao mesmo tempo, luta para permanecer dentro do campo da ciência, ou melhor, para constituir a primeira teoria realmente científica sobre o sonho” (Gabbi Jr., 1991, p. 142).

natural, é preciso respeitar os modos específicos da interpretação para estudá-lo, ou, em certo sentido, para “observá-lo”. Assim, para Freud, as particularidades do método são decisivas para desvelar a ontologia do fenômeno psíquico.

Isso quer dizer que o sonho pode ser algo ontologicamente diferente de quando apreendido por outra modalidade do saber? O sonho que o místico concebe como tendo um poder premonitório é diferente daquele cujo sentido emana do psiquismo? Ou que o sonho como articulado no *Projeto...*, concebido em termos de perturbação somática, é ontologicamente diferente daquele que em *A interpretação...* manifesta um sentido apreensível? A ontologia do sonho é uma e os modos variam para abordá-lo? Ou a ontologia pode variar dependendo da abordagem correspondente?

De certo modo, Freud trata dessas questões no primeiro capítulo de *A interpretação...*, principalmente no penúltimo item, quando classifica as diversas teorias sobre o sonho. Mas, como em outros momentos dessa obra que exigem um posicionamento ontológico mais restritivo, ele parece estrategicamente suspender tal avaliação. Nesse item, portanto, o que determina as teorias não é a variação ontológica, mas a “função” que elas atribuem ao sonho. Diz ele:

Não é obrigatório que da teoria se possa derivar uma função do sonho, ou seja, uma utilidade ou algum outro resultado; mas como estamos habituados a buscar uma teleologia, de bom grado acolheremos aquelas teorias que vão associadas com a perspectiva de uma função do sonho. (Freud, 1900/2001k, p. 98)

Sendo este o critério, torna-se menos complicado afirmar, por exemplo: que, independentemente de seu caráter sobrenatural, o sonho segundo o místico tem a função de guiar as vontades dos deuses; que no caso das demais teorias que também entendem o sonho como componente psicológico, sua função é de “restituir o psiquismo”; e que, no caso das teorias somáticas, as “científicas”, não há propriamente uma função, visto que o sonho é entendido como uma perturbação. A função parece ocultar a discussão ontológica.

Porém, no Capítulo VII, quando o “espírito de defesa” é novamente atenuado⁵⁹, Freud fornece pistas, ou deixa rastros, sobre a posição que pretende adotar para conceber ontologicamente o sonho. Via de regra, este é um processo tal como os outros que, em

---

⁵⁹ No item B desse capítulo, sobre a regressão, Freud é bastante explícito ao dizer que não mais pretende *defender* suas ideias. Dali em diante, ele se permite abordá-las por meio da psicologia independentemente de objeções: “Pois bem, já postos a salvo das objeções, ou ao menos havendo assinalado o lugar onde descansam as armas para nossa defesa, não podemos adiar por mais tempo a abordagem das investigações psicológicas para as quais há muito tempo nos preparamos” (Freud, 1900/2001l, p. 527).

seu conjunto, compõem o aparelho psíquico. Por mais elusivo que possa aparentar à primeira vista, este é o comprometimento ontológico que permite a Freud recusar todas as outras teorias e, a partir de um procedimento hipotético-dedutivo, conjecturar que o sonho tem a função de realização de desejo, e assim sempre foi, uma vez que a proposta é de que o sonho antes da psicanálise não é diferente daquele que ela interpreta dentro de sua teoria psicológica. Tal ideia encontra uma corroboração mais contundente em 1923, em “Observações sobre a teoria e prática da interpretação dos sonhos”, no qual o sétimo item investiga se as sugestões do analista influenciam o sonho em geral e, especificamente, o “sonho confirmativo”, aquele que “segue por trás” da análise e que providencia informações sobre questões prévias à formação de sintomas, informações do “passado do sonhador” (p. 117). Freud (1923/2001q) relata o caso de um paciente que frequentemente desconfia de seus próprios “sonhos confirmativos”, duvidando se eles de fato são seus ou se são construídos em análise para “expressar respeito” ao analista (p. 118). O paciente só se convence de que seus sonhos não sofrem alterações desse tipo após se lembrar de outros sonhos que tivera antes de iniciar o tratamento, cuja análise mostra “as mesmas interpretações que as dos posteriores” (Ibid.). Aceitando que o sonho dentro e fora do consultório não diferem, Freud (1923/2001q) então remata esse item: “E opino que seria bom recordar às vezes que os seres humanos costumavam sonhar antes que existisse a psicanálise” (Ibid.).

A frase revela uma espécie de resposta para aquelas perguntas: para Freud, a ontologia do sonho não varia de acordo com o método para estudá-lo. O sonho, antes e depois da análise ou antes e depois da psicanálise⁶⁰, é um processo cuja função é a realização de desejo, mesmo que tenha sido abordado de modo equivocado inúmeras vezes, inclusive no *Projeto...*, e mesmo que a esse entendimento se acrescente, em 1920, uma exceção para entender sonhos traumáticos. Definido o método apropriado para decifrá-lo, a cargo da psicanálise, enquanto ciência da natureza, resta então explicar o sonho como fenômeno natural. Lendo dessa forma, é como se Freud tivesse encontrado um modo antes inexistente para essa decifração, tal como sugere Monzani (2005) num comentário sobre o trecho citado no parágrafo anterior:

Essa observação de Freud é mais do que interessante. Porque se se admite que o sonho é uma espécie de mensagem cifrada e se se admite também que só a psicanálise achou a chave dessa linguagem, é preciso convir então que, por

---

⁶⁰ Em *Conferências de introdução à Psicanálise* (1915), Freud (2001e, p. 77) diz que “A reconstrução do passado, como se sabe, não é fácil, mas – se vocês me permitirem a anedota – há algo que podemos supor com certeza: já nossos ancestrais, há 3 mil ou mais anos, sonhavam como nós sonhamos”.

mais de dois mil anos, os homens sonharam inutilmente. É como se houvesse uma estação de rádio emitindo ondas, mas ainda não se houvesse inventado o aparelho receptor. (Monzani, 2005, p. 138)

Estender essa metáfora talvez possa nos ajudar: embora alinhado ao naturalismo da ciência vigente e embora adequado para fornecer uma vasta gama de ideias para desenvolvimento posterior, o “aparelho receptor” do *Projeto...* não capta a “onda” do sonho por um viés que permita abranger sua capacidade de produzir sentido e, menos ainda, abranger que esse sentido tem conteúdo manifesto e latente. Isso porque, como as demais teorias dessa ciência, esse tipo de aparelho se precipita ao distinguir o sonho como um fenômeno somático. Por outro lado, as teorias que admitem o sonho como um fenômeno psíquico⁶¹ não conseguem decifrar essa “onda” porque seu “aparelho receptor” não está equipado com um método para encontrar o que no sonho há de oculto, a maior razão para isso sendo talvez a justaposição de consciência e psiquismo. Tampouco é capaz de captá-lo o “aparelho receptor” dos místicos, já que busca no sonho critérios para descrever o futuro e o acesso ao divino, o que para Freud é “pré-científico”, dado seu caráter “sobrenatural”⁶². Diante disso, a inadequação desses três pontos de vista torna evidente o desafio remanescente: é preciso forjar um “aparelho receptor” com uma *frequência epistemológica* ajustada para compreender o sonho como um fenômeno psíquico dotado de um sentido oculto. Tal aparelho que, além do mais, deve ser capaz de *salvar o naturalismo*.

Em nossa introdução argumentamos que, quando se pretende naturalista, uma teoria que versa sobre o psíquico precisa fazer corresponder o posicionamento metodológico ao ontológico sobre aquilo que é aceito como fenômeno. Dissemos que a demarcação de naturalismo ontológico precisa ser especificada porque sem ela o método científico aplicado pode se tornar impreciso. Ora, não é possível afirmar que uma entidade psíquica é natural sem descrever a constituição dos dados empíricos que determinado método busca esclarecer. Faria sentido, por exemplo, aplicar um método como o da física para identificar e explicar se o deus dos sonhos na mitologia grega, Morfeu, de fato interviu em certo processo onírico? A não ser que de alguma maneira fosse justificado que Morfeu pode ser uma entidade física, a busca certamente seria em vão. É que a aplicação de um método físico pressupõe que do outro lado daquilo que é estudado exista algo entendido como físico, o que evidencia a necessidade de justificar que o fenômeno

---

⁶¹ Cf. Freud (1900/2001k, p. 64-67).

⁶² Cf. Freud (1900/2001k, p. 30-31).

estudado se adeque ao método aplicado. Isso seguramente se torna um desafio mais complicado para teorias que se propõem a estudar fenômenos psíquicos como naturais. Mesmo que adotem versões fisicalistas ou materialistas, justificar o critério “constar na natureza” exige dessas teorias um grau maior de descrição dos dados empíricos na medida em que isso é o que oferece, ao menos aproximadamente, a ontologia dos aspectos inobserváveis dos fenômenos estudados. A descrição dos dados empíricos buscados fornece a referência ao método e marca os compromissos ontológicos, de tal modo que os “protege” de qualquer “contaminação” de aspectos sobrenaturais.

A nosso ver, a naturalização de um fenômeno apresenta relação direta com a exigência de dados empíricos. Os critérios para uma naturalização podem ser numerosos e dependem daquilo que se considera fundamental para dada concepção de natureza – para aquilo, portanto, que de fato deve “constar na natureza”. Por exemplo, tomemos alguns aspectos centrais do estatuto que reivindica a concepção de Freud no *Projeto...*: respeitar certos princípios da lógica, como o da não contradição; assentar os fundamentos epistemológicos, como o empirismo; adotar fundamentos norteadores de outras caracterizações fenomênicas, como os da física e da biologia, que possam dar referência ao que é estudado; seguir certa concepção de mente que condiz com as características do fenômeno e expressa suas relações com o cérebro e com o corpo; e tantos outros aspectos que permitem mostrar o lugar do fenômeno na natureza. Como a concepção de natureza é dada por Freud, a naturalização pode ocorrer na medida em que, além de prover suficientemente esse estatuto, o modelo explicativo não romper com seus próprios critérios ao forjar um conceito para abarcar determinado fenômeno. Quer dizer, ao concordarmos que uma concepção de natureza não é algo axiomático ou autoevidente, a justificação dessa naturalização deve ocorrer em acordo com o estatuto proposto, tal como uma pessoa só pode ser considerada natural de um país quando revelar que sua identidade atende aos requisitos de nacionalidade *daquele* país.

Agora, ao aceitarmos que a descrição dos dados empíricos é necessária para composição desse estatuto e que este é oferecido pela própria psicologia naturalista, a seguinte questão sobressalta: o que ocorre com o processo de naturalização quando uma psicologia científico-naturalista diz trabalhar com uma teoria passível de suspensão? Por suspensão entendemos a proposta de que um fenômeno pode ser abarcado por meio de um modelo teórico-metodológico provisório até que outras formas de conhecimento, supostamente mais estáveis e seguras, possam substituí-lo. A teoria ainda não suspensa tem uma tarefa limitada de “revelar” os fenômenos e abrir caminho para que outros

modelos teóricos mais sofisticados e confiáveis eventualmente promovam, por exemplo, explicações que refinem as previsibilidades objetivas e aprimorem as aplicações tecnológicas⁶³. Quando isso acontece, a primeira teoria pode então ser substituída pela segunda e o processo de naturalização ocorre conforme as exigências dessa nova teoria. No entanto, sobretudo em casos de teorias que se permitem trabalhar com fenômenos inobserváveis, como é possível afirmar que a referência da natureza foi mantida nesse segundo processo de naturalização? Ou, o que assegura que a referência “natureza” é a mesma?

Suponhamos que tenha chegado o momento em que dada teoria da neurofisiologia corrobore um modelo “mais correto” ou “mais confiável” que a metapsicologia freudiana para explicar, por exemplo, o inconsciente. Essa substituição é amplamente consentida pelo *mainstream* científico da época, que passa a defender ser totalmente plausível eliminar o modelo metapsicológico. Ao menos naquele momento, o tempo de contra-argumentar parece ter acabado, e não demora para que a metapsicologia se torne um assunto do passado, juntando-se a todas as demais teorias científicas obsoletas, como a do éter, do magnetismo animal etc. Pois bem, mesmo considerando que a metapsicologia de Freud não defenda uma versão dualista sobre a interação mente-cérebro – o que poderia dificultar a aceitação dessa substituição –, até que ponto é correto dizer que esta teoria neurofisiológica corroborou um modelo de inconsciente que pode de fato substituir, em termos ontológicos, aquele que a metapsicologia buscava antes de ser substituída? Para haver uma resposta coerente para essa pergunta, entendemos que a concepção de natureza deve ser minimamente estabelecida. Isso porque, para ocorrer tal substituição de teorias, o modelo substituído precisa ser infringido, o que exige clareza de seus critérios empíricos. Ou seja, nesse caso hipotético, porque a teoria neurofisiológica substituiu o inconsciente como antes concebido pela metapsicologia, é preciso saber claramente o que

---

⁶³ É de se observar que nosso uso da expressão “suspensão” se assemelha à ideia de “redução” em filosofia da ciência. E, de fato, com suspensão não queremos dizer algo muito diferente. Entretanto, como talvez se torne mais claro adiante, o termo suspensão nos parece mais apropriado para o caso de Freud porque, em vez da conotação de “trazer de volta” que implica a expressão latina *reducere*, a ação de suspender que subjaz à palavra suspensão pode transparecer que Freud defende, em última instância, proposições não reducionistas. Porque adota esse posicionamento, seus argumentos parecem evocar menos uma teoria que vai “trazer de volta” aquilo que falta na abordagem metapsicológica e mais a ideia de que, se um dia o conhecimento da metapsicologia for substituído, ele o será por meio de *outro* programa de pesquisa, como o neurofisiológico. Assim, o ato de suspender pode “retirar do ar” o cerne teórico da psicanálise, ainda que certos fenômenos possam sobreviver, como os inconscientes.

de fato foi substituído: o conteúdo do fenômeno explicado pela nova teoria é o mesmo que buscava a anterior, visto que ela nunca o encontrou?

Assim, se for coerente que, no caso de uma psicologia que se diz naturalista e que trabalha com fenômenos inobserváveis, o método é determinante para se entender o que se busca ontologicamente, temos que o esquema de naturalização dessa psicologia precisa deixar claro o seu compromisso ontológico. Esperamos que essa colocação se torne cada vez mais clara ao longo das próximas seções. De todo modo, no que se refere à necessidade de o aparelho concebido em *A interpretação...* ter que salvar o naturalismo, pensamos haver duas alternativas para que Freud consiga postular uma teoria científico-naturalista nos moldes que almeja. Se para nós salvar o naturalismo significa não perder a referência do conjunto “natureza”, estabelecido ao abarcar um fenômeno por meio de outra abordagem teórica, então ou Freud estabelece de maneira precisa o compromisso ontológico que oferece em *A interpretação...*, ou talvez seja o caso de que seus argumentos de suspensão sejam apenas retóricos, como já indicamos em nossa introdução. Em certo sentido, pensamos que ele acaba seguindo as duas alternativas.

Como dito, no *Projeto...* Freud estabelece a convergência entre naturalismo metodológico e ontológico de maneira suficientemente clara ao decretar que os fenômenos são fundados no campo material e que respeitam dois modelos causais, o físico e o evolucionista. Caso queira entender o que é o psiquismo nesse universo natural, o pesquisador precisa adotar esses métodos ajustados para buscar a ontologia dos fenômenos correspondentes. Nesse sentido, mais interessante do que avaliar se o *Projeto...* é um texto meramente especulativo e se sua teoria está ou não equivocada, parece ser observar que ele enuncia um código claro para naturalização. Em *A Interpretação...*, por outro lado, tal programa não parece despontar a mesma possibilidade de execução, ao menos não com a mesma exatidão. O método a ser adotado por um dado pesquisador para explorar o campo fenomênico é conhecido e amplamente delineado. Grande parte da obra é dedicada justamente a mostrar que a interpretação deve ser adotada para que o psiquismo seja estudado nesse universo natural, sobretudo quando se pretende uma investigação para aprimorar modelos clínicos. A ontologia dos fenômenos, entretanto, parece não encontrar a mesma clareza de descrição. Apesar de *A Interpretação...* estar inserida no campo comum da ciência da natureza, e que nela fique

clara a sobrevivência de inúmeras teses e conceitos fundantes⁶⁴, à primeira vista parece haver certa imprecisão sobre aquilo que compõe os dados empíricos do fenômeno estudado. É isso que parece dificultar o entendimento sobre a convergência entre as formas de naturalismo e a definição sobre se há de fato uma diferença de identidade ontológica para os fenômenos abarcados.

É certo que em *A interpretação...* Freud recorre à linguagem metafórica ao dizer que, para permanecer em “terreno psicológico”, é preciso “[...] imaginarmos o instrumento de que se vale as operações anímicas como se fosse um microscópio composto, um aparelho fotográfico, ou algo semelhante” (Freud, 1900/20011, p. 529)⁶⁵. Com isso ele procura oferecer o “lugar” da “localidade psíquica” ao delinear um campo virtual para o fenômeno. E, embora este se encontre em “[...] zonas nas quais não se situa nenhum componente apreensível do aparato” (Ibid., 530), ao menos é possível a construção de modelos operativos. Por um lado, uma alegação metafórica como essa permite pensar que a referência à natureza foi prescindida, ou que, dali em diante, virão apenas formulações fictícias para solucionar problemas, como um vasto repertório de

---

⁶⁴ Para recapitular essas teses sobreviventes emprestamos aqui a lista construída por Sulloway (1992, p. 119): “[...] na linguagem neuroanatômica do *Projeto*, como na posterior *Interpretação dos Sonhos*, estão os conceitos de processos primários e secundários; os princípios de prazer-desprazer, a constância e teste de realidade; o conceito de *catexia*; as teorias da regressão psíquica e da alucinação; o sistema de percepção, memória, atividade psíquica inconsciente e pré-consciente; e, ainda, a teoria de Freud de que sonho é realização de desejo”.

⁶⁵ Para torná-la mais clara, resolvemos reproduzir a passagem na íntegra: “A ideia que assim se põe a nossa disposição é de uma *localidade psíquica*. Deixamos completamente de lado que o aparelho anímico de que aqui se trata nos é conhecido também como uma preparação anatômica e tomaremos o cuidado de não cair na tentação de determinar essa localidade psíquica como anatômica. Permaneceremos no território psicológico e somente propomos seguir esta sugestão: imaginar o instrumento de que se valem as operações da alma como se fosse um microscópio composto, um aparato fotográfico, ou algo semelhante. A localidade psíquica corresponde então a um lugar no interior de um aparelho em que se produz um dos estados prévios da imagem. No microscópio e no telescópio, como é sabido, essas são, em parte, localizações ideais, zonas nas quais não se situa nenhum componente apreensível do aparato. Julgo supérfluo desculpar-me pelos defeitos desta ou qualquer imagem semelhante. Tais analogias não perseguem outro propósito senão nos servir de apoio no objetivo de tornar compreensível a complexidade da operação psíquica, decompondo-a e atribuindo suas operações singulares aos diversos componentes do aparelho. Que eu saiba, ninguém ousou até o momento deduzir a composição do instrumento anímico por meio dessa decomposição. Parece-me inocente. Temos direito, creio, de dar livre curso a nossas conjecturas, conquanto mantenhamos no empenho a frieza de nosso juízo e não confundamos os andaimes com o edifício. Posto que para uma primeira aproximação a algo desconhecido não necessitamos de outra coisa senão algumas representações auxiliares, daremos preferência às hipóteses de caráter mais tosco e apreensível. Imaginamos então o aparato psíquico como um instrumento composto cujo os elementos chamaremos de *instâncias* ou, em benefício de maior claridade, *sistemas*. Em seguida, formulamos a expectativa de que esses sistemas tenham talvez uma orientação espacial constante, como se seguem os diferentes sistemas de lente de um telescópio. Estritamente falando, não precisamos supor uma ordenação realmente espacial dos sistemas psíquicos. É suficiente para nós ter estabelecido uma sequência fixa entre eles, isto é, que, como resultado de certos processos psíquicos, os sistemas são atravessados pela excitação dentro de uma certa série de tempo. A série pode sofrer uma alteração no caso de outros processos; queremos deixar aberta essa possibilidade. No que se segue, e por uma questão de concisão, nos referiremos aos componentes do aparelho como “sistemas” (Freud, 1900/20011, p. 530).

educated guesses. Por outro, pode ser que essa linguagem metafórica seja empregada apenas em relação aos contornos, ou periferia, da ontologia do fenômeno psíquico, e não para o centro, onde parece haver maior precisão. Pensado assim, pode ser que Freud sinalize com essa metáfora do microscópio que está reforçando sua posição ante aquele dilema entre referencial teórico e fenômeno: a posição de que prefere focar o fenômeno.

Em *A interpretação...*, Freud se abstém de inferir a ontologia do fenômeno por “fora”, como procurou fazer no *Projeto...*, quando leva os modelos causais ao limite para assentar seus postulados em conhecimentos que fornecem um esquema de naturalização aparentemente mais acertado. Neste texto, portanto, da física e biologia (fora) é possível inferir o fenômeno psicológico (dentro). *A interpretação...*, por sua vez, revela uma estratégia diferente: [mais ou menos] independentemente do que há fora, é possível conhecer o dentro. Para isso ocorrer, é a referência anatômica que paga o preço pela prioridade do fenômeno, visto que, embora não deixe de ser indicada, ela não é estritamente explorada. Interromper a tentativa de levar ao fenômeno psíquico uma “base orgânica” mostra que o fora pode então ser metaforizado como um microscópio, mas também referido de maneira talvez mais realista por meio da neurologia, como na passagem em que Freud diz:

Evitaremos qualquer abuso desse modo de figuração se nos recordamos que representações, pensamentos e formações psíquicas em geral absolutamente não podem ser localizados em elementos orgânicos do sistema nervoso, e sim *entre eles*, por assim dizer, onde resistências e facilitações constituem seu respectivo correlato. (Freud, 1900/2001 p. 599, *itálicos do autor*)

Entre os neurônios se encontram os fenômenos psíquicos, e é nessa dimensão que deve se concentrar a frequência epistemológica de uma psicologia que pretende estudá-los cientificamente. Uma frequência que deve privilegiar o dentro ao adotar um método, como é o da interpretação, para inferir o que há no plano ontológico desse *entre*. Sua eficácia em providenciar uma forma de conhecer esses fenômenos e de forjar conceitos é o que possibilita Freud prescindir da necessidade de recorrer a outras teorias de fora. Mas como isso é possível? Nossa pressuposição, em certo sentido já anunciada, é a de que a interpretação é adequada tanto para revelar quanto para analisar *processos*. São esses que compõem a dimensão natural do *entre* neurônios e que, tendo em vista a impossibilidade de uma observação direta sobre suas propriedades imateriais, não impede que subjaza um esquema de naturalização. Desse esquema, diversos compromissos podem ser extraídos, mas talvez aqueles mais próximos do nível ontológico podem aparecer no seguinte:

- (i) Se P (processo) está entre a matéria, então P não pode ocorrer sem a matéria. Logo, a matéria é uma causa necessária para ocorrência de P . Por um lado, isso mostra precisão para o tipo de substância material (neurônios) que ocasiona P . Por outro lado, não é plausível deduzir disso que P em si é exclusivamente matéria.
- (ii) Aquilo que é conhecido até chegar a P faz parte do conhecimento da matéria e da física dos neurônios. Freud reconhece que outras ciências da natureza, como a biologia e a física, estão dentro de um fluxo de conhecimentos que também engloba P . No entanto, tendo em vista o referido dilema, entre essas demais ciências e P há uma dimensão desconhecida.
- (iii) Freud não considera essa dimensão desconhecida como impossível de ser conhecida. Cabe nela um programa epistemológico. Entretanto, ao abandonar a referência anatômica, Freud precisa admitir que esse desconhecido compõe uma lacuna que deve ser suspensa naquele momento. É essa suspensão que nos parece compor um problema complicado para o entendimento de sua forma de naturalização, porque enfraquece seu compromisso ao postular que a identidade de P pode ser substituída por outra e porque dificulta a afirmação de que a referência “natureza” é a mesma na teoria atual e em uma teoria futura possível.

A concepção de Freud sobre natureza em *A interpretação* contém o processo como compromisso ontológico. Mas observamos já em nossa introdução que sua presença ocorre desde o texto das afasias, talvez sendo este o momento de sua inauguração e talvez sendo ali que Freud começa a explorar essa dimensão da natureza que se torna cada vez mais cara conforme sobrevive à triagem de conceitos fundantes da mente durante a década de 1890. Além disso, por mais que os fenômenos psíquicos estejam identificados em bases neurais, no *Projeto...* a divisão entre processo primário e secundário é colocada no âmbito de regime de funcionamento do aparelho, o que difere do texto das afasias, entre outros motivos, porque, neste, consciência e psíquico são justapostos. Dentre os avanços de seu uso no *Projeto...* se destaca que essa distinção entre dois tipos de processos permite

a Freud inferir modos econômicos de funcionamento que ensejam os contornos tópicos do sistema inconsciente. A diferença do emprego dessa distinção em *A interpretação...* é que nela o protagonismo teórico do processo não é apenas de nível ontológico, como também de categoria. Se os neurônios são suspensos em termos de base de identificação para os fenômenos psíquicos, essa divisão sobrevém como recurso para defesa do caráter natural dos fenômenos, como é o caso dos sonhos.

Portanto, a forma de naturalismo tal como estabelecida em *A interpretação...* pode implicar o seguinte: o naturalismo metodológico de Freud entende que a interpretação pode revelar fenômenos psíquicos. É possível desvendar a natureza por meio desse método, ainda que ele seja diferente daquele aplicado por outras ciências da natureza. O correspondente desse método é um naturalismo ontológico no qual a dimensão de processo permite forjar uma série de conceitos.

3 A SEXUALIDADE E A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA

O que podemos inferir sobre a concepção freudiana de ciências da natureza nos *Três ensaios sobre a teoria sexual* (1905)⁶⁶? Ali o tema da sexualidade é antigo, presente nas investigações de Freud por quase vinte anos, trabalhado em inúmeros textos e cartas. É verdade que sua evolução ocorre gradualmente: com início na segunda metade da década de 1880, a partir da proposta de que na etiologia da histeria o psiquismo se sobrecarrega de excitação, e, após uma extensa produção, acabando a década de 1890 com um repertório de conjecturas bem modificado para entender o entremear dessa sobrecarga. Dentre essas teses, talvez as mais decisivas sejam: a proposta de que as paralisias histéricas burlam a anatomia; a moral como fator decisivo das defesas do eu; a conjectura de que pode ocorrer uma cisão entre representação e afeto; o reconhecimento da fantasia para recalcular a teoria da sedução; e, como resultado deste último, o reconhecimento de que a sexualidade já se manifesta na infância⁶⁷. No fim dessa década, a teoria de que sonho é realização de desejo se faz traduzível ao público porque o trajeto particular diante do enigma da sexualidade pode ser conectado com a versão então adotada da mente e da frequência epistemológica. Ou seja, a sexualidade tal como sondada na clínica corresponde ao modelo de mente ajustado naquele momento.

Nos *Três ensaios*... observamos o resultado mais direto desse ajuste. Pela primeira vez e sob critérios próprios, *Trieb* pode aparecer publicamente como conceito, sinalizando com isso a resolução de problemas internos e, por outro lado, adicionando novos aspectos no procedimento de naturalização. A essa altura, Freud dispõe da metapsicologia para avançar no projeto de apropriação do *entre* dos neurônios que habitam os processos. Naturalizar vai se tornando cada vez menos uma tarefa reducionista-materialista e cada vez mais uma aplicação da metapsicologia. Nosso interesse nesta seção volta-se para esse entendimento, com a pressuposição de que o tema antigo da sexualidade é, de certa forma, atualizado nos *Três ensaios*... para participar da tarefa de salvar o naturalismo e, assim, revelar características ontológicas importantes sobre a concepção de ciências da natureza.

---

⁶⁶ Daqui em diante, *Três ensaios*...

⁶⁷ Não cabe aqui remontar o passo a passo de cada uma dessas conquistas teóricas. Para uma explanação mais detalhada cf. Monzani e Bocca (2015).

3.1 SEXUALIDADE EXPLORADA

Hoje sabemos que, no auge de suas publicações, as teorias de Freud não marcam uma ruptura no entendimento da sexualidade⁶⁸. Em diversos pontos, essas teorias estão alinhadas ao que defendem seus pares, igualmente interessados na então recente ciência da sexologia (Sulloy, 1992; Sauerteig, 2012; Schaffner, 2012; Sigusch, 2012; Simanke, 2016; Oosterhuis, 2017). E, mesmo nos pontos desalinhados, Freud pode não ter sido tão inovador quanto se é comumente estimado, como no caso da “descoberta” da sexualidade infantil (Sulloy, 1992; Sigusch, 2012; Sauerteig, 2012; Simanke, 2016; Oosterhuis, 2017). Na medida em que consideramos a sua manifesta busca por originalidade, revelada nos bastidores de seus embates nas cartas, cabe também a impressão de que ele próprio seja responsável pelo hasteamento desse caráter “divisor de águas” que teria estabelecido sua teoria. Impressão que se fortalece ainda mais quando lembramos de seu posicionamento autobiográfico ao sugerir que a autoanálise aparece na década de 1890 como um reflexo de seu isolamento e, junto a isso, como uma necessidade de trabalhar com ideias anômalas. O protesto de isolamento vem para evidenciar a necessidade de trabalhar em um território irregular, repleto de incompatibilidades teóricas, tudo se passando, por vezes, como se, para defender e promover as propostas de sua autoria e ressaltar essas incompatibilidades, ele adotasse uma estratégia de obscurecer a fecundidade daquilo que a área abrange. Numa atitude que Sigusch (2012) observa já nas entrelinhas da primeira nota dos *Três ensaios...*, momento em que Freud apresenta os nomes que compõem o seu campo de revisão⁶⁹, mas omite as ideias debatidas:

Por meio dessa jogada arrogante, mas genial, Freud evitou todos os debates e terminologias do campo: *phantasia morbosa*, *fisiologia della donna*, *dégénérescence*, *sens génésiques*, *zones érogènes*, autoerotismo, simbolismo erótico, *anthropologia sexualis*, libido, *Kontrektationstrieb* [impulso de contractação] e *Detumeszenztrieb* [impulso de detumescência], *psychopathia sexualis*, *konträre Sexualempfindung* [inversão sexual], *neurastenia sexualis*, aphrodisia e anaphrodisia, *Mutterschutz* [proteção materna] e '*freie Liebe*' ['amor livre'], frigidez, clitoridectomia, prostituição, doenças venéreas, malthusianismo etc. (p. 189, itálicos e traduções entre colchetes do autor)

⁶⁸ De nossa parte, esse entendimento é adquirido, sobretudo, por meio de Simanke (2016).

⁶⁹ Em sua lista aparecem Moll, Krafft-Ebing, Schrenck-Notzing, Moebius, Havelock Ellis, Löwenfeld, Eulenburg, Iwan Bloch e Hirschfeld (Freud, 1905/2001w, p. 123). Outros importantes, como Dessoir, são mencionados no texto posteriormente.

Até por não citar outros nomes que, de acordo com Sigusch (2012), deveriam ser considerados e referidos⁷⁰, Freud deixa entender aos poucos que a psicanálise desbrava um campo inexplorado, pronto para ser incorporado cientificamente a partir de sua nova perspectiva. No esquema geral, a alusão ao debate faz falta quando o exploramos e percebemos que ele está sim na ordem do dia. Muito do que Freud fala sobre a sexualidade passaria sem revista íntima na alfandega da ciência de seu tempo – e isso é revelador desse território.

Compensa então desdobrar o entendimento para o enfoque que exploramos aqui, visto que parte importante do mapeamento do naturalismo de Freud é focar os momentos que mais exigem naturalização. Pode ser que sua concepção de ciências da natureza não desviasse de maneira tão radical daquilo que os interessados no assunto registram nos códigos da época sobre a sexualidade. Pode ser que naturalizar a sexualidade não se apresentasse como um problema de mesma proporção daquele encontrado na apropriação dos sonhos, por exemplo. Ora, de antemão é possível notar que os *Três ensaios...* é similar ao *Projeto...* em um aspecto: um texto em que o “espírito de defesa” de Freud não se encontra em primeiro plano. Por mais que seja retratado tantas vezes como um texto que perturba o contexto, nenhum dos ensaios revela Freud gastando palavras para mostrar que ali o leitor não está diante de “espumas” teóricas. E isso é bem diferente do que observamos em *A interpretação...*, em que o primeiro capítulo já mostra a difícil tarefa de resgatar o sonho de místicos e até dos próprios cientistas da época. Talvez possamos cogitar então que a sexualidade em 1905 ocupe um território bem mapeado em termos científico-naturalistas e, ainda que não reconheça publicamente, Freud a explora em consonância com os demais pesquisadores.

Pode ser o caso, porém, de não descartar o avesso previamente. A virada do século marca compromissos, e se aceitamos que Freud toma partido em um dilema, a frequência epistemológica então ajustada deve ser de tal alcance que receba os antigos conceitos por meio de outra “sintonização”. A metapsicologia já opera na base dos entendimentos e,

---

⁷⁰ De acordo com Sigusch (2012), “Ele não mencionou nenhum dos trabalhos de seus predecessores – nem a tese médica produzida por Herman Joseph Lowestein em 1823 nem a monografia do médico Joseph Haussler, publicada em 1826. Ele também não mencionou a primeira *Psychopathia Sexualis* do médico austríaco Heinrich Kaan (1816-93), que propôs uma teoria que ligava uma ideia hidráulica-funcional da pulsão [*drive*] sexual, chamada de Nisus, à fantasia, especialmente a furiosa *phantasia-morbosa*, que predispunha humanos aos excessos sexuais. Freud também não mencionou os trabalhos do psiquiatra francês Paul Moreau de Tours (1844-1908) e do médico russo Benjamin Tarnowsky (1837-1906). Curiosamente, até mesmo publicações de destaque, como *Gli amori degli uomini*, de Paolo Mantegazza, e *Auto-erotism and the sexual impulse in Women*, de Havelock Ellis, permaneceram sem reconhecimento” (p. 188-89).

como defendemos ao longo desta seção, representa a proposta mais significativa de conexão do modelo de mente com o modo como Freud se propõe a encontrar seus fenômenos na natureza. Ainda que sua presença seja um tanto resguardada nos *Três ensaios*..., isso não significa que o esquema de produção de teses esteja em equivalência com a sexualidade então explorada. Assim, cabe também em nosso horizonte a conjectura de que a ciência da natureza da sexualidade de Freud não se justapõe inteiramente ao domínio defendido pelos autores mais expressivos da época.

Exploramos essas pressuposições neste item estudando aquilo que determinados comentadores percebem como antecipando, ou se sobrepondo, à ideia freudiana de sexualidade. Tratamos de compor um *overview* para lançar luz aos pontos que consideramos mais centrais na abordagem da sexualidade na virada do século e, com isso, evidenciar as ressonâncias e dissonâncias em relação à perspectiva freudiana. Nossa triagem é oportuna por permitir a discussão posterior dos resultados dentro das métricas que adotamos na introdução, que miram a compreensão de sua equivalência entre psicanálise e esse tipo de ciência pondo em evidência uma discussão sobre o naturalismo.

Oosterhuis (2017) nos auxilia nesse sentido ao apresentar um quadro bastante sintético do que pode ser incluído no rol de antecipações daquilo que Freud traz nos *Três ensaios*.... O autor defende que as teorias freudianas sobre a sexualidade de fato apresentam um caráter inovador para a época. Porém, trata-se de uma novidade que segue um “desenvolvimento mais amplo”, dentro de um conjunto que Oosterhuis entende como contribuindo para um momento de “modernização da sexualidade” (p. 44). Freud acompanha teóricos que igualmente não encerram suas investigações reduzindo a sexualidade apenas à função reprodutora-adaptativa, tampouco a um comportamento pecaminoso, como quiseram boa parte dos pensadores precedentes ao iluminismo⁷¹. Mais do que isso, teóricos que não deixam de perceber o caráter histórico, psicológico e, em certo sentido, inconsciente em que pode se manifestar o fenômeno. Para Oosterhuis (2017), Krafft-Ebing e Moll podem ser destacados por expressarem, cada qual à sua maneira, uma concepção de sexualidade modificada e que prenuncia muito daquilo tido como original nos *Três ensaios*.... Por razões metodológicas, vale então seguir Oosterhuis (2017) e colocar esses dois psiquiatras no centro de nossas investigações.

---

⁷¹ Dentre esses, Tomás de Aquino pode ser o exemplo mais expressivo, visto a grande influência de *Summa Theologiae* ao considerar a sexualidade não reprodutiva como um vício não natural. Cf. Schaffner (2012, p. 33-37).

O local de destaque que Krafft-Ebing ocupa nessa história sequer precisa de justificação, uma vez que sua *Psychopathia sexualis*, de 1886, passa a ser uma referência incontornável para o estudo das perversões. Embora não seja o único e também faça parte daquela “modernização”, o seu livro é consensualmente entendido como responsável pela produção de “um novo conhecimento psiquiátrico sobre a perversão” (Oosterhuis, 2017, p. 45)⁷². Moll não fica atrás, visto que é autor, por exemplo, de *Untersuchungen über die Libido sexualis*⁷³, texto de 1897 que antecede os *Três ensaios...* ao defender que a sexualidade advém em um período mais precoce do que o da puberdade (Sigusch, 2012; Sauerteig, 2012; Simanke, 2016; Oosterhuis, 2017).

Na verdade, segundo Oosterhuis (2017), são alguns os pontos teóricos nas obras desses dois autores que antecipam a modernização da sexualidade e, consequentemente, retiram boa parte do encanto teórico-revolucionário amiúde atribuído aos *Três ensaios...*. A começar pela ideia de que a sexualidade é uma força natural. Moll e Krafft-Ebing entendem essa força em um sentido próximo ao freudiano na medida em que a concebem como uma “panela de pressão” – que manifesta uma pressão interna buscando se exteriorizar. Na base da sexualidade, o instinto é percebido por esses psiquiatras como potencialmente destrutivo, assim como seu equilíbrio se torna crucial para o bem-estar do homem na sociedade (Ibid., p. 47). Da mesma maneira, para ambos, a meta dessa força não pode ser prescrita teleologicamente, já que a busca pelo prazer, mental e físico, aparece como critério anterior à ordenação de seus destinos (Ibid.). No caminho da reprodução, o instinto pode ser desviado e, por isso, a sexualidade precisa ser compreendida para além dessa finalidade exclusiva.

Se nisso observamos ressonâncias com o pensamento freudiano, não é diferente com sua consequência mais direta. A renúncia de uma teleologia estreita permite a Moll e Krafft-Ebing repensar as fronteiras entre normal e patológico na medida em que certas perversões podem ser abarcadas também pela sexualidade normal. É o caso da introdução, por parte de Krafft-Ebing, dos conceitos de sadismo e masoquismo. Esses se encontram na base de todas as perversões e, em potência, na sexualidade normal, já que seu caráter perverso está relacionado a uma “luta ontogenética” (Sulloway, 1992, p. 294). A bissexualidade é inerente ao embrião, e o fator decisivo no caminho para a monossexualidade pode estar relacionado a questões de desenvolvimento anatômico ou a

⁷² Entendimento que não destoa dos demais historiadores consultados (Ellenberger, 1970; Sulloway, 1992; Schaffner, 2012; Sigusch, 2012).

⁷³ *Investigações sobre a libido sexual* (sem tradução para o português).

respostas dos centros nervosos. Ou seja, porque o indivíduo normal é congenitamente bissexual, sua referência monossexual não está garantida por questões meramente hereditárias⁷⁴.

Não é que Krafft-Ebing prescinda de uma normatividade para a sexualidade, visto que, para ele, esta também se baseia na ideia de que sua expressão saudável é aquela ajustada à reprodução – seguindo, portanto, tanto as teorias de Darwin quanto a proposta de Haeckel de que a ontogênese recapitula a filogênese (Savoia, 2010). Mas a admissão desse ponto de vista biogenético deixa Krafft-Ebing pressupor também que, além da união genital e reprodução como norma, o estado de perversão não se deve a um adoecimento do instinto sexual *per se*, mas ao desequilíbrio de vários outros componentes que transformam a sexualidade em algo complexo (Ibid, p. 23). Daí que, pelo menos em parte, a marcação entre normal e patológico extraída da famosa teoria da degenerescência de Morel possa ser repensada. Mesmo que os aspectos congênitos não deixem de ser determinantes como um todo, trata-se agora de uma luta que inclui o embate de vivências ambientais. A biologia abre espaço para a psicologia nas explicações da sexualidade, e Schaffner (2012) lembra que essa é uma boa razão para colocar Krafft-Ebing como um dos autores “limiares” [*threshold*] e pioneiros entre esses campos de estudo (p. 47).

Já Oosterhuis (2017) vai além ao sugerir que o acesso à sexualidade como um todo, normal e patológica, expõe a concepção de Krafft-Ebing e Moll⁷⁵ sobre “a conexão íntima entre sexualidade e identidade pessoal” (p. 50). A narrativa individual se torna relevante para o médico porque, por meio dela, é possível retrair a origem dos desejos e da formação etiológica dos sintomas. Ainda que a causa última esteja relacionada a questões hereditárias e localizadas no sistema nervoso, a história ontogenética exerce um papel decisivo, porque o acesso à sexualidade se encontra em “algo profundo e fixo de dentro do eu [self] interior” (Ibid., p. 50). Reflete-se nisso a distinção de Krafft-Ebing entre perversidade e perversão, uma vez que “um ato em si mesmo nunca poderá ser cientificamente demonstrativo sem estar sujeito a uma investigação da personalidade interior do ator, de suas motivações originais e de seu estado psicopatológico” (Savoia, 2010, p. 21). Um ato pode manifestar perversidade, mostrando-se como um “vício”, o que não significa que a personalidade seja como um todo perversa (Schaffner, 2012, p. 47). Vê-se com isso a relevância da escuta psicológica para o estudo de casos clínicos,

---

⁷⁴ Defender que a bissexualidade é congênita e, portanto, presente no indivíduo normal é outra característica do pensamento de Krafft-Ebing que Freud leva adiante.

⁷⁵ Adiante falamos sobre como a discussão entre normal e patológico aparece em Moll.

compondo a parte metodológica de uma versão da sexualidade que extrapola a anatomia – mesmo se tratando de uma escuta mais descritiva do que terapêutica, como no caso da proposta freudiana. Oosterhuis (2017) entende que esse modo de valorizar a história do paciente antecipa Freud porque já concebe processos “mentais”, inclusive desiderativos e inconscientes, na base etiológica das perversões⁷⁶. A sexualidade pode ser encontrada na natureza, manifestada no campo psicológico e revelada pela história, num encadeamento que ecoa aspectos de um naturalismo metodológico – com ressalvas, porém, àquele que Freud procura sustentar.

Conforme Sulloway (1992) e Ellenberger (1970), um dos responsáveis por conduzir aspectos importantes dessa metodologia aos psiquiatras alemães é Binet. Leitor e crítico de Krafft-Ebing, ele defende a psicologia associacionista para fundamentar sua posição no histórico debate *nature-nurture*⁷⁷. Sem abdicar da teoria da predisposição hereditária como um todo, mas claramente do lado *nurture* do debate, Binet propõe que o meio é determinante para o entendimento da sexualidade porque, na origem das perversões, invariavelmente subjaz um acontecimento infantil. Como no fetichismo, cujo termo é cunhado por Binet e no qual o quadro clínico sinaliza a insuficiência da teoria hereditária para explicar tanto os objetos de fixação do fetichista quanto o fato de que, nos casos avaliados, há sempre um acontecimento anterior que pode ser associado à manifestação dessas fixações. Apoiando-se nos casos de Charcot, Westphal, Magnan e, inclusive, de Krafft-Ebing, Binet expande o juízo a tudo que entende como perversão – especialmente à homossexualidade, na qual, como diz Schaffner (2012), “o objeto desviante do desejo acontece de ser um homem, mas poderia muito bem ser um sapato ou um avental” (p. 80).

Dentre os defensores alemães desse conceito e perspectiva, Sulloway (1992) aponta pesquisadores próximos a Freud, como Meynert e Exner. Porém, é Schrenck-Notzing quem leva adiante o posicionamento de Binet ao postular que casos de perversão podem ser tratados por meio da hipnose. Seu raciocínio teórico não revela rodeios: se a intervenção terapêutica pode ser externa, logo as causas da patologia não poderiam se originar de outra maneira (Ibid., p. 287). Um posicionamento que fortalece o lado do

---

⁷⁶ “Essa maneira de pensar avançava a ideia de que os desejos sexuais são baseados em um traço de memória formando imagens mentais de experiências passadas de satisfação, que dão origem à fantasia e são mediadas por sinais e linguagem. São os processos mentais que estão por trás da aparência e do comportamento que são vitais para a determinação da orientação sexual, e esses processos são, em parte, nas palavras de Krafft-Ebing e Moll, “inconscientes” ou “latentes” (Oosterhuis, 2017, p. 49).

⁷⁷ Debate que gira em torno da interpretação sobre quais características são inatas (*nature*) ou adquiridas (*nurture*) pelo indivíduo.

debate que pressupõe causas adquiridas para as perversões, com Schrenck-Notzing expondo dezenas de casos nos quais argumenta ter “curado” a homossexualidade ou “reduzido seus sintomas de modo significativos” por meio da hipnose (Ibid.). Casos que eventualmente ecoam na exploração ontogenética e valorizam a observação da vida infantil, tendo respaldo, por exemplo, nas obras de Dallemagne e Ribot, autores que, cada qual a sua maneira, propõem “que experiências sexuais infantis precoces, mesmo que esquecidas, podem persistir no inconsciente, fundando então a experiência sexual adulta” (Ibid.). Ainda que, sobretudo no caso de Ribot, trate-se de um inconsciente antes de tudo fisiológico, mas cuja expressão psicológica reflete uma noção de Eu determinado por ações fora do âmbito da consciência⁷⁸.

De todo modo, o conjunto desses autores mostra que o fetichismo agita o debate, levando suas diretrizes mais centrais sobre perversão e sexualidade a tocarem, direta ou indiretamente, no entendimento sobre a sexualidade infantil. Para os que exploram a sexualidade naquela virada de século, torna-se relevante expor seus posicionamentos sobre esse assunto específico porque ele é central no grupo de causas necessárias e finais. Mesmo os autores que tomam partido de causas inatas não deixam de demarcar seu posicionamento ao postularem que o instinto começa a agir na puberdade. Krafft-Ebing, por exemplo, concebe a sexualidade em uma curva em forma de sino, que tem surgimento na puberdade, “ápice” na vida adulta e, depois, começa a “declinar lentamente” (Savoia, 2010, p. 19). Ele não descarta que certas “perversões”, como o fetichismo e o homossexualismo, podem ser adquiridas no plano ontogenético (Suloway, 1992), mas defende que os conceitos mais basais da sexualidade são o sadismo e o masoquismo e, como suas origens não podem ser retraçadas à infância, resta apenas a inferência de causas congênitas (Ibid.). A sexualidade precoce é um desvio que aparece rumo à sexualidade adulta normal e não pode ser tomada como causa das perversões, de tal maneira que os argumentos associacionistas propostos por Binet exigem do inatista certo posicionamento sobre a sexualidade infantil, mesmo que seja para colocá-la no domínio da perversão.

No plano geral, vai se tornando claro que a sexualidade infantil está longe de orientar apenas as investigações freudianas. De diferentes modos, ela aparece no pensamento de diversos autores, sendo que alguns começam a defendê-la dentro do espectro da normalidade. A concepção biogenética de degenerescência hereditária passa a ser contestada por diversos lados, e Dessoir é um dos primeiros a recuar a expressão da

---

⁷⁸ Cf. Cazeto (2001, p. 251-266).

sexualidade da fase adulta para os primeiros momentos da puberdade (Suloway, 1992), dividindo os caminhos da libido em dois estados: o primeiro, chamado de “estado indiferenciado”, em que a libido não é nem hetero nem homossexual, podendo se alocar, por exemplo, em algum animal; já o segundo, o “estado diferenciado”, que aparece no início da sexualidade adulta e em cujo percurso normal a libido deve se tornar heterossexual. Dessoir propõe que os indivíduos que não chegam a esse último estágio permanecem no estado anterior, “embrionário”, no qual a pluralidade de destinos da libido permite entender a amplitude do campo das perversões (Ibid., p. 298).

A tese de Dessoir é um avanço significativo para o reconhecimento da sexualidade infantil no debate geral não só porque retrocede o momento de surgimento da sexualidade, mas também porque sugere a indistinção do instinto nesse mesmo momento. Como se sabe, a pluralidade, ou polimorfismo, da meta dos instintos na criança é de fundamental importância para o desenvolvimento teórico do começo do século XX – especialmente na obra freudiana. É certo, entretanto, que isso não ocorre sem precedentes, já que há um histórico, amplo e complexo caminho até que ela chegue aos psiquiatras do período⁷⁹. O entendimento sobre a criança passa por mudanças significativas, como aquela que ocorre na segunda metade do século XVIII, quando deixa de ser compreendida como fruto do pecado original e, aos poucos, começa a ser entendida como um ser inocente. É o que descreve Sauerteig (2012) ao indicar que expressões importantes dessa guinada aparecem, por exemplo, no pensamento de Rousseau e seu clássico retrato de uma criança boa por natureza que pode ser corrompida enquanto se insere no mundo social. Para o filósofo, a criança tem um “jeito” próprio de agir e pensar, mostrando certa independência do universo adulto. Porém, dentro desse “jeito”, um sentimento não pode ser constatado: a vergonha. Porque não a identifica na criança, Rousseau cogita que ela desconhece o mal, invalidando com isso a tese de que o pecado pode ser original e inato. O mal vem depois, fazendo da criança tão somente um ser inocente que deve ser preservado, sobretudo das influências perigosas da sociedade moderna. A *vigilância* sobrevém então como um recurso indispensável, já que o meio em que a criança vive é determinante para sua corrupção. Mas esse recurso é logo substituído por outro: ao passo que se relega ao Estado e suas regulamentações a perspectiva de zelo pelo infantil, a *proteção* se torna a tarefa principal. É no final desse século que, do cuidado e vigilância dos pais em casa, a

---

⁷⁹ Cf. Simanke (2016, p. 45-47).

criança chega assexuada e com necessidade de ser protegida pela educação civil e moralizada⁸⁰.

Agora, se cabe ao Estado protegê-la, cabe à psicopatologia psiquiátrica explicar seus desvios. Isso é o que ocorre sobretudo durante o século XIX, em estudos como o de Lindner, que procura fazer uma ponte teórica entre a sucção do polegar e o acariciamento das genitais, ou a proposta de Stekel, que, cerca de uma década antes de conhecer Freud, entende expressões do “coito infantil” como frequentes e associadas à masturbação (Sauerteig, 2012, p. 160). Krafft-Ebing também é exemplo ao defender a masturbação e a sexualidade precoce como “centrais para a etiologia da perversão” (Ibid.). Em todos esses autores, percebe-se um tipo de entendimento que ilumina previamente o campo de exploração freudiano ao transformar a criança em objeto de estudo científico, entretanto, ainda com o pressuposto de que a sexualidade infantil é perversão.

Na última década do século XIX é a obra de Moll que se sobressai na contramão desse tipo de pressuposição. Em 1897 ele já contesta diversos teóricos retrocedendo o surgimento da sexualidade ainda mais, para a tenra infância. Contrapõe-se, inclusive, a Freud e sua defesa naquele momento da teoria da sedução, já que esta, para se sustentar, precisa supor a ausência da sexualidade infantil, comportando a tese de que as vivências dos traumas subjazem à etiologia das perversões e neuroses (Simanke, 2016). Moll encontra a base para sua argumentação justamente no “estado indiferenciado” articulado por seu colega Dessoir. Só que, para o primeiro, esse estado não pode ser observado apenas em modificações físicas em torno da puberdade. A criança o sinaliza muito antes, inclusive psicologicamente, manifestando diversos sintomas perversos na tenra infância. O seu prognóstico, no entanto, é que esses sintomas desaparecem após a diferenciação da libido e, por isso, não devem ser considerados como anormais. Resta a Moll, portanto, explicar a origem da sua manifestação e quais os atributos dos instintos que a criança pode revelar.

Em meio à busca de razões, Sulloway (1992) e Sauerteig (2012) sugerem que Moll segue o trabalho do psicólogo Groos. A observação que este levanta sobre o brincar em crianças e animais o leva a propor que brincadeiras, como a de “cuidado” e “namoro”, são “como uma “pré-atividade” adaptativa (*Vorahnung*) em preparação para a idade adulta” (Sauerteig, 2012, p. 166). Criança e animal não brincam para “imitar” o adulto de sua espécie, mas para se prover daquilo que precisarão para conduzir a sexualidade adulta

---

⁸⁰ Cf. Sauerteig (2012, p. 161-162).

(Ibid.), uma razão pautada na teoria da evolução que permite a reavaliação da sexualidade como puramente teleológica, assim como possibilita rebater a outra tese vigente de que a sexualidade se inicia na puberdade. Os instintos são precursores da maturação genital e aparecem desde cedo porque são adaptativos, permitindo que a criança aprenda a domar aquilo que está por vir (Ibid.).

Dado o embasamento, Moll percebe então a necessidade de bifurcar a *libido sexualis* em função da caracterização dos instintos observados (Oosterhuis, 2017, p. 142). Como Freud menciona em nota de rodapé dos *Três ensaios...*, contrectação⁸¹ [*Kontreaktionstrieb*] é o termo que Moll elege para nomear o primeiro, sendo esse o instinto da criança de se conectar ao próximo, seja no aspecto de namorar e cuidar que ilustra Groos, seja no beijar, acariciar etc. Atos que, como diz Simanke (2016), “comportam um impulso para se aproximar a um objeto”, fazendo deste o componente dos dois instintos de “natureza mais psíquica ou representacional” (p. 54). Por outra parte, o instinto de detumescência [*Detumescenztrieb*] determina sobretudo um aspecto fisiológico, tendo como característica principal a necessidade de “descarregar uma satisfação meramente física” (Oosterhuis, 2017, p. 142). Moll observa isso nos aspectos de desinchar ou diminuir dos genitais, como no momento em que se tornam flácidos após uma ereção ou uma ejaculação (Ibid.). Que dizer, o instinto mostra uma movimentação principalmente fisiológica, que visa à diminuição da tensão sexual, ao qual não deixa de acompanhar uma parte psicológica atuando naquilo que a criança experimenta no processo (Sauerteig, 2012, p. 165).

Podendo aparecer misturados ou individualmente, são esses os instintos que compõem a teoria de Moll sobre a sexualidade. Qualquer que seja sua manifestação, suas metas giram em torno de uma busca por prazer e, sobretudo, “voluptuosidade” (Oosterhuis, 2017, p. 147-48). Essa é a característica que diferencia homens e animais, sendo revelada na infância justamente porque a criança tem “zonas erógenas”, cuja inclusão reforça a presença da teoria da evolução ao subentender momentos e locais anteriores à puberdade que podem servir de fonte para o prazer⁸², como se essas zonas

---

⁸¹ Seguimos aqui a tradução do termo para o português de Simanke (2016, p. 54).

⁸² “Moll pensou que um impulso natural para a procriação em seres humanos não era mais ‘perceptível’. Em geral, os impulsos humanos devem ser melhor compreendidos em termos evolutivos; por exemplo, ele discutiu com detalhes a degeneração do sentido do cheiro nos seres humanos, uma questão que também preocupava Freud como ‘supressão orgânica’ [*organische Verdrängung*] e ‘zonas erógenas abandonadas’ [*aufgelassene erogene Zonen*]. Vale ressaltar que Moll, como Ernest Chambard (1851-1900) e outros autores franceses, como o médico Charles Féré (1852-1907) e o psicólogo Alfred Binet (1857-1911), já usavam o termo centros ou zonas erógenas [*zonas érogènes*]” (Sigusch, 2012, p. 189-190).

camuflassem a presença dos instintos sexuais ao não permitirem a observação mais direta da manifestação da sexualidade na criança. Isso porque a movimentação dos dois instintos ocorre de maneira desprendida na infância, ligando-se e desligando-se de objetos que não necessariamente determinam os contornos da identidade sexual adulta, em um entendimento que Moll procura fundamentar ao apresentar casos em que identifica, por exemplo, a expressão da homossexualidade na infância que não retorna na fase adulta (Ibid.). O que deixa entender que o instinto de contrectação na infância não elege objetos fixos e, por isso, não podem ser tomados como critérios para estabelecimento de normas da sexualidade posterior. Trata-se, como se vê, de uma abordagem similar àquela que oito anos depois Freud procura descrever como o aspecto polimórfico perverso da sexualidade infantil em seu conceito próprio de *Trieb*.

No próximo item, abordamos o embate entre Freud e Moll entendendo que a questão central não se resume à reivindicação da “descoberta” da sexualidade infantil. Ao que tudo indica, o debate gira em torno da arguição a favor da melhor teoria que possa explicar os movimentos da libido na criança. Isso pode mostrar tanto que se trata de uma natureza em exploração comum entre determinados teóricos, como também que parte dela sinaliza uma ocupação mais bem entendida sob o crivo da metapsicologia freudiana.

3.2 SEXUALIDADE INEXPLORADA?

“O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol”⁸³. Não é incomum a assimilação não bíblica do versículo para acusar a busca por originalidade como uma tarefa ociosa. Podendo-se dizer: uma produção na história das ideias, em seu máximo, não passa de uma leitura autêntica. O original é não mais do que uma nova composição do antigo, mas ainda “debaixo do sol”. Tudo dentro de um debate sobre originalidade que pode ser muito mais amplo do que nos propomos a abordar aqui, e que não parece admitir conclusões apressadas quando se trata de estimar algo como novo. E aí nos deparamos com Freud e a marca para a psicologia que ele propõe no Capítulo VII de *A interpretação...*, chegando a afirmar que “por ora não existe nenhum conhecimento psicológico ao qual poderíamos subordinar aquilo que é possível discernir em qualidade de princípio explicativo a partir do exame psicológico dos sonhos” (Freud, 1900/2001, p. 506). Como se, para ele, o sol da ciência da época não

---

⁸³ Eclesiastes 1:9.

alcançasse o sonho que a psicanálise naturaliza, ressoando em sua proposição de que “explicar significa reconduzir ao conhecido” (Ibid.). Não é possível explicar determinados fenômenos porque não há conhecimento seguro para reconduzir as hipóteses. Novas hipóteses precisam ser articuladas para iluminar o modo como ele percebe o sonho naquele momento, decorrendo daí uma expressão que fortalece nossa suposição de que Freud resolve seu dilema pela opção de ser *fenômeno-orientado*.

A rigor, o mesmo deve valer para a sexualidade. Se *A interpretação...* estabelece uma “nova” identidade para a psicanálise no campo das ciências da natureza, então essa nova identidade deve ser capaz de produzir hipóteses igualmente novas para aquilo que ela procura incluir no entendimento da natureza. Mas, ainda que de modo breve, no que diz respeito à sexualidade, vimos que o sol da ciência da época é consideravelmente amplo para abrigar fenômenos que, com efeito, não são exclusivos ao olhar investigativo de Freud. A observação do que o antecipa nos permite repensar sua consideração de explicação como recondução ao conhecido. Aquilo que divide o que já é estabelecido não parece ser tão rigoroso para que Freud seja impossibilitado de reconduzir o conhecimento e assim encontrar a sexualidade da psicanálise em tal versão da natureza.

De fato, na entrada desse território de ciência passa: a sexualidade infantil e a bissexualidade como fenômenos normais; a sexualidade como produtora e decisiva na construção da identidade; a história do indivíduo como campo de investigação para a origem das perversões; a flexibilidade para repensar a fronteira entre normal e patológico; o estatuto do prazer para reavaliar a teleologia do fenômeno sexual; e, sendo o mais importante para nós, a ideia de que um conceito pode ser empregado para a compreensão da dinâmica total da sexualidade: o *Trieb* sexual. Nada disso é estrangeiro à natureza como concebida por grande parte dos sexologistas daquela virada de século, nem mesmo certo domínio inconsciente composto de desejos determinantes para a montagem da identidade sexual.

Mais do que isso: não apenas esse campo fenomênico é explorado, mas também determinados meios para encontrá-lo. Schaffner (2012) lembra que um método comum entre os interessados na *scientia sexualis* da virada do século é o emprego da literatura e filosofia para auxiliar na demonstração dos dados empíricos daquilo que é investigado. Já no prefácio de *Psychopathia sexualis*, Krafft-Ebing se refere a Schopenhauer e Kant para refletir sobre amor e perversão; assim como, no campo da literatura, “ele menciona não apenas Sade e Leopold von Sacher-Masoch, mas também Rousseau, Baudelaire, Kleist, Schiller, Shakespeare e muitos outros” (p. 48-49). Os conceitos centrais de sua

teoria, sadismo e masoquismo, são, nesse sentido, exemplos claros de sua apropriação do texto literário como revelador de fenômenos sexuais, em um aspecto que não destoia da obra de Binet, que, além de autor de romances, percebe o conteúdo da literatura com “valor de verdade” e o toma, muitas vezes, como “prova” que “factualiza a ficção” (Ibid., p. 81-82). Visto que defende causas adquiridas para as perversões, essa atitude metodológica faz sentido quando, por exemplo, Binet analisa as confissões autobiográficas de Rousseau e as observa como amostras válidas para fundamentar seu entendimento próprio de fetichismo e sadismo (Ibid., p. 83). Moll, por sua vez, é ainda mais incisivo nesse sentido. Ele não apenas propõe que o conteúdo da literatura diz respeito ao fenômeno sexual e à personalidade do autor da obra, como também à personalidade daqueles que a leem. Assim pode considerar os ingleses como “obcecados” pela “flagelação” porque isso aparece frequentemente no conteúdo de sua literatura (Ibid., p. 125). Em tal sentido que, como indica Schaffner (2012), a literatura erótica para Moll contém uma “tripla função”: satisfaz o “impulso sexual” do autor; dispara o mecanismo de detumescência ao passo que ocorre uma descarga no processo de escrita e, por último, “incita a imaginação perversa do leitor” (p. 126). Um entendimento que ressoa a sua perspectiva de que a linha entre normal e patológico não é dada de antemão pois o campo da fantasia perversa é ubíquo entre os indivíduos.

Junto com o estudo de casos clínicos, o texto literário e filosófico é então um caminho regular para a exposição de fenômenos que compõem os quadros das perversões. Algo que não aparece apenas nos autores citados acima, mas também em outros expressivos psiquiatras da época – dentre eles, Hirschfeld, Iwan Bloch, Charcot, Michéa e Magnan (Schaffner, 2012), cada qual fornecendo conceitos a um campo que impossibilita elencar a psicanálise como o principal ator teórico. Tanto porque, naquele momento, Freud encontra-se em embate direto com grande parte desses autores, revelando que se trata mais de discutir e reivindicar autoria de ideias do que propriamente defender a cientificidade daquilo que escapa à ordem.

Moll é um oponente ao argumentar, por exemplo, que o inconsciente como postulado por Freud não passa de uma versão daquilo que ele e Dessoir entendem como “subconsciente” (Sigusch, 2012, p. 190). Mas o debate principal entre ambos gira mesmo em torno da reivindicação de quem teria focalizado primeiro a “prioridade” da sexualidade infantil (Ibid.). No que, de acordo com os historiadores e comentadores consultados (Sulloway, 1992; Sigusch, 2012; Sauerteig, 2012; Simanke, 2016; Oosterhuis, 2017), Moll leva vantagem na troca de acusações de plágio porque seu livro

sobre o assunto é publicado no período em que Freud trabalha no auge de sua defesa da teoria da sedução – ou seja, 1897, ano em que ainda não reconhece o campo da sexualidade infantil⁸⁴. Inclusive, como propõe Sulloway (1992), a leitura desse livro por Freud pode ter representado mais uma razão para que ele abandonasse a teoria da sedução precisamente naquele ano – isso para além de sua autoanálise e da assimilação do conceito de fantasia. E, não por acaso, é esta teoria que pode revelar Krafft-Ebing como outro opositor teórico. A conhecida objeção que ele aponta para a comunicação freudiana sobre a etiologia da histeria não advém por meio da identificação e estranhamento de algo completamente extraordinário introduzido no debate. Pelo contrário, Krafft-Ebing conhece a hipótese da sedução e inclusive a defende até um ano antes de Freud abandoná-la (Sauerteig, 2012). O que, a seu ver, configura um “conto de fadas científico” é tanto a persistência de Freud em sua defesa quanto a hipótese, naquele momento, de que a figura paterna seria a principal e exclusiva atuante na origem do episódio de sedução⁸⁵. Não se trata, nesse sentido, de um apelo para que certa cientificidade seja defendida, mas de certa exigência de correspondência entre a hipótese levantada e o terreno geral de ideias debatidas já dentro de certo campo de ciência. Se assim não fosse, é bem possível que a estratégia de revisão da área apresentada no primeiro dos *Três ensaios*... se aproximasse àquela empregada em *A interpretação*..., que visa resgatar, ou salvar, o conceito estudado de outras teorias.

Por outro lado, não é porque debatem e, em muitos casos, legitimam fenômenos análogos que se torna possível alinhar com exatidão a noção de ciência da natureza de Freud e Krafft-Ebing. Mesmo Freud sendo mais um que propõe conceitos e hipóteses, até

---

⁸⁴ “Enquanto isso, Freud ficou menos impressionado com Moll depois de se ter convencido de que ele o plagiava e disputava sua ‘prioridade na sexualidade da infância’, que, afinal, ‘mesmo que isso pareça estranho, foi descoberta por ele, Freud’. No entanto, isso não apenas soa estranho como também estava claramente errado. Como Freud sabia, mas não reconhecia publicamente, Moll já havia discutido, em 1897, a sexualidade infantil ‘normal’, não apenas em passagens, mas efetivamente a ‘descobrimo’ de forma sistemática, ‘provando-a’ empiricamente e desenvolvendo um quadro teórico para ela [...]” (Sigusch, 2012, p. 191).

⁸⁵ Conforme Makari (2008): “Em suas primeiras teorias da sedução Freud seguiu Richard von Krafft-Ebing e outros, sugerindo que os perpetradores de tais abusos eram geralmente crianças, crianças mais velhas e estranhos. Mas, dois meses depois da morte de seu pai, Freud mudou sua visão para a extraordinária teoria da sedução paterna, na qual o agressor era o pai do paciente. O interesse de Freud pela sedução sexual como etiologia ambiental não era incomum nos círculos sexológicos, mas sua teoria da sedução paterna era sem precedentes. Sem dúvida, sua virada para essa teoria idiossincrática tinha raízes clínicas e biográficas – mas também pode ser vista como a consequência lógica das tentativas de Freud de enfraquecer as ideologias hereditárias degenerativas. Pois ele percebeu que, se o sedutor não fosse um estranho, mas sim o pai, então, essa família falsamente *pareceria* ser degenerativa. A sedução paterna, argumentou Freud, criou o que ele chamou de um padrão de ‘pseudo-hereditariedade’, facilmente confundido com a herança degenerativa” (p. 642).

que ponto o destino científico-naturalista daquilo que ele reconduz enquanto conteúdo explicativo se justapõe ao dos demais? Algo ainda mais passível de questionamento quando, de novo, isolamos a *natureza* na expressão. Freud conduz seu esquema de naturalização sob o mesmo regimento que lançam as teorias de Moll e Krafft-Ebing, por exemplo? São fenômenos e conceitos de mesmo nome que, em última instância, apontam para a mesma referência ontológica? Uma coisa é certa: todas as razões que levantamos até agora são apropriadas para reconsiderarmos o protagonismo revolucionário historicamente atribuído a Freud. Faz sentido concluir, como sugere Oosterhuis (2017), que boa parte desse protagonismo tenha se sustentando porque, diferente dos demais sexologistas, “[...] Freud desenvolveu uma teoria compreensiva, estabeleceu uma escola terapêutica, adquiriu seguidores dedicados e organizou um movimento empregando mecanismos disciplinares para manter unidade e ortodoxia” (p. 46). No entanto, parece resistir a essa ordem de razões justamente aquilo que está do outro lado sempre que um teórico julga fazer ciência em cima de fenômenos inobserváveis: os seus compromissos ontológicos para com a sua versão de natureza.

Como faz questão de marcar Sigusch (2012), sexologia – como um ramo da psiquiatria – e psicanálise são disciplinas distintas. Se não se trata de uma pista decisiva para marcar uma diferença ontológica, ela não deixa de certificar que seus colaboradores ressalvam a necessidade de delimitar domínios. Isso apesar de vários conceitos transitarem nas duas disciplinas com nomes equivalentes e mesmo que boa parte deles alcancem, como indicado, o campo da psicologia. Além do mais, de acordo com Davidson (2001), as origens do campo da sexologia se devem à aproximação do estudo psiquiátrico, antes exclusivamente anatômico. Davidson (2001) defende que tal momento de transição revela a composição de um “estilo de raciocínio psiquiátrico” e de uma “mutação epistemológica”, ao passo que a “identidade sexual” não mais, na visão dos interessados, pode ser reduzida ao modelo anatômico (Ibid., p. 35), de tal modo que Havelock Ellis defende a impossibilidade de explicar a “inversão” por meio de referências conectadas apenas aos órgãos genitais (Ibid.). Ao reconhecer a necessidade de admitir outra esfera fenomênica, que agora inclui “impulsos, gostos, atitudes, satisfações e traços psiquiátricos”, ele participa dessa passagem e, portanto, da constituição de uma nova maneira científica de estudar a sexualidade, que inclui cada vez mais a psicologia em seu domínio⁸⁶.

---

⁸⁶ Cf. Davidson (2001, p. 34-36).

Mais proveitoso para a marca ontológica que buscamos pode ser examinar a medida que os sexologistas estabelecem para essa extrapolação da referência anatômica, o que não é diferente de perguntar pelos compromissos ontológicos adotados para a identificação da psicologia como uma disciplina incontornável – ainda que, vale dizer, não haja indícios de que projetos independentes de psicologias científico-naturalistas sejam formulados. É que durante a segunda metade do século XIX, como indica Oosterhuis (2017), o que se entende por sexualidade circunscreve um fenômeno que mostra o “desejo sexual, entendido com uma atração que era baseada não apenas numa oposição física, mas psicológica entre elementos masculinos e femininos, considerados complementares uns aos outros” (p. 149). O conceito de sexualidade exige assim outro modelo explanatório, para além do físico, que permita completar o entendimento sobre essa “atração”. E, como é sabido, a esse modelo subjaz uma influência comum a todos os autores aqui mencionados: a teoria da evolução de Darwin.

A teoria da evolução fornece a base para o conceito de instinto sexual porque permite identificar a “atração” na natureza. Freud não é o único a incluir a autopreservação e a gratificação sexual como expressões de origem darwiniana que devem orientar a base do entendimento psicológico sobre a sexualidade. Krafft-Ebing e Moll, seguindo os exemplos aqui mencionados, também a exploram empregando um conceito como instinto para preencher aquela lacuna ao passo que permite a produção de hipóteses para pensar a relação mente-cérebro e mente-corpo. E, se esses teóricos também recusam o aspecto exclusivamente teleológico da sexualidade, isso não significa que prescindem da abordagem funcionalista como um todo. O instinto mostra características adaptativas, ainda que sua orientação seja a busca pelo prazer – em um modo de apreendê-lo que abre espaço para a investigação psicológica na medida em que certas noções, como personalidade e identidade, podem inteirar o que se perde quando a reprodução é o único fator a ser considerado enquanto finalidade.

Não obstante, Krafft-Ebing e Moll parecem manifestar uma cautela maior quando se trata de marcar os compromissos ontológicos sobre o lugar do instinto na natureza. Aquilo que pode revelar o aspecto funcional não é satisfatório para que eles determinem o que compõe os dados empíricos de sua entidade natural. O primeiro, por exemplo, entende o conceito como operativo para o campo diagnóstico e para o tratamento clínico, uma vez que fatores externos também determinam as suas ligações e, a partir disso, é

possível definir sua curva histórica na vida sexual do paciente⁸⁷. Mas isso representa um aspecto que não possibilita o estabelecimento de sua qualidade fenomênica, apesar de Krafft-Ebing conjecturar que suas bases possam mesmo ser encontradas no córtex cerebral e, relacionados a esse, nos órgãos genitais ou de reprodução. Há no córtex um “centro psicosexual” que conduz o domínio psicológico da sexualidade, porém, como é possível ler em sua *Psychopathia Sexualis* (1886), essa suposição precisa conviver com a falta de “provas”:

O instinto sexual – como emoção, ideia e impulso – é uma função do córtex cerebral. Até agora, nenhuma região definida do córtex foi provada como sendo o assento exclusivo das sensações e impulsos sexuais. Este centro psicosexual não é mais do que uma junção e cruzamento de caminhos principais que conduzem, por um lado, ao aparelho motor sensível dos órgãos sexuais e, por outro lado, aos centros nervosos dos órgãos visuais e olfatórios que são os portadores dessa consciência que distingue entre “macho” e “fêmea”. (Krafft-Ebing, 1886/2011, p. 72)

Como diz Savoia (2010) e como é possível observar nessa passagem, Krafft-Ebing entende que a psiquiatria e a sexologia de seu tempo precisam aceitar o caráter funcional como a medida entre psicologia e anatomia. Não se trata assim de uma suspensão teórica tal como aquela que observamos em Freud, em que uma teoria pode permanecer suspensa enquanto outra, mais condizente, não aparece. A proposta de Krafft-Ebing envolve consentir que um conhecimento futuro pode *complementar* aquilo que ainda não foi localizado sob seu esquema de psicopatologia. Mesmo que certa neutralidade sobre a relação mente-cérebro precise ser conservada – já que também segue o programa funcionalista –, e mesmo que, como Freud, mantenha a referência e dependência da dinâmica cerebral, sua versão localizacionista sobre a parte psicológica da sexualidade não admite uma concepção de mente com relações causais próprias. Isso representa uma diferença importante em seu compromisso ontológico porque não pressupõe uma teoria substituível que conceba o fenômeno psicológico como autônomo.

Moll também compreende que uma teoria funcional é incontornável para a inclusão da parte psicológica do instinto sexual, mas ele parece levar esse entendimento mais longe do que Krafft-Ebing ao decompô-lo em outros conceitos. O instinto sexual pode ser detumescência e contração porque estas se subscrevem à sua teoria de libido,

---

⁸⁷ De acordo com Savoia (2010), “O instinto tem uma força contínua no período de atividade sexual fisiológica, que, para Krafft-Ebing, começa durante a puberdade, alcança seu auge entre os 20 e 40 anos e lentamente começa a declinar. Ele pode ser exposto a influências externas, como clima, raça, educação, circunstâncias sociais e especialmente hereditariedade” (p. 19).

que permite a investigação de fenômenos como “imaginação, fantasias e sonhos” (Oosterhuis, 2012, p. 150). No entanto, estes são tomados como “disposições psicológicas” e, ao que tudo indica, não circunscrevem um modelo de mente com um jogo de representações de causalidade própria (Ibid.). Isso porque a versão da natureza que subjaz a eles procura no evolucionismo darwiniano um raciocínio teórico próximo àquele que Freud emprega para algumas de suas conjecturas – como, por exemplo, a supressão das zonas erógenas⁸⁸ –, isto é, o recurso à história natural para compreender a anormalidade das metas instituídas, como no caso do desvio instintual na homossexualidade, fome e heterossexualidade⁸⁹. Porém, diferentemente de Freud e por mais que entenda que os fenômenos psicológicos são irreduzíveis ao sistema nervoso (Oosterhuis, 2012, p. 150), Moll não apresenta um compromisso ontológico que ultrapasse o funcionalismo enquanto base teórica para a psicologia.

Assim, pelo exposto, se é possível cogitar um conteúdo original ou mesmo inexplorado no trato que Freud oferece ao entendimento da sexualidade naquele começo de século, talvez esse seja mais bem compreendido observando a maneira como ele propõe abarcar a qualidade natural de *Trieb* dentro de um modelo próprio de mente. O que, referidas as demais contribuições para o campo, não pode significar que essa abordagem seja revolucionária, muito menos que por meio dela se justifique a ausência

---

⁸⁸ De acordo com Sigusch (2012): “No geral, [para Moll] os impulsos humanos devem ser mais bem entendidos em termos evolucionistas; por exemplo, ele discutiu com grande detalhe a degeneração do sentido de olfato nos humanos, uma questão que também preocupava Freud enquanto ‘supressão orgânica’ [organische Verdrängung] e ‘zonas erógenas abandonadas’ [aufgelassene erogene Zonen]” (p. 189-190, explicações entre colchetes do autor).

⁸⁹ As seguintes palavras de Moll podem ser instrutivas nesse sentido: “Para entender o desejo homossexual nós deveríamos considerar o instinto genital não como um fenômeno à parte das outras funções, mas como uma função psíquica. As modificações mórbidas do instinto genital apareceriam como menos incompreensíveis se nós admitíssemos que quase todas as outras funções, psíquicas ou físicas, são suscetíveis a modificações similares. As anomalias sexuais nos parecem tão singulares porque a maioria dos indivíduos que possuem os atributos do sexo masculino tem um desejo sexual por mulheres. Mas não podemos nos deixar enganar pela frequência e regularidade desse fenômeno. Desde um ponto de vista teleológico, isto é, um ponto de vista da reprodução das espécies, nós consideramos desejo *natural* aquele que o homem normal sente pela mulher. Ainda assim, em certas condições patológicas, os órgãos não atendem aos fins atribuídos a eles. Os dentes são destinados a moer alimentos, mas há homens que não têm dentes ou que têm muito poucos deles. A função do fígado é secretar a bile que é desviada para o intestino e, em certos distúrbios do fígado dos canais biliares, a bile não é secretada e não atinge o intestino. A função da fome é lembrar ao organismo que precisa de alimentos. No entanto, existem estados patológicos em que a sensação de fome está ausente, embora o estômago continue a funcionar normalmente. Ocorre o mesmo com a ausência do impulso sexual das mulheres em um homem que possui órgãos genitais normais. Dificilmente podemos estabelecer uma conexão entre os órgãos genitais do homem e seu desejo pelas mulheres, exceto do ponto de vista teleológico. Caso contrário, não é possível entender por que os homens devem desejar ter conexões com as mulheres, uma vez que a ejaculação do esperma pode ser provocada de outras maneiras. Seria bastante surpreendente ver o instinto genital não apresentar as mesmas anomalias mórbidas que outras funções” (Moll apud Davidson, 2001, p. 75).

de discussões e devidas menções autorais dos conceitos que compõem o debate. Seguindo a defesa de Oosterhuis (2017), Freud é tão original naquele momento quanto todos os outros que procuram “modernizar” a sexualidade. Ou, de acordo com Sulloway (1992), trata-se de mais uma contribuição na medida em que sintetiza ideias já postas, assim como as transforma a partir de suas próprias “inovações” – tudo dentro de uma aspiração maior que é a aproximação das teorias da Darwin para o campo da psiquiatria e psicologia⁹⁰.

Por outra parte, naquilo que concerne aos movimentos internos de sua obra, reconhecer a participação de Freud em conjunto no entendimento científico da sexualidade parece não nos oferecer uma resposta completa sobre como, após *A interpretação...*, ele naturaliza a sexualidade dentro de seus próprios critérios de natureza. Por mais que o contexto exponha muito sobre o texto, falta discutir certos pontos dos *Três ensaios...* para lançarmos luz sobre qual concepção de ciências da natureza suporta a apropriação psicanalítica da sexualidade naquele momento.

3.3 SEXUALIDADE NATURALIZADA

Os *Três ensaios...* compõem um marco para o problema que Freud enfrenta em relação à teoria da sedução. O *reconhecimento* da sexualidade infantil naqueles anos e, sobretudo, nesse texto, lhe permite conectar o entendimento da recepção do estímulo sexual pela criança e encadear a fantasia no modelo causal que parte da versão correspondente do aparelho, passos fundamentais para a teoria da personalidade e a composição do conceito de complexo de Édipo, uma vez que neste a criança precisa ter sexualidade e ser capaz de fantasiar. Em contrapartida, decorre dessa nova versão sem a sedução o problema de que ela não pode mais se apoiar em hipóteses que, de certo modo, são, ou poderiam ter sido, observáveis⁹¹. Mesmo que o sentido da sedução possa não ter sido abandonado como um todo, dali em diante o problema teórico pode ser entendido como mais complexo, pois o neurótico pode ter fantasiado e, com isso, a causa de sua patologia pode ter ocorrido em um campo ainda mais inobservável – leia-se, em um campo ainda mais psíquico (Monzani, 1989). De conteúdo desiderativo, a fantasia

---

⁹⁰ Para Sulloway (1992), “As conquistas de Freud na esfera da sexologia podem ser vistas a partir de dois pontos de vista complementares. Por um lado, são uma síntese extensa de ideias e posições de investigadores que, em torno de 1900, se tornaram bem informados, independentemente de Freud, sobre todo o problema do desenvolvimento psicosexual humano. Ao mesmo tempo, Freud contribuiu com inovações psicanalíticas distintas e transformações conceituais” (p. 318).

⁹¹ “Observação” usada aqui em um sentido que não exige a dimensão de um universo ontologicamente psíquico.

causadora da neurose pode agora ter ocorrido na infância, e a formulação do aparelho precisa ser tal que sustente uma articulação com aquela concebida no complexo de Édipo (Ibid.). Não que os conceitos de antes fossem livres da necessidade de extensos argumentos para suplementar a ausência de dados empíricos “tangíveis”. Mas, a partir do abandono da teoria da sedução, aumenta a importância da justificação desses dados para elucidar a causalidade dentro do domínio psíquico. É a metapsicologia que se torna cada vez mais necessária para mostrar o que Freud concebe como ciências da natureza e, sobretudo, o que compõe a natureza nessa expressão. Ou, dito de outro modo, quanto mais diminui a dependência de conceitos de outras concepções teóricas que ajudam na abordagem do fenômeno, aumenta a necessidade de formulação conceitual que revela os dados empíricos daquilo que se julga como um fenômeno psíquico.

Assim, em 1905, o fenômeno que orienta a metapsicologia é a sexualidade. Tanto de um ponto de vista clínico quanto teórico, não é por acaso que ela aparece como o tema a ser tratado após *A interpretação....* Como já o fazem alguns pares de Freud, tomar a sexualidade de tal maneira que extrapole a finalidade reprodutiva põe à mostra o conceito de instinto para a reavaliação da relação entre normal e patológico. E, em pesquisas como as de Krafft-Ebing e Moll, a expansão do entendimento sobre sexualidade já ocorre na medida em que o instinto precisa abranger inclusive uma dimensão psicológica. A sexualidade, naquele processo de “modernização”, encontra-se em tal estágio que, enquanto fenômeno, comporta diversas teorias. Sob a de Freud, no entanto, essa dimensão tem implicações para aquilo que ele concebe como aparelho psíquico e que, no seu entendimento, não deve escapar a uma certa concepção de ciências da natureza. A sexualidade não é apenas um conceito funcional, pois seu entendimento deve fundamentar também as posições ontológicas acerca da mente que lhe subjaz. Situar esse aparelho na natureza exige então certa clareza de uma posição ontológica que tem relação direta com a sexualidade. O problema é identificar essa posição nos *Três ensaios...*, visto que ali as especificações ontológicas do aparelho psíquico não estão em primeiro plano, por mais que estejam implícitas as hipóteses sobre a sexualidade.

No *Projeto...*, Q é entendido como aquilo que percorre os neurônios e, dada a possibilidade de sua acumulação, impõe ao aparelho um trabalho de descarga. Os compromissos ontológicos de Q não são estabelecidos com exatidão nesse texto, mas Freud deixa claro que sua manifestação se relaciona com estímulos endógenos e externos. São essas duas entradas que requerem o trabalho de descarga, o que pode ser inferido a partir dos princípios adotados na função primária. Já a função secundária garante que não

ocorra um esvaziamento total de Q na medida em que a forma do neurônio ψ estabelece um diferencial que possibilita retenção, disponibilizando assim a força que consome o conjunto de processos da ação específica e, por isso, possibilita que as grandes necessidades da vida sejam atendidas. No entanto, nesse esquema, ainda que ontologicamente indiscriminado, é possível inferir que Q não tem a sexualidade como causa necessária. Isso porque no *Projeto...* ela ainda não está contida na infância. Ainda no domínio da teoria da sedução, bastam as outras necessidades, respiração e fome, para o aparelho se carregar e descarregar. Segue que o naturalismo ontológico ali indicado não precisa de algo como a sexualidade para que haja alinhamento com o procedimento metodológico correspondente. Tanto porque, como apontamos, o que garante a ontologia dos dados empíricos dos fenômenos psíquicos no *Projeto...* é certo materialismo sustentado por um fisicalismo e um biologicismo subjacente. Cabe à parte metodológica um procedimento hipotético-dedutivo guiado por certos pressupostos da física e, para ultrapassar seus limites, pressupostos evolucionistas. Agora, se essa sintonia entre formas de naturalismo realmente é repensada a partir de *A interpretação...*, qual é o papel da sexualidade na nova frequência epistemológica? Como Freud a situa na natureza quando a referência do materialismo não é mais o alvo que sustenta a posição ontológica do aparelho psíquico?

Um dado importante é que, diferentemente do *Projeto...*, a partir dos *Três ensaios...* a sexualidade se torna causa necessária para o entendimento do psiquismo. *Trieb* aparece para sinalizar um fenômeno antes trabalhado na teoria, porém não em domínio próprio ou exclusivo⁹². Ao adquirir o estatuto de um conceito, sua inserção parece ocorrer justamente para que Freud se aproprie de uma parcela fenomênica que considera natural, não havendo, antes, um compromisso correspondente para sustentá-lo em termos teóricos. O fenômeno que sinaliza o conceito já o orientava, o que, a nosso ver, não havia sido estabelecido ainda era uma junção dos dados empíricos do ponto de vista ontológico, algo que só se torna possível quando o domínio da sexualidade passa a

---

⁹² Como se sabe, uma definição de *Trieb* enquanto conceito é introduzida apenas na terceira revisão dos *Três ensaios...*: Por pulsão [*Trieb*] podemos entender, primeiramente, nada mais do que a agência do representante psíquico de uma fonte de estímulos intrassomáticos em fluxo contínuo; ela se diferencia do “estímulo”, que é produzido por excitações singulares do exterior. Assim, “pulsão” [*Trieb*] é um dos conceitos de demarcação da alma em relação ao corpóreo. A hipótese mais simples e óbvia acerca da natureza das pulsões seria esta: em si não possuem qualidade alguma, mas devem ser consideradas como uma medida do requisito de trabalho para a vida anímica (Freud, 1905/2001t, p. 153). Isso certamente reflete um posicionamento retroativo, já amadurecido após cerca de dez anos. Ainda assim, ele não deixa de estar contido no que Freud concebe como sendo os *Três ensaios...*, e revela uma atitude teórica que, a nosso ver, pertence à frequência epistemológica adotada em *A interpretação...*

envolver também a sexualidade infantil e o desmembramento do *Trieb* em seus quatro componentes.

Como procuramos defender na próxima seção, tal aquisição teórica pode ocorrer justamente porque Freud elabora a parte ontológica desse conceito de maneira mais condizente com a forma que avança no refinamento de sua frequência epistemológica, em um movimento teórico que, vale dizer para finalizar, não deixa de mostrar seus sinais já nessa década dos *Três ensaios*.... O advento de uma teoria que procura se ocupar com uma dimensão ontológica reflete um posicionamento de avanço inclusive em termos da capacidade de abrangência de fenômenos. Não lemos de outra forma aquela parte da expressão sobre determinismo e causalidade psíquica de *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), a saber, o entendimento, embora não repetido, que procura oferecer à superstição e à paranoia quando julga se tratar de uma “projeção” para o mundo exterior daquilo que a ciência pode mostrar se tratar, em última instância, de algo interior:

O discernimento obscuro (uma percepção endopsíquica, por assim dizer) de fatores psíquicos e constelações do inconsciente é espelhado – é difícil dizer de outro modo, devemos nos ajudar aqui com a analogia que a paranoia oferece – na construção de uma *realidade supersensível* que a ciência deve mudar de novo na *psicologia do inconsciente*. Poderia ousar-se resolver desse modo os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade e de outros semelhantes: transpor a metafísica para a metapsicologia. (Freud, 2001s, p. 251)

4 O *TRIEB* E A CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DA NATUREZA

Freud registra *Trieb*⁹³ como um “conceito fundamental” [*Grundbegriff*] da psicanálise e, subsequentemente, de sua metapsicologia. Não são poucas suas motivações para tanto, a maior delas sendo talvez o fato de que é por meio deste conceito que ele enfrenta um dos problemas mais difíceis para a construção de uma psicologia científico-naturalista: a relação mente-corpo. Problema comparável, no caso freudiano, ao da relação mente-cérebro, visto que este também não deixa de ter relação com *Trieb*. Trata-se, assim, de um conceito cuja referência convoca uma vasta gama de compromissos ontológicos, não sendo por acaso que um texto exclusivo sobre o assunto só aparece na década de 1910, fronteira entre as duas anteriores a as duas posteriores da obra de Freud. É o momento de fundamentar um conceito fundamental, que já tinha sido sinalizado na década de 1890 e adquirido estatuto de conceito nos *Três ensaios*....

O modelo de mente dessa década não é outro senão aquele ajustado em *A interpretação*..., dividido em instâncias e sob o funcionamento de dois processos, primário e secundário. Opera nele a mesma *frequência epistemológica* que deixa suspensa a possibilidade de um reducionismo materialista-fisicalista ou, em outro nível, biológico. Ainda que no horizonte, essas formas de reducionismo não impossibilitam a continuidade da investigação teórica e da formalização do arcabouço conceitual. Freud as deixa no pano de fundo, mas o que efetivamente constrói é sua metapsicologia. Guiado por estudos de casos clínicos e fenômenos deles “extraídos”, o modelo de mente concebido permite a construção de uma teoria da personalidade que compreende o aprimoramento de conceitos como identificação, complexo de Édipo, fantasia e assim por diante, e também o aprimoramento da técnica terapêutica, evidenciado maiormente pela inserção na teoria de um fenômeno como aquele por trás do conceito de transferência. Em suma, de uma base que, em 1915, encontra em *Trieb* o seu conceito-limite, Freud constrói uma dimensão conceitual para uma esfera fenomênica que considera natural e, a julgar pelo seu movimento teórico, com certa autonomia causal.

---

⁹³ Como se nota, desde nossa introdução, procuramos não traduzir *Trieb* para o português. Não se trata com isso de desconsiderar o extenso e importante problema de sua tradução. Ao contrário, a estratégia aqui é de nos posicionar por meio de nossa compreensão de que qualquer um dos lados da conhecida bifurcação – seja traduzindo por instinto, ou seja por pulsão – parece indicar desacordo com o que buscamos. Optar por não traduzir parece, portanto, sinalizar tanto que há de fato um problema quanto que suas soluções possíveis precisam ser investigadas para uma tomada de posicionamento. O nosso, nesse sentido, pode agora se tornar mais claro a partir da seção que se segue.

Nossa suposição é que a pesquisa pelo naturalismo ontológico por trás da busca da concepção de ciências da natureza pode ser mais produtiva ao focar mais a teoria da mente que a teoria da personalidade. Mesmo compreendendo as duas como inseparáveis, entendemos que a teoria da mente suscita maior proximidade com a definição do naturalismo buscado porque é nela que Freud se vê obrigado a descrever seus fenômenos de um ponto de vista ontológico – tal como em *Trieb*. E esse entendimento tem ressonâncias com o que, nessa pesquisa, temos caracterizado como uma possível *hierarquização* do que Freud prioriza em sua construção teórica: primeiro vem a legitimação do fenômeno (como no exemplo do início de seu percurso, com as paralisias histéricas, a defesa etc.); depois, a construção da teoria (os modelos de mente); e, por último, a sua técnica (método catártico, associação-livre, transferência etc.). Embora essa não seja uma tentativa de sequenciar as etapas de sua investigação de maneira definitiva, já que é preciso considerar que o procedimento precisa de uma prática guiada anterior para chegar ao fenômeno, o que procuramos destacar é que Freud privilegia aquilo que considera como compondo os dados ontológicos do fenômeno. É isso que buscamos descrever com o dilema considerado em nossa segunda seção e que agora nos permite entender que o psíquico aponta para *Trieb* como referência ontológica, de tal modo que não seria possível entender o que é o psíquico para Freud quando se explora apenas o que é o inconsciente e sua relação com a consciência. Anterior à própria divisão do aparelho e diferentemente de outros fenômenos postos como construções auxiliares, *Trieb* é um problema maior porque, à medida que adquire o estatuto de conceito, passa a ser um fenômeno de condição necessária para o que é mental: não há mente sem *Trieb*, ainda que, em sentido estrito, *Trieb* não é algo exclusivamente mental.

A seguir, buscamos analisar esses entendimentos tomando como fio condutor certos textos de metapsicologia da década de 1910 (principalmente “Pulsões e destinos das pulsões” [1915]⁹⁴). A hipótese que procuramos discutir e investigar é a de que o modo pelo qual *Trieb* é conceituado nesse momento evidencia determinados compromissos ontológicos e epistemológicos que revelam a metapsicologia como uma teoria insubstituível para a sustentação da concepção freudiana de ciências da natureza. Freud encontra nesse conceito uma maneira de compreender a conexão entre naturalismo metodológico e ontológico sem perder de vista sua frequência epistemológica e, por

---

⁹⁴ Daqui por diante, *Pulsão*....

consequente, sua maneira de vislumbrar fenômenos dentro de uma certa categoria de processo.

4. 1 “MATERIAL EMPÍRICO”

Desde 1893, quando Freud se autoriza a passar para o “terreno da psicologia” (Freud, 1893/2001b), entender o psíquico como fenômeno legítimo não detém sua teoria. A par dos graves problemas filosóficos que isso acende em termos de possíveis obstruções teóricas⁹⁵, a metapsicologia é construída com a pressuposição de que é tão admissível estudar o mundo exterior quanto o interior. Os fenômenos internos (psíquicos) são igualmente legítimos para a ciência da natureza. No que diz respeito à relação entre ciência da natureza e observação, o entendimento de Freud, que o acompanha até em *Esboço de psicanálise* (1939), não parece sofrer modificações substanciais para além daquele geral de percepção bifronte⁹⁶. Percepções externas fornecem acesso a dados exteriores, enquanto percepções endopsíquicas voltam-se para dados interiores. Por exemplo, já em *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901), observamos que as percepções endopsíquicas participam da naturalização do conhecimento psicológico, ao passo que, no entender de Freud, permitem “transportar” a metafísica à metapsicologia. Em forma básica, portanto, podemos entender como fenômeno aquilo que é objeto dessas formas de percepção. Algo de fato importante, porque, como repetimos com o risco de exaustão, são os fenômenos que orientam Freud em sua investigação, seja em sua autoanálise, na clínica ou em sua apreensão da cultura.

Porém, em tese, *Trieb* não é objeto de nenhuma dessas formas de percepção. A maneira pela qual o conceito é posto desde os *Três ensaios...* – quando Freud julga não se tratar de algo com aspecto qualitativo – aponta para algo inobservável, mesmo dentro de seu entendimento de observação de fenômenos internos. *Trieb* é passível de inferência dedutiva – ou, como propomos adiante, abdutiva – porque mostra um tipo específico de

---

⁹⁵ Problemas devidamente reconhecidos e que não deixam de ser debatidos, como no texto das afasias, no *Projeto...* e em *A interpretação...*

⁹⁶ Neste texto Freud diz que “Todas as ciências se apoiam em observações e experiências mediadas pelo nosso aparelho psíquico, mas, como nossa ciência tem como objeto o mesmo aparelho, a analogia cessa aqui. Fazemos nossas observações por meio desse mesmo aparelho de percepção, precisamente com a ajuda das lacunas no interior do psíquico, na medida em que completamos aquilo que falta por meio de inferências evidentes e traduzindo-as em material consciente. Desta forma, estabelecemos, por assim dizer, uma série consciente complementar do psíquico inconsciente. Sobre o caráter imperativo dessas inferências repousa a relativa certeza de nossa ciência psíquica. Quem se aprofundar nesse trabalho descobrirá que nossa técnica resiste a qualquer crítica” (Freud, 1939/2001g, p. 157).

interação quantitativa, não entre dois corpos, mas na relação entre corpo e psíquico –, um conceito que serve para acomodar a relação entre a sexualidade que insurge a partir do abandono da teoria da sedução e a hipótese de uma primeira tópica psíquica. Há, portanto, boas razões para que em *Pulsão...* apareça uma das mais reveladoras expressões sobre o que Freud compreende como conhecimento científico. Como indicamos até agora, expressões dessa ordem aparecem frequente e esparsamente ao longo de toda a obra freudiana, ressoando o “espírito de defesa” do autor, inclusive com um texto dedicado quase que exclusivamente ao assunto em suas novas conferências (Freud, 1933/2001p). Mas, em *Pulsão...* os enunciados se tornam altamente relevantes porque Freud discorre sobre ciência ao tratar de um assunto que exige as mais diversas e necessárias posições ontológicas.

Logo no início, após deixar claro que a atividade científica não se inicia com conceitos “claros e precisos”, duas frases se sobressaem: (a) “[o] começo correto da atividade científica consiste, antes, em descrever fenômenos que logo serão agrupados, ordenados e inseridos em conexões” (Freud, 1915/2001t, p. 113) e (b) “enquanto nesse estado [em que os conceitos estão indeterminados], temos de chegar em um acordo sobre o seu significado por repetidas remissões ao material empírico [*Erfahrungsmaterial*] do qual parece ter sido extraído, mas que, na realidade, lhes é subordinado” (Ibid.). Essas frases não apenas reforçam que o carro-chefe do naturalismo freudiano é o empirismo (e não o ceticismo) como deixam margem para outras distinções. Por exemplo, ao estabelecer como ponto de partida da ciência a subordinação do conceito ao material empírico e colocar como correta a descrição daquilo que esse material expressa em termos fenomênicos, Freud mostra que: (i) esse material transmite algo fenomênico; (ii) esse material conserva-se em certa estabilidade ontológica, porque é referência passível de “repetidas remissões”; e (iii) o “significado” é o que pode ser modificado, e não o “material empírico”, porque a subordinação vai do primeiro para o segundo, o que pode revelar certa separação entre termos (significado) e entidades (material empírico).

Se essas colocações bem evidenciam o aspecto empirista, outra distinção importante aparece quando as relacionamos com a frase seguinte à última citada, que diz ser possível refinar os conceitos e torná-los “isentos de contradições”⁹⁷. Retorna aí a

---

⁹⁷ A frase (c) diz: “É só depois de haver explorado mais a fundo o campo de fenômenos em questão que se torna possível apreender com maior exatidão também seus conceitos científicos básicos e refiná-los para que se tornem utilizáveis em larga medida, e para que, ademais, se tornem isentos de contradições” (Freud, 1915/2001t, p. 113).

proposição do *Projeto...* de que a psicologia científico-naturalista é aquela que pode “torná-los [os conceitos] intuitivos e livres de contradição” (Freud, 1895/1995, p. 9). Ou seja, não apenas naquela frequência (do *Projeto...*) como nessa (de a partir de *A interpretação...*), o “material empírico” revela capacidade de transmissão de dados que se conserva em termos ontológicos e, quando o conceito relativo a ele é “refinado”, é possível deixá-lo de certa maneira uniforme, sem contradições. Por enfatizar isso nessas duas frequências, Freud revela certa confiança em um critério de verdade por meio do qual é possível contrapor a teoria ao material empírico pressuposto. Uma verdade, nesse caso, por correspondência, em que não cabe a outro conhecimento, senão o científico, encontrar os métodos para filtrar conceitos, o que, com efeito, supervaloriza o “material empírico” como modo de estabelecer adequação do conhecimento. Certa cautela, no entanto, é necessária para sustentar essas afirmações.

Visto dessa forma, esse parágrafo de *Pulsão...* estabelece um roteiro mais ou menos sequencial: do material empírico provém o fenômeno, e este pode ser concebido em conceitos que, conforme o procedimento, podem se tornar isentos de contradição. No entanto, Freud entende que essa sequência não pode ser acabada. Isso porque a última frase do parágrafo recupera o *falibilismo* ao supor que não pode haver encerramento nas definições: (d) “Mas o progresso do conhecimento não tolera rigidez alguma, tampouco nas definições. Como o exemplo da física mostra claramente, também os ‘conceitos básicos’ fixados em definições sofrem uma constante mudança de conteúdo” (Ibid.). Quer dizer, como na física, a psicanálise deve se satisfazer com o fato de que o material empírico é o que dita as regras para a formalização dos conceitos. Por mais que tente se livrar os conceitos de contradições por meio de continuadas remissões ao material empírico, não poderia haver término na atividade científica, porque o erro é aceito como possibilidade permanente. Um entendimento que, presumivelmente, repercute na proposta de que a teoria atual pode ser substituída por outra futura – *i.e.*, o que temos chamado de argumentos de suspensão. Resta, deste modo, romper a sequência, deixando a teoria em aberto para eventuais trocas e reparos, o que, em contrapartida, abre um campo de possibilidades para completar o tipo de relação entre o material empírico e o estatuto epistemológico atribuído à teoria.

Uma alternativa filosófica para tal compreensão pode ser a suposição de que as hipóteses não são mais do que instrumentos úteis até se mostrarem desnecessários ou incompatíveis com a observação. Porque a lacuna entre observação e material empírico é permanente, a preocupação maior da teoria deve ser com o entendimento do fenômeno,

sempre na tentativa de circunscrevê-lo com o menor número de contradições⁹⁸. Outra alternativa é tomar as próprias entidades como putativas, ainda que úteis para certa noção de observação, e assim entender o objeto da teoria como pura ficção⁹⁹. Neste caso, a metapsicologia poderia ser uma ficção útil para, por exemplo, completar o aspecto psicológico de fenômenos relativos às funções adaptativas do organismo. Mas, para não fugir à regra, qual for a teoria que fundamenta essa última perspectiva também deve ser pensada nos mesmos termos – ou seja, a proposta da seleção natural seria igualmente ficcional, provisória, descartável etc. Seguindo o raciocínio, um critério de verdade não seria passível de acomodação, porque a impossibilidade de conhecer a realidade por trás dos fenômenos leva ao conhecimento científico a característica de não ser progressivo e, muito menos, cumulativo. Como uma teoria completamente diferente pode substituir outra porque não há uma referência ontológica independente para triar e governar a observação, também não há porque formalizar um critério de verdadeiro ou falso. A verdade, no melhor dos casos, se torna provisória: satisfaz à teoria corresponder os valores científicos mais apropriados – *p.ex.*, controle, previsão e solução de problemas – para que seja mantida ou substituída. Ou seja, é o caso de uma verdade por coerência.

Com efeito, essas perspectivas de tom antirrealista¹⁰⁰ podem encontrar ressonâncias interpretativas em diversas passagens da obra freudiana. Nesse sentido, uma passagem que se destaca é aquela de *A interpretação...*, já exposta e discutida em nossa segunda seção, que alerta para o perigo de não se confundir “os andaimes com o edifício” (Freud, 1900/20011, p. 530). No momento de exposição do modelo de mente fundado no que chamamos de ajuste da frequência epistemológica da psicanálise, segue certa precaução para expor o modo como ele é conhecido. Freud aponta que o foco de sua investigação é a “localidade psíquica”, o que significa que a “preparação anatômica” deve ser deixada “completamente de lado” (Ibid.). Há um modelo a ser configurado, e o riscos dos problemas mais desafiadores da relação mente-cérebro não podem atrapalhar a tarefa naquele momento. Diferentemente do *Projeto...*, o “terreno psicológico” é então isolado

---

⁹⁸ Como no instrumentalismo, definido por Psillos (2007) como “visão sobre a ciência segundo a qual as teorias devem ser instrumentos (úteis) para a organização, classificação e previsão de fenômenos observáveis. O ‘valor de caixa’ das teorias científicas é completamente capturado pelo que as teorias dizem sobre o mundo observável” (p. 124).

⁹⁹ É o caso do ficcionalismo: “A visão sobre um conjunto de entidades putativas que não existem, mas que são ficções (úteis). Nesta visão, dizer que se aceita a proposição de *p* como se fosse verdadeira é dizer que *p* é falso, mas é útil para aceitar tudo o que *p* afirma como ficção” (Psillos, 2007, p. 93).

¹⁰⁰ Ou também – para ampliarmos a concepção que buscamos analisar – observacionista, segundo definição de Pessoa Jr. (2009): “Observacionismo (fenomenalismo, anti-realismo): Uma teoria científica refere-se apenas àquilo que é observável. Não faz sentido afirmar que um termo não observacional corresponda a uma entidade real” (p. 58).

sob a prerrogativa de figuração de um “microscópio composto, um aparato fotográfico, ou algo semelhante” (Ibid.). Provisoriamente, esse terreno está suspenso, e o aparelho psíquico deve então ser tratado em “um lugar no interior de um aparelho” (Ibid.). Para essa forma de representação, “analogia” [*Gleichnis*] é a palavra selecionada, e sua função é tornar “compressível a complexidade da operação psíquica, decompondo-a e atribuindo suas operações singulares aos diversos componentes do aparelho” (Ibid.), um posicionamento que, à primeira vista, parece enfraquecer a possibilidade de se tratar de hipóteses com referência a entidades possivelmente reais e/ou empíricas e, ainda, fortificar a opção funcionalista que embasa os pressupostos. Não apenas se trata de uma analogia, como ela é conjecturada com base em aparelhos que exigem certo grau de virtualização para o que se pretende explicar, *i.e.*, sua função. De tal modo que parece ser bem justificado que passagens como essas sejam tomadas como indícios para “preencher” o estatuto epistemológico de Freud com os direcionamentos das perspectivas filosóficas anteriormente referidas.

Via de regra, essas perspectivas não implicam a rejeição do naturalismo. É possível que um teórico se mantenha em solo naturalista e ainda evidencie um posicionamento epistemológico, por exemplo, instrumentalista. Basta, como dito, que entenda os conceitos como proposições correspondentes à observação, sem se comprometer com um aspecto ontológico independente do campo entendido como natural. Para isso ocorrer, os conceitos podem ser entendidos como instrumentos para classificar, organizar e auxiliar na resolução de problemas fornecidos pelo campo fenomênico. E tal compreensão parece não apresentar grandes problemas quando o objeto que se investiga atende a certas características que não confrontam o aspecto metodológico da pesquisa teórica. Bem como no exemplo dado em nossa introdução, do físico que não precisa supor a ontologia da natureza enquanto permaneça guiado pelo método ajustado por essa disciplina. O instrumentalismo pode salvar o naturalismo ao passo que a garantia da “naturalidade” do conhecimento se estabelece por meio do “sucesso” histórico desse método de resolver problemas. Nesse caso, vale notar que o naturalismo salvo é o metodológico. O pragmatismo¹⁰¹ subentendido a partir desse sucesso expõe uma razão para que a investigação não prescindia da natureza como referência. Por outro lado, ainda seguindo a distinção de nossa introdução, certas

---

¹⁰¹ A ideia de pragmatismo aqui suposta procura se referir à terceira das quatro apresentadas por Pessoa Jr. (2009): “Pragmatismo III (Instrumentalismo): A noção de verdade deve ser abandonada, e substituída pela ‘assertibilidade justificada’ (*warrented assertability*) (Dewey)” (p. 59).

complicações podem surgir na aplicação dessa perspectiva em teorias que se voltam para fenômenos concebidos tão somente na dimensão temporal – ou seja, que de certa maneira não se encaixam no que tradicionalmente é referido aos ditames do método científico fisicalista, sobretudo aquele correspondente à física clássica, que restringe a observação para objetos que podem ser evidenciados no tempo e no espaço. Dimensão esta que, seja nos andaimes ou no próprio edifício, comanda aspectos centrais dos compromissos freudianos sobre fenômenos psíquicos, como mostra o final da passagem mencionada de *A interpretação...*:

É suficiente para nós ter estabelecido uma sequência fixa entre eles, isto é, que, como resultado de certos processos psíquicos, os sistemas são atravessados pela excitação dentro de *uma certa série de tempo*. A série pode sofrer uma alteração no caso de outros processos; queremos deixar aberta essa possibilidade. No que se segue, e por uma questão de concisão, nos referiremos aos componentes do aparelho como “sistemas”. (Freud, 1900/2001, p. 530, *itálicos do autor*)

O modelo de mente é composto por sistemas e conduz “excitação dentro de *uma certa série de tempo*”. Para que o procedimento de o conhecer seja estritamente instrumentalista, precisa-se constatar que há uma observação possível de fenômenos internos. Contudo, para que seja instrumentalista e, ao mesmo tempo, salve o naturalismo, precisa-se assumir algo a mais. Se, dado o *falibilismo*, não é possível encerrar o conhecimento sobre o material empírico, e se é possível observar isso que é empírico apenas sob a dimensão temporal, então é de se supor que a observação seja algo diferente do material empírico e que ela consiga observar fenômenos internos e tão somente temporais. Ou seja, é preciso haver uma observação que seja independente – porque deve ser capaz de identificar a notícia do material empírico que impossibilita encerrar o conceito – e que ela não restrinja os fenômenos a condições de relação tempo-espaço – visto que parte dos fenômenos observados não precisam evidenciar características espaciais. E aí a seguinte pergunta parece inevitável: é possível que o naturalismo freudiano resista à decomposição de seu território entre uma parte que seja justificada sem referência empírica (a observação) e outra que revela conformidade com esse material (os fenômenos observados)? Quer dizer, se se admite que o ponto de partida para o conhecimento é a natureza, então não é sua tarefa evidenciar como a causalidade dos fenômenos pode ser retratada sem recorrer a verdades *a priori*? Do modo que entendemos, acomodar um posicionamento instrumentalista na concepção freudiana parece implicar algo na contramão: como se para além do aparelho conjecturado, com os sistemas mencionados, houvesse uma observação anterior que viabilizasse o próprio

conhecimento do aparelho. Algo como um *meta*-aparelho que permitisse a observação dos fenômenos que compõem o próprio aparelho. E, para manter essa suposição, seria necessário desafiar uma tese que parece central na caracterização desse naturalismo, qual seja, que ele implica exclusivamente o empirismo, inclusive no entendimento sobre a observação.

Tudo indica que Freud não abre mão dessa tese. Convém refletir, por exemplo, sobre sua argumentação a respeito da necessidade de entender a religião, a arte e, em menor grau, a filosofia como “disputando” autoridade no território da ciência da natureza¹⁰². A proposta não é apenas delimitar o domínio de cada uma, mas cogitar a possibilidade de entender suas produções como objeto do conhecimento daquilo que de fato é ciências da natureza¹⁰³. É, afinal, a triagem psicopatológica da psicanálise que permite identificar a própria filosofia como uma expressão de paranoia, esquizofrenia e, assim sendo, psicose¹⁰⁴. Ainda que gaste mais palavras para combater a religião, a filosofia permanece “fora” do território porque se ilude ao considerar que o método por ela empregado equivale àquele experimental e porque se atém a abstrações que impossibilitam seguir as diretrizes do *falibilismo*. Cabe, então, o exame das apropriações

---

¹⁰² Um argumento claro nesse sentido aparece em “Em torno de uma cosmovisão” (1933): “Dos três poderes que podem disputar com a ciência o seu território, o único inimigo sério é a religião. A arte é quase sempre inofensiva e benéfica, não pretende ser outra coisa senão ilusão. Excetuando poucas pessoas que, como se diz, estão possuídas pela arte, ela não ousa invadir o reino da realidade. A filosofia não se opõe à ciência, ela mesma se comporá como uma ciência; em parte trabalha com métodos iguais, mas distancia-se dela ao se ater à ilusão de poder produzir um quadro coerente e sem lacunas, imagem que, no entanto, forçadamente se desfaz a cada novo avanço de nosso saber. Do ponto de vista do método, ela sobrestima o valor de nossas operações lógicas e, talvez, ao admitir outras fontes de saber, como a intuição. Muitas vezes não nos parece ser injustificada a zombaria do poeta (H. Heine), quando diz que o filósofo: “*Com seus gorros de dormir e os andrajos do pijama/ Tapa os buracos do edifício do universo*” (Freud, 1933/2001p, p. 148).

¹⁰³ Ainda na conferência de 1933, Freud afirma: “É inadmissível dizer que a ciência é um campo da atividade espiritual, enquanto que a religião e a filosofia são outros, de valor pelo menos igual, e que a ciência não deve interferir nelas; e que todas têm direitos iguais à verdade e cada uma é livre para escolher a fonte de seu conhecimento e lugar em que deposita sua crença. Uma opinião semelhante pode ser considerada particularmente nobre, tolerante, ampla e livre de preconceitos tacanhos. Infelizmente isso não é sustentável, compartilhando todos os traços nocivos de uma visão de mundo não científica, praticamente equivalendo a esta. O certo é que a verdade não pode ser tolerante, não admite compromissos nem restrições; a investigação deve considerar como seus todos os campos da atividade humana e não pode menos do que criticar implacavelmente qualquer tentativa de invasão por outro poder” (Freud, 1933/2001p, p. 148).

¹⁰⁴ Conforme assinala Raikovic (1996) sobre a relação de Freud com a filosofia: “Em suma, paralelamente e em contradição com a abolição da fronteira entre normal e patológico que permanece um dos determinantes de sua perspectiva, vemos o fundador da psicanálise restabelecer uma separação definitiva entre estas duas ordens da vida psíquica, mas somente quando surge a questão da filosofia. Assim, em 1914, em ‘Introdução ao narcisismo’, ele escreve que a filosofia atua como a paranoia; um ano depois, em ‘O inconsciente’, afirma discernir, neste modo de pensar, uma forma e uma matéria que caracterizam a esquizofrenia: ‘Não se pode negar que nossa filosofia adquire – na expressão e no conteúdo – uma semelhança, que não gostaríamos de ver, com a maneira de agir dos esquizofrênicos’. Em 1925, em ‘Resistências à psicanálise’, e depois em termos quase idênticos em um texto de 1932, ele volta a colocar a filosofia no registro da psicose” (p. 12-13).

filosóficas à ciência da natureza correspondente a partir das linhas gerais do procedimento epistemológico que satisfaz a ontologia da natureza concebida, *i.e.*, o empirismo, numa atitude naturalista que, vale marcar, mostra ressonâncias com aquela que Quine propõe em seu projeto de naturalizar a epistemologia¹⁰⁵ – com a diferença, é claro, que a “psicologia empírica” sugerida por ele não é a mesma concebida por Freud.

Não que a naturalização da filosofia se tornasse uma preocupação efetiva para o projeto freudiano, tampouco que ela fosse desconsiderada na composição de certas hipóteses. Várias indicações textuais mostram aproximações de Freud com esse tipo de saber – desde sua revelação a Fliess de que havia pretendido cursar o doutorado em filosofia até referências recorrentes a Kant, Schopenhauer, Brentano, Stuart Mill, entre outros. Ainda assim, na base da argumentação sobre a divisão territorial, subjaz uma tentativa de defender reiteradamente que o conhecimento legítimo é aquele correspondente à empreitada científico-naturalista. A radicalidade dessa perspectiva sugere que uma suposição filosófica pode sobreviver enquanto não se encontrar uma explicação fornecida por essa empreitada. A subordinação do conhecimento é para com o material empírico, por isso, admitir algo de caráter apriorístico, sob qualquer teoria antecedente que superestime “o valor cognitivo de nossas operações lógicas” e a “intuição”, pode se tornar uma espécie de contrassenso epistemológico em seu naturalismo. Seguir seu estatuto a rigor significa que não pode haver na própria caracterização ontológica um compromisso de cunho filosófico que seja entendido como necessário. E, para que isso não seja um simples apelo à autoridade, o plano teórico deve então adotar a pressuposição de que, ao aparelho psíquico, competem apenas hipóteses que sobrevivem ao crivo empirista adotado. São essas hipóteses sobreviventes que devem fundar as teorias de percepção, representação, memória etc., algo que não pode ser diferente com a própria explicação da observação, sendo que seu entendimento não pode buscar outro tribunal que não aquele formalizado pelas hipóteses advindas da própria ciência da natureza. A fonte dessa explicação deve, portanto, advir igualmente de

---

¹⁰⁵ De acordo com Quine (1982): “O naturalismo não repudia a epistemologia, mas a assimila à psicologia empírica. A própria ciência diz-nos que a nossa informação sobre o mundo é limitada a irritações das nossas superfícies sensoriais, e então a questão epistemológica é, por sua vez, uma questão dentro da ciência: a questão sobre como nós, animais humanos, podemos ter conseguido chegar à ciência a partir dessas informações tão limitadas. Nosso epistemólogo científico persegue esse inquérito e extrai uma explicação que tem muito a ver com a aprendizagem da linguagem e com a neurologia da percepção. Ele fala de como os homens colocam corpos e partículas hipotéticas, mas ele não quer dizer com isso que as coisas assim postadas não existam. A evolução e a seleção natural serão, sem dúvida, incluídas nesta explicação, e ele se sentirá livre para aplicar a física caso enxergue uma maneira” (p. 72).

proposições dessa ordem, o que é mesmo que dizer que o fenômeno da observação não pode ser um fenômeno à parte dos demais que compõem tal aparelho.

4.2 FENÔMENOS INOBSERVÁVEIS

Outra constatação que pode fortalecer a suposição de que Freud demonstra posições como a instrumentalista concerne a suas colocações sobre entidades que, por sua própria definição, são inobserváveis. Porque certos fenômenos, como *Trieb*, não apresentam caráter qualitativo apreensível, supõe-se que eles são invenções conceituais para a explicação de outros fenômenos que efetivamente atingem o campo da consciência. Aí o problema não é entender como a observação faz parte do conjunto empírico dos demais fenômenos que ela mesmo observa, mas determinar aqueles fenômenos que são presumidamente excluídos de seu campo e que, ainda assim, fazem parte da teoria. Desse tipo de dificuldade teórica, também é possível desdobrar uma diversidade de posições interpretativas, que podem variar do antirrealismo até o antinaturalismo. Como, de partida, os conceitos não apresentam dados sensoriais passíveis de observação em suas denotações, torna-se admissível uma leitura antirrealista que identifica esse caráter como uma razão para compreendê-los como construções auxiliares e substituíveis. Em outro extremo, uma leitura antinaturalista pode se tornar atraente por encontrar nessa desconsideração da realidade das entidades uma justa razão para ressaltar outro aspecto da obra freudiana, a saber, aquele que abre para a compreensão e exploração do campo da subjetividade e da “alteridade”¹⁰⁶.

Grosso modo, naquilo que há de comum, ambas as perspectivas parecem sugerir que, reconhecido o caráter de “espuma” dos fenômenos validados para a teoria, não haveria outra forma de compreensão para além da impossibilidade de a eles oferecer conteúdo como uma entidade psicológica e natural. É como se levassem a cabo a fala de Ismênia a Antígona ante a impossibilidade de sepultar o irmão: “Desde o princípio, devemos renunciar àquilo que supera o nosso alcance” (Sófocles, 1889, p. 33), em uma

---

¹⁰⁶ Como argumenta Simanke (2009a): “De fato, a psicanálise, a filosofia e as ciências humanas francesas do período estão como que saturadas desse discurso sobre a alteridade, oriundo do neo-hegelianismo propagado, desde as primeiras décadas do século, por pensadores como Koyré, Wahl, Hyppolite e Kojève. Este último, sobretudo, ao reinterpretar a fenomenologia do espírito de Hegel como uma teoria concreta e histórica da antropogênese, é levado a recusar um caráter dialético à natureza enquanto tal e a reservar a *negatividade* exclusivamente à história. A natureza converte-se, assim, no domínio da identidade e da passividade, razão pela qual o sujeito propriamente humano só adviria ao mundo por sua ação desejante e negadora do dado natural, fornecendo assim o aval filosófico para a tese da ruptura entre natureza e cultura que a antropologia posterior exploraria largamente” (p. 228).

atitude interpretativa que, cada qual a partir de seu ponto de vista, certamente não passa sem encontrar na obra uma compilação de passagens para rejeitar qualquer realidade possível para esses conceitos sobre fenômenos inobserváveis. Passagens que podem variar da maneira como Freud se refere à metapsicologia como uma “bruxa” ou “feiticeira”, até argumentos, talvez mais substanciosos, como aquele de *O inconsciente* (1915/2001i), em que aparece uma analogia entre o conhecimento psicanalítico e o idealismo transcendental kantiano:

Na psicanálise só nos resta declarar que os processos anímicos são em si inconscientes e comparar sua percepção pela consciência com a percepção do mundo exterior pelos órgãos do sentido. E ainda esperamos extrair dessa comparação um proveito para o nosso conhecimento. A suposição psicanalítica da atividade anímica inconsciente nos parece, por um lado, como uma continuação do animismo primitivo, que em tudo nos despeja imagens homólogas às de nossa consciência, e, por outro, como continuação da retificação que Kant introduziu em nossa maneira de conceber a percepção exterior. Assim como Kant nos alertou para que não julgássemos a percepção como idêntica ao incognoscível, descuidando de seu condicionamento subjetivo, assim a psicanálise nos adverte que não temos que substituir o psíquico inconsciente, que é objeto da consciência, pela percepção que esta tem dele. Como o físico, tampouco o psíquico é necessariamente na realidade como nos aparece. Não obstante, ficaremos satisfeitos em verificar que a retificação da percepção interior não oferece dificuldades tão grandes como a da percepção exterior, e que o objeto interior é menos incognoscível que o mundo exterior. (Freud, 1915/2001i, p. 167)

Aqui a conjectura de uma percepção bifronte é outra vez exposta para evidenciar que há uma dimensão de fenômenos internos que de fato resiste à percepção e à consciência. Para delimitar que há esse caráter inobservável, Freud sugere que, assim como Kant alerta para algo na relação percepção/conhecimento, a psicanálise também alerta para algo na relação consciente/inconsciente. Uma analogia, portanto. No caso da psicanálise, trata-se de marcar seu compromisso com uma teoria que considera as relações fenomênicas atribuídas ao sistema perceptivo demonstrando a impossibilidade de haver representações fiéis do que pode vir a ser a realidade. Não parece se tratar, por outro lado, de uma afirmação sobre a impossibilidade de haver uma realidade independente do aparelho que comporta essa teoria – muito menos de que a própria noção de natureza deva ser descartada como ponto de partida da compreensão daquilo que deforma essa percepção. A metapsicologia procura mostrar que há um processamento de um estímulo, de sua entrada até sua saída, e que o trajeto pode ser decomposto em conceitos. Um processamento que, inclusive, permite marcar a própria divisão da realidade – uma realidade que adquire o nome de psíquica, e outra que faz referência justamente ao

material empírico, por isso denominada de realidade material¹⁰⁷. Há uma dimensão de fenômenos internos que é inobservável, e mesmo os observáveis sofrem interferência de outros fenômenos observáveis e inobserváveis. O alerta da psicanálise para o conhecimento é que observar o mundo interno e externo implica aceitar a análise possível de todas essas relações, inclusive para o próprio entendimento da observação; implica, sem rodeios, considerar uma teoria da percepção como constitutiva dessa ciência da natureza.

Na medida em que se trata de uma “retificação da percepção interior”, pode haver erros na observação dos fenômenos internos, o que não significa impossibilidade de triá-los nem mesmo de preencher suas lacunas com inferências teóricas. Com isso Freud pode recusar o empirismo ingênuo ao mesmo tempo em que mantém as diretrizes do *falibilismo*, o que ainda não contradiz outro problema já levantado: o de que uma psicologia científico-naturalista, que teoriza sobre a mente, não apenas identifica o fenômeno como oferece a descrição de seu caráter ontológico. Tomar os fenômenos inobserváveis como uma razão para justificar o instrumentalismo parece desconsiderar justamente esse ponto. Diferentemente de um físico que pode prescindir da definição desse caráter na medida em que se conduz pelo valor pragmático depositado em seu método de pesquisa, o modelo de mente proposto por Freud deve necessariamente pressupor o caráter natural mesmo naquilo que não pode ser observado. Porque inobserváveis e ao mesmo tempo incluídos em uma forma de naturalismo que admite a possibilidade de fazer ciências da natureza em cima de processos temporais, os termos teóricos não precisam apenas justificar como apresentar os dados ontológicos, o que, em seu inverso, implica o entendimento de que o aspecto sobrenatural não pode ser concebido como uma *possibilidade* mesmo em fenômenos inobserváveis. De tal modo que o “material empírico” pode ser incognoscível, e o que parece incoerente é supor que ele possa não ser – que não tenha algum tipo de referência ontológica –, tanto porque afirmar que a percepção pode não ser idêntica ao incognoscível não implica necessariamente a desconsideração da realidade de uma entidade e a adesão a uma leitura fenomenalista, por exemplo¹⁰⁸. Daí que, no que concerne a esse naturalismo adotado, não há uma contradição

¹⁰⁷ Para uma exploração detalhada sobre como essa distinção (e outros diversos usos da concepção de realidade) aparece na obra de Freud, cf. Coelho Jr. (1995, p. 69-106).

¹⁰⁸ É interessante observar como tal constatação pode ser entendida como um problema inclusive para o próprio idealismo transcendental de Kant. Conforme Ritchie (2012), “O primeiro problema concerne a se realmente podemos compreender o sistema kantiano dentro do sistema kantiano. Recorde-se de que o conhecimento está necessariamente limitado ao reino fenomênico. Não podemos ter nenhum conhecimento dos *noumena*. Mas é como se o sistema kantiano envolvesse muitas afirmações de conhecimento que fazem

na suposição do primeiro parágrafo de *Pulsão...* ao propor que esse material pode se manifestar enquanto uma referência com estabilidade suficiente para ordenar o conhecimento (frase (b)).

Por outro lado, isso ainda não indica como um conceito direcionado à dimensão da percepção endopsíquica pode se referir a um fenômeno inobservável sem perder de vista a implicação ontológica do naturalismo, ou, noutras palavras, não indica como Freud salva o naturalismo em fenômenos que são psíquicos e inobserváveis – até pelo seu próprio critério de observação. Um problema que não é fácil de resolver, e há de se reconhecer que mesmo esse parágrafo de *Pulsão...* não dispõe uma dissolução decisiva, sinalizando apenas que os conceitos são subordinados ao material empírico, deixando em aberto o entendimento epistemológico sobre que tipo de relação pode se acomodar nessa subordinação. E tal abertura de fato extrapola esse texto. A obra, em seu conjunto, também não parece demonstrar uma solução invariável, que seja defendida ininterruptamente. A razão para isso aponta para o fato de que Freud é, antes de tudo e em sua própria concepção, um cientista da natureza – e não um filósofo da ciência. O que faz todo sentido quando nos lembramos da seguinte sugestão de Simanke (2009b):

Tudo se passa como se Freud estivesse constantemente à procura da epistemologia adequada à sua descoberta e ao campo de investigação que ele abriu e explorou, e essas tentativas dão margem a diversas interpretações, a partir das ferramentas disponíveis para a reflexão epistemológica que foram tomando forma desde então. (p. 146)

Torna-se complicado, seguindo essa linha de raciocínio, definir uma resposta singular para a posição de Freud na controvérsia realismo/antirrealismo, algo que, se fosse possível, certamente facilitaria o entendimento de como ele delimita o caráter epistemológico e ontológico desses fenômenos inobserváveis. Ao passo que uma visão antinaturalista pode ser descartada de antemão, porque em nenhum momento é sequer cogitada pelo autor, uma compilação de passagens também pode convir para mostrar que o ajuste epistemológico adotado se aproxima do realismo¹⁰⁹, ou mesmo para evidenciar

---

referência direta aos *noumena*. Os *noumena* são supostamente a fonte de nossas intuições. Além disso precisamos ter alguma ideia dos *noumena* a fim [de] compreender a distinção entre o nível empírico e o transcendental. Objetos fenomênicos são objetos considerados ao nível realista empírico. *Noumena* são objetos considerados ao nível transcendentalmente ideal. Mas como podemos sequer compreender isso se os *noumena* não são coisas que cabem em nossa estrutura de compreensão e, portanto, não podem ser objetos de conhecimento? Precisamos da ideia de objetos numênicos para compreender o projeto da filosofia transcendental, mas parece como se dentro da filosofia transcendental não pudéssemos compreender a ideia de objetos numênicos” (p. 34-35).

¹⁰⁹ Para uma discussão e reunião de passagens decisivas nesse sentido, cf. Simanke (2009b, p. 127-42).

as incompatibilidades dessa classificação. Isto é, do mesmo modo que aqui procuramos indicar certos desafios para a adequação de uma perspectiva instrumentalista¹¹⁰, pode-se também buscar argumentos na obra para compreender aqueles momentos em que Freud se refere ao aparelho psíquico como uma metáfora, por exemplo, como uma boa razão para pensar que conceitos auxiliares satisfazem sua opção epistemológica. Em última instância, talvez seja possível dizer que essa controvérsia se enquadra naquela mesma expressão que Monzani (1989) emprega para o caso das leituras sobre a inserção de *Todestrieb* (*Trieb* de morte) na obra: “cada cabeça uma sentença” (p. 71).

Seja como for, mesmo considerando essa bifurcação de interpretações, nosso entendimento é que um tipo de realismo tende a se sobressair no estatuto epistemológico que orienta a versão de Freud sobre a relação entre material empírico e conceito – e, por conseguinte, contendo os fenômenos considerados inobserváveis. Talvez isso já esteja anunciado por nossa suposição de que, para uma psicologia científico-naturalista, os fenômenos exigem descrição e não apenas justificação. Ao julgarmos que o naturalismo ontológico é necessário para essa concepção de ciência da natureza, um ajuste de realismo parece se tornar incontornável. De todo modo, com o intuito de indicar mais elementos para o nosso porquê, vale retomar aquilo que sabemos com segurança: Freud entende que a psicanálise é uma ciência da natureza. E, não apenas isso, sabemos também que essa qualificação reflete seu otimismo epistêmico em relação ao conhecimento científico.

Na visão de Freud, a psicanálise é uma ciência da natureza porque esta representa a forma mais segura de se produzir conhecimento. A última frase de *O futuro de uma ilusão* (1927) é emblemática nesse sentido: “Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria acreditar que poderíamos obter em outro lugar aquilo que ela pode nos dar” (Freud, 2001r, p. 55). Trata-se de uma expressão que revela confiança no sucesso da ciência como um todo, assim como, forçando um pouco a pena de Freud, repercute um argumento decisivo na discussão recente em favor do realismo científico¹¹¹: o argumento do milagre, ou do não-milagre.

Em linhas gerais, este argumento parte da proposta de Richard Boyd sobre um “refinamento” do raciocínio hipotético-dedutivo subentendido em outra modalidade introduzida por Peirce, o raciocínio abdutivo (Ritchie, 2012). Enquanto no primeiro

¹¹⁰ A questão da naturalização da observação e a necessidade do fornecimento de dados ontológicos para salvar o naturalismo em fenômenos inobserváveis.

¹¹¹ Vale apontar que há várias versões sobre o que é realismo. As três mais expressivas talvez sejam o realismo teórico, estrutural e o científico. Quando falamos aqui sobre realismo estamos nos referindo sobretudo a este último.

procura-se inserir conclusões necessariamente verdadeiras em uma teoria geral a partir da averiguação de uma dada hipótese que permite consequências observacionais, na abdução, podendo advir ou não de uma hipótese de consequências observacionais, a inferência não precisa ser necessariamente verdadeira, bastando que seja entendida como a melhor explicação possível para os eventos observados¹¹². Quando se leva esse procedimento para a discussão do realismo, o resultado pode ser cogitar, por um lado, que a investigação científica não se encerra em teorias que apenas enunciam hipóteses sem se comprometer com a ontologia de certas entidades – uma teoria, assim, busca verdades por correspondência –, e, por outro lado, que as teorias não precisam pressupor que suas hipóteses permitam, em dado momento, encerrar o conhecimento acerca de um fenômeno. Uma vez que o raciocínio abdutivo tolera a proposição de que uma hipótese sobrevive enquanto não houver uma rival para substituí-la, a teoria pode buscar verdades correspondentes aproximativas e, por isso, não precisa descartar o *falibilismo*.

Daí que o argumento do milagre tome o raciocínio abdutivo para avaliar a orientação da investigação científica em seu conjunto. À medida que seu sucesso histórico é reconhecido em virtude da capacidade de resolução de numerosos problemas, seria improvável, ou até mesmo milagroso, que suas explicações se equivocassem no que diz respeito a suas predições e descrições ontológicas. Portanto, não se trata apenas de ressalvar o otimismo em relação ao conhecimento científico – visto que isso poderia ser igualmente considerado em uma visão antirrealista –, como inferir também que esse sucesso pode levar ao discernimento ontológico de uma realidade independente e inobservável. É nesse sentido que Putnam, formulador do argumento, procura defender o realismo da matemática ao propor que sua objetividade (o fato de que ela pode ser verdadeira ou falsa) ultrapassa a necessidade de sua apresentação em termos empíricos observáveis (Ritchie, 2012). Algo que reflete uma proposição teórica elaborada junto a Quine, com quem entende que a indispensabilidade da matemática na construção das teorias científicas tornaria improvável sua inexistência objetiva:

---

¹¹² Para maior clareza, segue a definição de Psillos (2007): “Abdução: Modo de raciocínio que permite produzir hipóteses de tal maneira que, se forem verdadeiras, elas explicariam certos fenômenos. Peirce a descreveu como um processo de raciocínio que procede da seguinte maneira: o fato surpreendente C é observado; mas, se A for verdadeiro, C naturalmente também o seria [*as a matter of course*]; portanto, há motivos para suspeitar que A é verdadeiro. Embora inicialmente Peirce tenha pensado que a abdução *justifica* diretamente a aceitação de uma hipótese como verdadeira, mais tarde ele considerou que ela seria um método para a *descoberta* de novas hipóteses. Ele tomou a abdução como o processo de geração e classificação de hipóteses em termos de plausibilidade, o que é seguido da derivação de previsões delas por meio da dedução, e cujos testes são realizados por meio da indução. Recentemente, a abdução foi tomada como um nome de código para inferência da melhor explicação” (p. 4).

A sua razão [de Quine] para acreditar nisso é que números e conjuntos desempenham um papel indispensável nas nossas melhores teorias científicas, e nós, como bons naturalistas, deveríamos estar comprometidos com quaisquer entidades que a nossa melhor ciência considere *indispensáveis*. Podemos ver como isso poderia ser uma consequência da defesa do realismo científico que observamos. A melhor explicação para o sucesso da ciência é que as entidades postuladas em nossas teorias científicas existem. (Ibid., p. 146, *itálicos nossos*)

Em defesa do argumento do milagre, esse raciocínio pode então se desdobrar a objetos teóricos que compõem partes inobserváveis e igualmente indispensáveis de teorias científicas maduras, como, seguindo os exemplos de Ritchie (2012), os elétrons, o DNA e o vírus (p. 138-139). É como se, dado o poder explicativo e preditivo, não houvesse razão para desconfiar de suas existências, em um entendimento que conserva esses dois pontos decisivos para o realismo científico: o otimismo em relação ao progresso da ciência e o assentimento de que as teorias devem buscar verdades por correspondência, mesmo sem desconsiderar o caráter aproximativo. Pontos que, permitindo-nos o salto, Freud explicita taxativamente quando atrela a psicanálise à visão de mundo científica. Se o otimismo é bastante expressivo em diversas de suas colocações sobre a ciência¹¹³, o segundo ponto, como nos sinaliza Simanke (2009b), aparece de modo direto em uma passagem de “Em torno de uma cosmovisão” (1933):

Seu anseio [da ciência] é encontrar a correspondência com a realidade, ou seja, com o que existe fora e independentemente de nós, e que, tal como a experiência tem nos ensinado, é decisivo para o cumprimento ou frustração de nossos desejos. Chamamos “verdade” a esta concordância com o mundo exterior objetivo (real). Ela segue sendo a meta do trabalho científico, mesmo se deixamos de lado o seu valor prático. Então, quando a religião assevera que pode substituir a ciência e que, forçosamente, é verdade por ser benéfica e edificante, esta é, de fato, uma intrusão que deve ser rejeitada em prol do interesse universal. (Freud, 2001p, p. 157)

---

¹¹³ Como, por exemplo, no seguinte trecho da mesma conferência que citamos a seguir: “A ciência é muito jovem, uma atividade humana que se desenvolveu tardiamente. Para escolher apenas algumas datas, considere que apenas trezentos anos se passaram desde que Kepler descobriu as leis do movimento planetário; Newton, que decompôs a luz em suas cores e formulou a doutrina da força gravitacional, morreu em 1727, ou seja, há pouco mais de duzentos anos, e Lavoisier descobriu o oxigênio não muito antes da Revolução Francesa. Uma vida individual abarca um tempo brevíssimo comparado com a duração do desenvolvimento humano; hoje eu sou um homem muito velho e, apesar disso, eu já estava vivo quando Darwin publicou sua obra sobre a origem das espécies. Neste mesmo ano de 1859 nasceu o descobridor do rádio, Pierre Curie. E se vocês remontarem o tempo aos começos da ciência natural exata entre os gregos, a Arquimedes, Aristarco de Samos (em torno de 250 anos a.C.), o precursor de Copérnico, ou mesmo os primeiros esboços da astronomia, entre os babilônios, não cobrirão senão uma pequena fração do tempo que a antropologia reivindica para a evolução do homem desde sua formação antropológica primordial, e que, sem nenhuma dúvida, se estendeu por mais de cem mil anos. E, não esqueçam, por outro lado, que o último século trouxe consigo tal profusão de novos descobrimentos, tamanha aceleração do progresso científico, que temos todos os motivos para aguardar confiantemente o futuro da ciência” (Freud, 1933/2001p, p. 160).

Buscar verdades que correspondem àquilo que “existe fora e independentemente de nós” é entendido como “a meta do trabalho científico”. A passagem pesa para o lado do realismo científico. Nada obstante, se ainda quisermos deixar a controvérsia em aberto – aceitando que Freud é mais um cientista da natureza do que um filósofo da ciência –, podemos nos contentar com a compreensão de que a conexão desses pontos não deixa de indicar uma *direção* à qual ele procura alinhar sua concepção de ciências da natureza¹¹⁴. Nesse sentido, aparece a suposição de que explicações de teor religioso ou milagroso não podem competir com as científicas, cabendo a estas últimas a exploração dessa realidade independente. A ciência, então, aponta o caminho para a exploração da realidade. Ao mesmo tempo, a direção sustenta a qualidade investigativa de ser *fenômeno-orientada*, mesmo quando um fenômeno excede o limite da observação. Já vimos que a elaboração de um conceito pode passar por uma fase inicial cujo objetivo é procurar ajustar a correspondência entre “material empírico” e seu possível “significado” (frases (a) e (b) do primeiro parágrafo de *Pulsão...*). Se essa fase comporta uma etapa de ventilação de hipóteses, ela o faz com a confiança de que a referência é o “material”, e não o “significado”. Na composição dessas hipóteses, o conceito convém para se acomodar a esse material, deixando entender que nessa orientação o critério é a indispensabilidade, tal como vemos com o caso de *Trieb*: “Um conceito básico [*Grunbegriff*], convencional dessa índole e até agora bastante obscuro, mas *do qual não podemos abrir mão na psicologia* [aqui, itálicos nossos], é o de *pulsão* [*Triebe*, no original]” (Freud, 1915/2001t, p. 113).

Não parece incoerente concluir que o grau de necessidade para explicação de um fenômeno permite que haja enunciados sobre outros fenômenos inobserváveis, em um raciocínio mais bem compreendido por meio da natureza abdutiva. Também pode ser por isso que um fenômeno como *Trieb* seja classificado como fundamental, tornando-se indispensável e se consolidando depois na teoria por aquilo que alcança e, consequentemente, pelo que permite ajustar em relação a outros conceitos que atingem o

---

¹¹⁴ Tanto porque, se fosse o contrário, talvez poderíamos conceber sua perspectiva como mais próxima daquele argumento antirrealista formulado por Laudan, a indução pessimista. Na definição de Psillos (2007): “Indução pessimista: Argumento que visa subestimar a tese realista de que a melhor explicação dos sucessos das teorias científicas atuais é que elas são verossímeis [*truthlike*]. Baseia-se na alegação de que a história da ciência está repleta de teorias que foram consideradas empiricamente bem-sucedidas e frutíferas, mas que acabaram sendo falsas e, por isso, foram abandonadas. De acordo com esse argumento, se a história da ciência é um depósito [*wasteland*] de “melhores explicações teóricas” de evidências, é muito provável que as melhores teorias explicativas atuais, em devido tempo, tomem o mesmo rumo para este depósito, apesar de seus sucessos empíricos” (p. 178).

nível da observação – um fenômeno inobservável e indispensável para mostrar a melhor solução do quebra-cabeças entre mente e corpo que Freud procura continuamente montar, sendo justamente por isso que pode “experimentar uma modificação constante de seu conteúdo” (Ibid.).

Pensada assim, na contramão da fala de Ismênia à irmã (“Desde o princípio, devemos renunciar àquilo que supera o nosso alcance”) e se aproximando do conteúdo do argumento do milagre, a direção que Freud aponta não precisa desconsiderar o caráter natural e até mesmo real em fenômenos inobserváveis. Isso, evidentemente, não quer dizer que ele seja um precursor do argumento do milagre, tampouco que o conteúdo desse argumento apareça camuflado em suas suposições sobre a ciência da natureza. Os aspectos comuns aqui detectados podem servir tão somente para lançar luz a uma possibilidade de salvar o naturalismo em entidades inobserváveis sem abrir mão do *falibilismo* e sem recorrer a hipóteses de caráter necessariamente apriorístico, algo que nos parece condizente com as colocações de Freud¹¹⁵.

Mais do que isso, essa aproximação permite também inverter a qualificação de uma teoria considerada como provisória para uma teoria que seja a melhor para aquele momento. Mas essa ideia deixamos para explorar adiante. Antes, parece necessário marcar o que entendemos como o compromisso natural sob o conceito de *Trieb*. Se a indispensabilidade pode ser um critério do movimento teórico fundado em certa versão do realismo científico que permite oferecer um caráter natural a fenômenos inobserváveis, então é possível que um conceito da importância de *Trieb* forneça dados fundamentais para o entendimento da concepção de natureza de Freud e, logo, de ciências da natureza.

4.3 COORDENADAS TEMPORAIS

---

¹¹⁵ Como aquela de “Introdução ao narcisismo” (1914): “É certo que representações como as de libido do eu, energia pulsional do eu [*Ichtriebenergie*] e outras semelhantes não são apreensíveis com facilidade, nem o seu contido é suficientemente rico; uma teoria especulativa das relações entre elas procuraria obter primeiro, em qualidade de fundamento, um conceito circunscrito com nitidez. Só que a meu ver essa é, precisamente, a diferença entre uma teoria especulativa e uma ciência construída sobre a interpretação da *empiria*. Esta última não invejará à especulação o privilégio de uma fundamentação limpa, incontestável do ponto de vista lógico, mas de bom grado se contentará com pensamentos básicos que se perdem no nebuloso e dificilmente concebíveis, os quais espera apreender com maior claridade no curso de seu desenvolvimento enquanto ciência e, chegado o momento, está disposta a trocar por outros. É que tais ideias não são o fundamento da ciência, sobre o qual repousaria tudo; esse é, na verdade, apenas a observação. Elas não são a base, mas o topo de todo o edifício e podem ser substituídas e descartadas sem prejuízo. Em nossos dias, vivemos uma situação idêntica na física, cujas intuições básicas sobre a matéria, os centros de forças, a atração e conceitos similares estão sujeitos a quase tantos reparos que os correspondentes na psicanálise” (Freud, 1914/2001m, p. 75).

Afinal, o que é *Trieb*, e sob que visão de natureza que é natural? Por mais que não consigamos encontrar uma resposta exaustiva para essa pergunta, sabemos que é mesmo *Pulsão*... que marca o ponto de gravidade da descrição ontológica desse conceito. Isso porque, nesse texto, Freud (1915/2001t) diz que vai tentar “preenchê-lo de conteúdos de diversos lados [*Seiten*]” (p. 113), o que já expõe algo desafiador: *Trieb* é algo de mais de um lado. Do lado fisiológico, Freud diz tratar-se de um estímulo, o que também não deixa de ser verdadeiro por seu outro lado, o psicológico. Porém, não há uma identidade entre os estímulos dos dois lados. *Trieb* não é exclusivamente estímulo do lado psíquico, mas algo “subsumido” ao conceito de estímulo, e, como estímulo de *Trieb* (*Triebereiz*), ele atua “sobre o anímico”¹¹⁶. Outros estímulos, que não são *Trieb*, também atuam sobre o mesmo campo, como aqueles que interessam a uma longa tradição de pensadores, que chega a Freud por meio de Helmholtz e, antes dele, por seu professor Johhannes Müller (Cassedy, 2008). O *Trieb* de Freud, por sua vez, é algo de ao menos dois lados, sendo que um deles é, por assim dizer, puramente estímulo; enquanto o outro lado é subsumido ao estímulo, mas sem deixar de ser estímulo. Pode ser o caso, como diz Honda (2011), de que *Trieb* seja então uma “variante” do estímulo ao psíquico (p. 412).

Não se trata da compreensão de algo simples. De um ponto de vista mais amplo, propor que é possível “preenchê-lo [*Trieb*] de conteúdos de diversos lados” implica aceitar enunciados como: (i) internos ou externos; o sistema nervoso é um tipo de processador que deve “dominar os estímulos” sob a lei do arco-reflexo; (ii) quando eles atingem o sistema de fora, recebem o nome de estímulo, mas quando são de origem interna, são considerados subsumidos ao estímulo em seu caráter de *Triebreiz*; (iii) no entanto, mesmo aquilo que é interno surge como estímulo *do* e *no* corpo e, de sua parte mental, se torna um representante *de Trieb*. O que talvez seja possível extrair desses entendimentos com certa clareza é que *Trieb* não é uma unidade-substância, no sentido de um ser ontológico encerrado em si e apreensível de um ponto de vista estático. Um conjunto de coordenadas distintas é sempre preciso para lançar luz a seu “material empírico” em movimento. Como se, aceitando um exemplo impróprio, os efeitos de *Trieb* – revelados a partir de seu “material empírico” – surgissem assim como a imagem de um círculo que se forma somente no movimento das pás de um ventilador em funcionamento. Por mais difícil que seja estabelecer sua relação com o ventilador em si – se emerge dele

---

¹¹⁶ “Agora, que relação a ‘pulsão’ [*Trieb*] tem com o ‘estímulo’? Nada nos impede de subsumir o conceito de pulsão [*Trieb*] sob o de estímulo: a pulsão [*Trieb*] seria um estímulo para o psíquico” (Freud, 1915/2001t, p. 114).

ou se é redutível a ele, por exemplo –, o círculo, numa perspectiva como essa, “existe”, podendo ser estudado e defendido como natural. Ademais, ainda que só seja assim enquanto a fonte de energia eletromecânica do ventilador o permitir ser, ele o é tão somente em uma dimensão temporal.

É certo que, nesse sentido, com *Trieb* tudo se torna mais complicado. Mas talvez o desafio que Freud lança seja mesmo esse, o de não considerar *Trieb* nos termos de uma unidade-substância-estática, mesmo porque isso parece não fazer sentido quando focamos o outro elemento que ele introduz para sua concepção: trata-se de um “conceito-limite”. Por acepção, “limite” conota justamente o ser e o não-ser de uma unidade, porque evoca o ser do outro lado daquilo que se limita para se prescrever o que é limitado. É uma expressão para separar o extremo de um lado e o início do outro, e vice-versa. Noutro exemplo, distante de *Trieb*, para apreender o que é a fronteira entre Brasil e Uruguai seria necessário não apenas o ser desses dois países, como o não-ser de ambos. Como o que se quer entender é a fronteira em si, esta só pode ser encontrada a partir de dupla positividade e dupla negatividade. Para entendê-la, é preciso não apenas conhecer e se comprometer com o ser de Brasil e Uruguai, como também o que cada um desses países não é.

Já por outra perspectiva, a fronteira pode não ser nem um nem outro, restando ser algo em si, tornando-se mais o limite e menos aquilo que está limitando. Como se, seguindo mais um exemplo de cunho territorial, entendêssemos o Canal do Panamá como algo em si, e não apenas um limite entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Ao mesmo tempo em que limita esses oceanos, é um canal com características próprias, podendo ser pensado para além de sua característica de fronteira. No que diz respeito a *Trieb*, entretanto, essa segunda perspectiva o colocaria nos termos de ser uma unidade-fronteira, podendo assim ter um caráter estático, o que não parece ser o caso. Tudo indica que, em seu caráter inobservável, a dimensão fenomênica que Freud parece indicar com o conceito não é algo fechado, mas limite no sentido de atravessamento, de algo em movimento do corpo ao psíquico, tanto porque se trata de um conceito aberto para ser “preenchido” por diversos lados”.

Para definir *Trieb* como um conceito-limite mais próximo da primeira perspectiva é preciso então considerar na definição o corpo e o psíquico, assim como aquilo que ambos não denotam. Sem o envolvimento de, no mínimo, essas quatro coordenadas, dupla positividade e negatividade em termos ontológicos, não há condições para a ocorrência do fenômeno. Se, por um lado, for entendido em seu limite do corpo, *Trieb* é menos corpo do que psíquico, estando no extremo do corpo como resultado de interações químicas que

são transmitidas rumo ao psíquico, embora propositalmente não especificadas¹¹⁷. É sua parte talvez menos subsumida ao estímulo fisiológico, nesse sentido. Só que, como dito, esta parte se encerra e logo algo diferente se inicia. Mais distante desse limite e se aproximando de outro, aparece algo do lado psíquico que, de sua parte, começa a ser ontologicamente subsumido ao estímulo, não sendo propriamente estímulo, mas estímulo de *Trieb*.

À metapsicologia, cabe o estudo tão somente dessa segunda parte. Freud é claro quanto a isso, deixando entender que sua teoria estuda, ou analisa, partes de um fenômeno inobservável e, ao que tudo indica, indispensável, sendo igualmente claro ao ancorar, por assim dizer, todo esse fenômeno em uma *premissa* entendida como necessária:

Nós não somente aportamos ao nosso material empírico certas convenções em qualidade de conceitos básicos [*Grundbegriff*], mas também nos servimos de muitas *premissas* [*Voraussetzungen*] complexas para nos guiarmos na elaboração do mundo dos fenômenos psicológicos. Já mencionamos a mais importante delas; só nos resta destacá-la de modo explícito. É de natureza biológica, trabalha com o conceito de tendência (eventualmente, o de condição de fins adequados) e diz: O sistema nervoso é um aparato cuja função é a de se livrar dos estímulos que chegam, de reduzi-los ao mais baixo nível possível; dito de outro modo: é um aparato que, se possível, gostaria de se conservar isento de qualquer estímulo. Sem nos surpreender, por ora, com a imprecisão dessa ideia, atribuíamos ao sistema nervoso a tarefa (dito em termos gerais) de dominar os estímulos. (Freud, 1915/2001t, p. 115-116)

Como indica Honda (2011), o “material” referido nessa passagem advém da observação clínica, e essas *premissas*, ou *pressupostos*, também apresentam a característica de “indispensabilidade”¹¹⁸. Tal como os fenômenos, portanto, elas orientam o campo investigativo de modo a dispor compromissos que oferecem estabilidade para a concepção de natureza subjacente. A “mais importante” dessas premissas, como se vê acima, é a da biologia. Não pode haver dúvida sobre sua referência para a composição ontológica de *Trieb*. Assim como o contrário, no outro limite, também é verdadeiro: há uma premissa sobre o psíquico, consequentemente afirmada na medida em que a primeira premissa, biológica, serve para “nos guiarmos na elaboração do mundo dos fenômenos psicológicos”. A premissa biológica implica então uma psicológica por meio de um limite justaposto ao domínio de *Trieb*. E, de fato, a premissa biológica que Freud ali expõe não é nenhuma novidade para sua direção investigativa, tendo sido respeitada ao longo de toda a obra. Como lembra Honda (2011), trata-se de uma referência a um pressuposto antigo, advindo desde o *Projeto...* conforme os princípios de inércia e constância ali

¹¹⁷ Algo que reflete um posicionamento de Freud exposto em *A introdução ao narcisismo* (1914).

¹¹⁸ Cf. Honda (2011, p. 413).

expostos, passando pelo princípio de desprazer concebido em *A interpretação...* e encontrando sua formulação “definitiva” de princípio do prazer no texto de 1911, “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”¹¹⁹.

Com seus compromissos anotados a partir desse princípio, a parte biológica não deixa de ser devidamente reconhecida. Enquanto uma ideia imprecisa, a proposta é a de que nela subjaz o aspecto funcional de “se livrar dos estímulos” – algo que compete ao dominador de estímulos que é o sistema nervoso. Essa “imprecisão”, por sua vez, não impede inferências de causas últimas: “Então, temos o direito de inferir que elas, as pulsões [*Triebe*], e não os estímulos externos, são os motores genuínos do progresso que levaram o sistema nervoso (cuja produtividade é infinita) ao seu atual nível de desenvolvimento” (p. 116). Trata-se de considerar *Trieb* como uma variação de estímulos externos que, ao longo do processo evolutivo, adquire a característica de “*força constante*”¹²⁰, impondo “tarefas muito mais elevadas ao sistema nervoso” (Ibid.). Apto a lidar com esse tipo de exigência, o domínio biológico, governado pelo sistema nervoso, adapta-se então àquilo que seria não biológico, a saber, o psíquico.

Trieb, nesse caminho evolutivo, passa a ser parte biológico, parte psíquico, parte não psíquico e parte não biológico; enquanto um conceito fundamental, se desdobrando nessas dimensões, ao passo que também é um conceito-limite. O importante é que o esquema para sua proposição ontológica envolve delimitar consecutivamente esses domínios, mesmo quando o propósito é restringir aquilo que compete à metapsicologia como teoria elegida para estudar a parte psicológica e, portanto, não biológica. Mais do que isso, esse esquema estabelece que o inverso desses domínios é sempre exigido para a definição da totalidade do fenômeno. Basta observar como é delineada aquela que podemos considerar como a definição mais direta e concisa da parte psíquica de *Trieb* que aparece em *Pulsão...*:

Se agora, a partir do aspecto biológico, passamos à consideração da vida anímica, a “pulsão” [*Trieb*] nos parece um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como um representante {Repräsentant} psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposto ao anímico como consequência de sua ligação com o corporal. (Freud, 1915/2001t, p. 117, explicação entre chaves do tradutor espanhol)

¹¹⁹ Cf. Honda (2011, p. 413-414).

¹²⁰ Como enuncia a descrição de Freud: “A pulsão [*Trieb*], por sua vez, não atua como *uma força de choque momentâneo*, mas sempre como *uma força constante*” (Freud, 1915/2001t, p. 115).

Nas três coordenadas aí enunciadas, temos que, para entender o conceito como limite, ou “fronteiriço”, é preciso situá-lo dentro de uma conexão que inclui ambos os domínios; já para entendê-lo como um “representante psíquico”, tal representação deve ser considerada em referência àquilo que representa, ou seja, o seu negativo, o corpo; e, por fim, trata-se de “uma medida de exigência de trabalho” porque mostra o movimento de *força constante* do primeiro para o segundo domínio – do corpo em direção ao psíquico. Como todas essas definições demandam considerar a interação entre corpo e psíquico, uma conclusão admissível é que a recusa de *Trieb* como algo biológico parece estar em pé de igualdade com a negação de que se trata de algo psíquico. Do mesmo modo, dada a implicação negativa para a definição, o contrário também é verdadeiro. Aceitar que *Trieb* é biológico implica aceitar a parcela de sua dimensão psíquica. A continuidade de *Pulsão*... mostra que Freud não rompe com essa hipótese e que o conceito seria melhor apreendido caso fosse possível explicar todos os seus lados em conjunto:

Em geral, me parece duvidoso que, a partir da base de elaboração do material psicológico, se possa obter indícios decisivos para a divisão e classificação das pulsões [*Triebe*]. Para os fins dessa elaboração, pareceria bastante necessário aplicar ao material determinadas hipóteses acerca da vida pulsional [*Triebeleben*], e seria desejável que se pudesse retirar de outro campo para transferi-los à psicologia. (Freud, 1915/2001t, p. 120)

Porque é um conceito-limite, a garantia ontológica de *Trieb* pode subjazer apenas a um tipo de relação com seu inverso. O inverso está contido na definição ontológica. Por outra parte, o fato de que a psicologia não pode fornecer “indícios decisivos” não significa que aquilo que ela forneça seja efetivamente dispensável. Mais uma vez, a questão é que aquilo que é de seu domínio esteja em acordo com o domínio de seu inverso. E este, como visto, é entendido como uma *premissa* necessária. O raciocínio de Freud pode então ser posto da seguinte maneira: *Trieb* necessariamente se desdobra nessas duas dimensões, psíquica e biológica; e a parte biológica não cabe à investigação psicológica, assim como o contrário. Um resultado disso é a necessidade de forjar uma teoria para a parte psicológica sem desconsiderar a conexão com a outra parte, desafio que se torna ainda mais problemático quando lembramos que há uma abertura para outros “lados” de *Trieb*. A falta de uma resolução definitiva, no entanto, não impede um posicionamento que permita resguardar aquilo que é psíquico. Ao que parece, este posicionamento não deixa de se encaminhar para a direção do que é indispensável:

Deve se supor que as diferentes *pulsões* [*Triebe*] que provêm do corpo e operam sobre o anímico se distinguem também por qualidades diferentes e, por

isso, se comportam dentro da vida anímica de maneira qualitativamente distinta? Não parece justificado; basta apenas a suposição mais simples de que todas as pulsões [*Triebe*] são qualitativamente de mesma índole, e devem seu efeito somente às magnitudes de excitação que conduzem ou talvez ainda a certas funções desta quantidade. O que distingue entre si as operações psíquicas que procedem das diferentes pulsões [*Triebe*] pode se reconduzir à diversidade das fontes pulsionais [*Triebquellen zurückführen*]. No demais, somente em um contexto posterior poderá ser esclarecido o significado do problema da qualidade das pulsões [*Triebqualität*]. (Freud, 1915/2001t, p. 119)

Para além do aspecto qualitativo, o “efeito” de *Trieb* – aquilo que talvez seja o mais observável de um fenômeno inobservável – mostra-se a partir dessas duas características: quantitativa e, para sua distinção, a diversidade de suas fontes. Não parece exagero pontuá-las como as mais indispensáveis numa escala imaginável sobre as coordenadas oferecidas ao conceito¹²¹, sobretudo porque é por meio delas que Freud infere os quatro “termos” que podem ser incluídos em seu atributo descritivo: pressão, meta, objeto e a própria fonte. E esses termos, por sua vez, são decisivos para corresponder ao modelo de mente sob uma “série de tempo” indicado em *A interpretação...* Tudo se passando como se Freud optasse por não transgredir o compromisso estabelecido de assentar o psíquico *entre* os neurônios, o que pode significar que, como em *A interpretação...*, a frequência epistemológica adotada em *Pulsão...* admite a possibilidade de estudar partes de um fenômeno sem prescindir de uma premissa que aponte para algo mais abrangente. Isto é, se em *A interpretação...* buscamos compreender a metáfora do microscópio como uma tentativa de isolar o campo psíquico investigado, algo semelhante pode ocorrer com a abordagem de *Trieb* em *Pulsão...* Há uma parte psicológica desse fenômeno, para a qual certas coordenadas podem ser designadas. A impossibilidade de determinar um conhecimento sobre sua fonte entendido como completo não invalida o que se avalia como sendo de domínio psicológico – do mesmo modo que é possível conceber um modelo de mente sem saber ao certo a relação com os neurônios que supostamente representariam a parte não virtual do microscópio de *A interpretação...* Em *Pulsão...*, a passagem que parece fortalecer essa suposição aparece justamente no momento de definição da fonte:

Por fonte {*Quelle*} da pulsão [*Triebes*] se entende aquele processo somático [*somatischen Vorgang*], interior a um órgão ou a uma parte do corpo, cujo estímulo é representado {*repräsentiert*} na vida anímica pela pulsão [*Trieb*].

¹²¹ Ainda mais quando lembramos da seguinte passagem: “Então, primeiro encontramos a essência [*Wesen*] da pulsão [*Trieb*] em suas características principais, a saber, sua proveniência de fontes de estímulos situadas no interior do organismo e sua emergência como força constante, e disso derivamos uma de suas características posteriores, que é a sua irredutibilidade por meio de ações de fuga” (Freud, 1915/2001t, p. 115).

Não se sabe se esse processo é por regra geral de natureza química ou também pode corresponder ao desprendimento de outras forças, mecânicas, por exemplo. O estudo das fontes pulsionais já não compete à psicologia; ainda que para a pulsão [*Trieb*] o absolutamente decisivo é sua origem na fonte somática, dentro da vida anímica ela não é conhecida de outro modo senão por suas metas. O conhecimento mais preciso das fontes pulsionais [*Triebquellen*] de modo algum é imprescindível para os fins da investigação psicológica. Muitas vezes pode se inferir retrospectivamente, com certeza, as fontes da pulsão a partir de suas metas. (p. 118-119, explicação entre chaves do tradutor espanhol)

A despeito de certa localização ser oferecida e identificada como se expressando por meio de um “processo”, Freud entrevê que não cabe à psicologia conhecer a fonte de *Trieb*. O que não exclui, por outro lado, a sua presença na composição de um conceito-limite que inclui partes, como as psicológicas, biológicas e, possivelmente, as de “natureza química” ou “mecânica”. A fonte faz parte de *Trieb*. Tanto é assim que o conhecimento advindo dessas partes que a compõem é “muitas vezes” inferido a partir de suas “metas”. Ou seja, é possível inferir partes não psicológicas a partir do que é entendido como compondo o campo psicológico. A reciprocidade dessa possibilidade inferencial pode então indicar que há um conteúdo de caráter empírico nesse domínio, e que, em última instância, é este que sinaliza o seu aspecto ontológico. De modo que, como sugere Honda (2011), além de um conceito-limite, que enuncia o domínio de vários “terrenos”, *Trieb* pode ser igualmente um conceito que “anuncia” a própria natureza do que é psíquico:

Nossa compreensão é a de que, além da função demarcadora, a pulsão, como conceito-limite, tem o papel de nomear o terreno demarcado. Isto é, tratar-se-ia, obviamente, da circunscrição do terreno do psíquico, mas não a compreendemos como uma psique qualquer, permeada pelas indefinições peculiares ao termo corrente entre as psicologias e contaminada por dificuldades de relação com o corporal, mas a compreendemos como uma psique pulsional por natureza. Em outras palavras, entendemos o conceito de pulsão como, por um lado, de-marcando, de-limitando as fronteiras tradicionalmente consideradas entre o psíquico e o somático, quer dizer, estabelecendo os limites daquilo que pode ser considerado psíquico e, portanto, investigado por métodos psicológicos; por outro, mais importante, anunciando e dando notícias sobre a natureza do psíquico assim demarcado e o tipo de relação que estabelece com o somático. (Honda, 2011, p. 408)

A partir de todas essas considerações, suponhamos que tenha chegado um momento em que todo o conhecimento possível sobre a fonte – advindo da biologia, química, física ou do que mais for necessário – tenha sido explicitado. Tudo se sabe sobre a fonte, e ela é exposta de tal maneira que sua coordenada não é mais um problema para a ciência da natureza e para o entendimento de *Trieb*. Conquanto tenhamos que desconsiderar o *falibilismo* nesse exercício, para que esse conhecimento tenha chegado a

tal estágio de completude, parece incontornável a suposição de que isso somente poderia ter ocorrido com o que se conhece no domínio psicológico. Porque pode haver aquela reciprocidade de inferências, e porque o conceito é entendido como limite, mais de um domínio é necessário para sua composição ontológica, e sempre deve haver a implicação de que um domínio define o outro. Assim, boa parte dessa explicação completa poderia ter de fato um caráter biológico, por exemplo, mas essa só poderia ser uma biologia pensada pela pressuposição de que há um fenômeno de conteúdo psicológico – como um conhecimento advindo possivelmente do estudo sobre o investimento libidinal em um dado “objeto”.

Se esse raciocínio for correto, pode seguir então que o fato de que há *Trieb* na natureza que Freud propõe não advém de um conhecimento exclusivamente biológico, mas do entendimento de que há um conhecimento *psicológico que exige um suporte biológico* – com os domínios vinculados na própria afirmação. Como *Trieb* vem depois na obra, sendo produto de embates teóricos sobre a clínica, a sexualidade etc., o teor de sua indispensabilidade é subentendido da exploração em referência ao domínio psíquico e a seu vínculo com o outro pressuposto necessário, a biologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procuramos oferecer nossa compreensão sobre a concepção freudiana de ciências da natureza. A estratégia adotada se restringe à exploração de determinados momentos e conceitos que consideramos decisivos para a composição de tal concepção. Não há dúvida de que o exame de diversos outros assuntos, por meio de variadas chaves de leitura, é necessário para a sequência dessa tarefa. Quando se pretende estudar temas relacionados à cientificidade da psicanálise, a extensão da obra de Freud e os problemas que ela procura abordar certamente toleram exercícios de interpretação dos mais diversos sobre seu estatuto epistemológico, ontológico e metodológico. Uma perspectiva que se fortalece ainda mais quando aceitamos que mesmo Freud não parece extrair uma conclusão irrestrita sobre o caráter de suas proposições teóricas. Ainda que não questione o aspecto científico-naturalista de suas hipóteses, tudo indica que sua preocupação principal é a edificação de sua teoria e prática. Em última análise, Freud deve ser abordado antes como um cientista da natureza do que como um filósofo da ciência; o que, por outro lado, não implica a inexistência ou inexpressividade de tal concepção em sua obra. Ele não abre mão do compromisso com a ciência da natureza, e procuramos pontuar como o seu “espírito de defesa” tende a aparecer justamente nos momentos em que pretende reforçar esse compromisso. Por isso, aquilo que consideramos determinante para as leituras em torno do debate de cientificidade é que essa identificação seja considerada desde o ponto de partida. Melhor ainda se essas leituras ultrapassarem a compreensão, aparentemente comum, de que “Freud é um homem de sua época”, resumindo tal identificação ao entendimento de partes de seu contexto e desconsiderando o texto como um potencial revelador de ideias.

Para o desenvolvimento da nossa compreensão, lançamos a seguinte conjectura: Freud não apenas estabelece conceitos teóricos sobre sua prática, ou sobre aquilo que observa, como também identifica o que são as entidades correspondentes aos fenômenos a que se refere. Por meio de conceitos, ele estabelece posições que sinalizam aspectos ontológicos sobre a natureza que concebe sob seu naturalismo, de tal modo que extrapola a proposta de que a metodologia “vigente” da ciência da natureza é a única forma para revelá-la. Uma vez que certos fenômenos precisam ser investigados antes que uma teoria totalmente ajustada ao fisicalismo, por exemplo, consiga apreendê-los, Freud parece aceitar que compensa se deixar guiar por aquilo que o fenômeno pode revelar. A essa característica atribuímos o nome de *fenômeno-orientado*. A urgência é para com aquilo

que ele aceita ser fenomênico e não com aquilo que, por exemplo, sustenta dada estrutura científica compartilhada. E é por essa mesma razão – porque o fenômeno é revelador de um “material empírico” necessariamente subentendido como natural, independentemente do método para abarcá-lo – que julgamos o naturalismo metodológico insuficiente para a compreensão de sua empreitada. Certo campo fenomênico requer a atenção de Freud, que, para se manter em solo naturalista, precisa pressupor que esse campo revelará fenômenos igualmente naturais. Ele tem que pressupor, assim, que qualquer fenômeno seja natural. Mas também entendemos que isso pode não dizer muito, principalmente porque sobra a busca por aquilo que é preciso para tal afirmação, a saber, o que significa ser natural.

Por outro lado, a ausência de um critério explícito e definitivo sobre o modo de naturalização freudiano não quer dizer que haja abrangência em sua atitude epistemológica para a suposição de que outra forma de conhecimento seja capaz de apreender aquilo que revela ser o fenômeno. Não quer dizer, em outras palavras, que a ontologia do fenômeno que o guia esteja livre de caracterização, uma vez que indícios são fornecidos para a inferência de que um exame relativo a ela deve partir de um campo com compromissos pré-estabelecidos. Nosso entendimento é o de que, para este exame, o ponto de partida é a ciência da natureza e, conectada a ela, a ideia de natureza. Do contrário, supomos que um equívoco parece se revelar na proposta de que a teoria de Freud poderia se sustentar sem referência aos demais conhecimentos que ele considera como sendo científico-naturalistas. Na natureza há algo como metapsicologia, tão somente enquanto há biologia, física, química etc.

Por ora, uma consideração mais abrangente que gostaríamos de apreender dessas colocações é a de que Freud parece navegar junto com Quine no barco de Neurath¹²², rodeando e demarcando certo território de tal forma que não admite outra possibilidade afora a triagem de hipóteses e teorias advindas da própria ciência da natureza. Em um

---

¹²²De acordo com a definição de Psillos (2007): “Barco de Neurath: metáfora vívida introduzida por Neurath para reivindicar o coerentismo. Tornou-se famosa nos escritos de Quine como a metáfora constitutiva do naturalismo. Neurath afirmou que, na nossa tentativa de investigar o quão bem estamos no nosso dar e receber [*give-and-take*] cognitivo com o mundo, somos como marinheiros que precisam reconstruir o seu navio no mar aberto, sem nunca podermos desmontá-lo em doca seca e reconstruir os seus melhores componentes. Quine utilizou essa metáfora para argumentar contra a filosofia primeira, ou seja, a visão de que a filosofia tem um papel de fundação em relação às ciências, com o objetivo de as validar e garantir a reivindicação do conhecimento. A filosofia não tem status especial; qualquer parte do nosso esquema conceitual (as descobertas da ciência em particular) pode ser invocada quando as revisões em outros lugares de nosso esquema conceitual são necessárias. Uma vez que não há doca seca em que podemos colocar nosso esquema conceitual como um todo e examiná-lo pouco a pouco, estamos envolvidos em um processo de ajuste mútuo de suas peças, mantendo-o flutuando” (p. 161-162).

movimento que pode repercutir aquilo que expressa a passagem em que Quine (1982) dispõe uma das imagens mais centrais para a sua epistemologia naturalizada:

O filósofo naturalista começa seu raciocínio dentro da teoria do mundo herdada como uma preocupação contínua. Ele provisoriamente acredita em tudo, mas acredita também que algumas partes não identificadas estão erradas. Ele tenta melhorar, esclarecer e entender o sistema a partir de dentro. Ele é o ocupado marinheiro à deriva no barco de Neurath. (p. 72)

No plano geral, a consequência principal dessa imagem para o sistema quineano é a suposição de que “não há uma filosofia primeira” (Quine, 1982, p. 72). Não há nada que possa fundar o conhecimento de maneira apriorística, nem mesmo aquelas formas sofisticadas de idealismo, como é o transcendental kantiano¹²³. O de Quine, portanto, é um empirismo levado às últimas consequências e, por isso, sem espaço para qualquer tipo de dogma¹²⁴. Daí porque resta às ciências da natureza uma complicada e interminável tarefa de localizar e justificar aquilo que aceita como fenômeno dentro da coerência advinda da interconexão de suas próprias suposições – ou seja, a partir de um ponto de vista holístico. É preciso naturalizar enquanto à deriva e, ao mesmo tempo, a partir daquilo com que a teoria adotada se compromete. Um entendimento que nos leva a outro aspecto significativo da obra quineana e, em vista do que aqui pretendemos argumentar, convém lançar luz sobre algumas de suas concepções.

Trata-se do aspecto em que Quine discute e procura definir a ontologia. A parte mais incisiva de seu sistema que trata desse assunto é geralmente resumida em uma única expressão: “Supor algo como uma entidade é, pura e simplesmente, supô-lo como o valor de uma variável” (Quine, 1953/2011, p. 26). Apesar de objetiva, a razão para o seu entendimento e o que dele é extraído em termos epistemológicos são certamente mais complicados de abranger. Naquele texto célebre em que aborda de maneira bastante direta o assunto, em “Sobre o que há” (1953), Quine (p. 11) não demora para afirmar que, a uma das perguntas mais fundamentais da ontologia, “O que há?”, a resposta deve ser: “Tudo”. Deixa entender assim que, a princípio, nada pode ter o caráter existencial recusado. Algo que faz sentido quando lembramos de sua referência à ideia de que a ciência da natureza

¹²³Cf. Ritchie (2012, p. 48-53).

¹²⁴Em “Five mil estones of empiricism”, Quine (1982) especifica aqueles que seriam os cinco dogmas mais desafiadores para o empirismo: “Nos últimos dois séculos, houve cinco pontos ante os quais o empirismo mudou para melhor. O primeiro é a mudança de ideias para palavras. O segundo é a mudança do foco, em semântica, de termos para frases. O terceiro é a mudança do foco, em semântica, de frases para os sistemas de sentenças. O quarto é, na frase de Morton White, o monismo metodológico: o abandono do dualismo analítico-sintético. O quinto é o naturalismo: o abandono do objetivo de uma primeira filosofia anterior à ciência natural” (p. 7).

deve estar aberta a reformas “a partir de dentro”. Afirmar de antemão que algo não existe seria tão radical que certamente invalidaria essa pressuposição, não apenas deixando o barco à deriva, como suspenso em uma espécie de vácuo ontológico. Seria, desse modo, aceitar outro dogma. Em todo caso, a intenção de Quine com essa resposta vai muito além da reflexão sobre a negação absoluta da existência de entidades ontológicas. Como indicam Jones e Fogelin (1997), por meio dela, Quine certamente não quer dizer que “tudo que poderia existir de fato existe” (p. 485). Ao contrário, o esforço se inclina para ressaltar que algo que de fato existe está, na verdade, vinculado a alguma outra coisa concebida como também existindo, e sua existência é tal que depende dessa própria relação. Isso significa que, para aceitar algo como uma entidade, deve haver um “compromisso ontológico” subjacente.

Posto dessa maneira, uma série de pressupostos são condensados, mas um que não pode deixar de ser destacado para a compreensão do que Quine quer dizer com compromisso ontológico encontra-se no modo como ele contempla aquilo que a lógica dos predicados denomina de quantificador existencial. Este, diferentemente do quantificador universal – que também pode mostrar o efeito de compromisso ontológico –, tem a característica de se comprometer com uma variável que pode servir de função para inferir verdades necessárias sobre ao menos um tipo de predicado. Isso também significa que o tipo de compromisso que ele estabelece não exige a quantificação de todos os predicados para algo ser entendido como verdadeiro. Basta que o quantificador se vincule a apenas um predicado para que seja possível avaliá-lo e, possivelmente, aceitá-lo como verdadeiro ou falso dentro de uma dada proposição. O exemplo que trazem Jones e Fogelin (1997) é esclarecedor: “Existe pelo menos um objeto no mundo, x , tal que x é uma tulipa e x é vermelho” (p. 485). Nesse caso, como explicam os autores, “ x ” é uma variável, e sua conexão com predicados – como “é uma tulipa” ou “é vermelho” – pode expressar proposições passíveis de serem consideradas como verdadeiras ou falsas. Se a “ x ” for atribuído o valor “flor”, por exemplo, torna-se possível averiguar a adequação dos predicados a ela oferecidos. Torna-se possível se comprometer com o fato de que existe algo como uma flor e, à medida que se estabelecer um vínculo com os predicados, inferir que existe ao menos uma entidade como “tulipa” e outra como “vermelhidão”. Pouco interessando, portanto, se falamos sobre flores, unicórnios, “Pégaso” ou *Trieb*.

O quantificador existencial se torna um elemento central naquela expressão de “Sobre o que há” (1953), porque ali é posto que para aceitar algo como uma entidade não se precisa mais do que estabelecê-la enquanto valor de uma variável. Ou, na maneira que

expressam Jones e Fogelin (1997): “Uma teoria ou forma de discurso está comprometida com a existência daquelas entidades que ela quantifica, desde que não haja nenhuma maneira dentro da teoria de eliminar tais referências” (p. 486). Nesse sentido, em nível do que enuncia uma teoria, torna-se mais importante o fato de que ela sempre se compromete com uma variável do que, por exemplo, a verificação sobre se o seu compromisso corresponde ou não a características espaço temporais. Isto é, uma vez entendido como não eliminável, o compromisso ontológico também passa a ser concebido como indispensável. Sobram então questões de outra ordem, como a de escolher entre teorias rivais que apresentam compromissos ontológicos rivais¹²⁵.

De qualquer modo, o interessante é que dessa perspectiva de Quine se obtém uma chave de leitura para avaliar o alcance ontológico de determinada formulação teórica, sem a preocupação de certificar que ela enuncia teses existenciais de caráter universal. Permite, por isso, buscar aquilo que uma teoria marca como existente, sem ter que completá-la com outros pressupostos epistemológicos generalizantes, de caráter possivelmente restritivo e extraterritorial a seu discurso. Pressupostos que, com o intuito legítimo de oferecer outras possibilidades para o fundamento teórico, muitas vezes podem ultrapassar os limites por ele mesmo estabelecidos – entre os exemplos comuns à nossa avaliação está o idealismo para preencher uma teoria que se compromete exclusivamente com o empirismo, ou mesmo o antinaturalismo para explorar uma teoria que se compromete com o naturalismo.

Por sua vez, no que se refere a nossa pesquisa, é verdade que muito mais teria que ser dito se quiséssemos, de maneira satisfatória, desdobrar esse ponto de vista lógico de Quine para a exploração do naturalismo de Freud¹²⁶. Independentemente de que o estudo da lógica não seja um alicerce comum, o modo semelhante com que esses autores procuram levar as ciências da natureza às últimas consequências parece abrir um horizonte de possíveis ressonâncias interpretativas sobre o significado a elas atribuído. Mas não é esse o propósito aqui. O caráter introdutório e abrangente destes apontamentos convém tão somente para emprestar aquilo que essa concepção de compromisso ontológico pode nos oferecer para tentarmos retomar e, de forma talvez mais contundente,

---

¹²⁵Cf. Jones; Fogelin (1997, p. 487-488).

¹²⁶Para isso, muito mais deveria ser dito, por exemplo, sobre a maneira como Quine procura compor sua epistemologia naturalizada, sem referência a certos dogmas, visto que esses, em sua perspectiva, contaminam o empirismo. Algo também deveria ser desenvolvido para tentar evidenciar o caminho de Quine até a conclusão de que o compromisso ontológico mais indispensável para a ciência da natureza é de fato o *fisicalismo*. E igualmente importante seria uma discussão para demonstrar seu caminho de oposição a certas filosofias predominantes na época, como a filosofia da linguagem e o positivismo lógico.

ajustar alguns dos argumentos que levantamos ao longo desta tese; sobretudo aquele que perpassa nosso exame e entende que Freud se volta amiúde para o exercício de salvar o naturalismo.

A hipótese de que um naturalismo ontológico é necessário para a concepção freudiana de ciências da natureza pressupõe que sua parte teórica seja algo como um revelador de ontologias do terreno psíquico. De um lado, há um fenômeno preconcebido como natural e mental, do outro, a confiança de que a ciência da natureza é o único modo para encontrá-lo e investigá-lo. O que sabemos é que, entre esses lados, cabe a construção de uma teoria. A metapsicologia é aquilo que sobrevém enquanto determinados fenômenos guiam a investigação e não há correspondentes conceituais “afinados”, por assim dizer, com outras partes das ciências da natureza. E é por isso que um resultado natural da disposição dos termos de sua significação epistemológica seja uma certa hesitação ao concebê-la ora como um reduto de especulações fictícias, ora como algo advindo do próprio sucesso teórico daquilo que possibilita a descrição do “processo psíquico”¹²⁷. Como aponta Patricia Kitcher (1988), tal oscilação é condizente com a atitude de Freud, pronunciada a Fliess em carta¹²⁸, de tratar suas colocações metapsicológicas no sentido de testáveis “*working hypothesis*”¹²⁹.

Seja como for, para Freud há essa teoria na natureza, e o desafio remanescente é compreender se ela efetivamente se compromete a algo e se esse algo não se modifica ao longo de sua construção. Na tentativa de contribuir para esse desafio, aceitamos que a constituição e formalização dessa teoria passa a ocorrer de fato a partir de *A interpretação...*; mais precisamente, como exposto na segunda seção desta tese, no momento em que Freud projeta uma “nova psicologia” e reduz a localização daqueles lados a um “entre” os neurônios. Sem desconsiderar o que vem antes e nada obstante à dificuldade de determinar de maneira taxativa qual seria a definição que ele estabelece

¹²⁷Como Freud alude naquela definição já referida de “O inconsciente” (1915): “Proponho que quando consigamos [*wenn es uns gelingt*] descrever um processo psíquico em seus aspectos *dinâmicos, tópicos e econômicos* isso se chame de uma exposição *metapsicológica*” (Freud, 2001f, p. 178, itálicos do autor). É pertinente observar, seguindo a indicação de Kitcher (1988), que no original Freud utiliza o verbo *gelingen* [*gelingt*, na terceira pessoa do singular], cuja tradução pode ser “ter sucesso”, ou “ter êxito”.

¹²⁸Na carta de 17 de dezembro de 1896, Freud diz que: “Fico muito satisfeito, porém, com a recepção dada às minhas fantasias [da Carta 52]. Sei que você as coloca no lugar certo, investiga esses pontos de vista um pouco mais e não me encara nem como um devaneador, pelo fato de eu comunicar essas coisas incompletas, nem como um tolo, que, por essa razão, acredita estar acima da investigação minuciosa e da correção. Tratam-se de sínteses e *working hypothesis* [hipóteses de trabalho], que espero podermos trocar um com o outro sem preocupação” (Freud apud Masson, 1986, p. 216).

¹²⁹De acordo com Patricia Kitcher (1988), “a visão muito mais razoável é que Freud considerava suas afirmações metapsicológicas substanciais como ‘*working hypotheses*’, a serem abandonadas se deixassem de ser validas ou úteis” (p. 105).

para essa relação nos termos de uma filosofia da mente¹³⁰, procuramos ressaltar que, após o *Projeto...*, um compromisso ontológico sobrevive e é firmado de modo a sintonizar o que chamamos de *frequência epistemológica*.

A razão de ser epistemológica é justamente porque não se trata de um reajuste metodológico e/ou ontológico. O método hipotético-dedutivo – com amplitude para um possível refinamento abductivo – não deixa de ser empregado para a abordagem dos fenômenos inclusos no novo modelo de mente. Dentro do inegociável empirismo de Freud, é esse modelo metodológico que guia a prática terapêutica e é conservado porque subentende que o fenômeno buscado é tão natural quanto aquele que antes guiava a outra linguagem de investigação. Quer dizer, entendendo que tanto a clínica quanto a ciência da natureza compõem um campo comum entre o *Projeto...* e *A interpretação...*, não encontramos razões para supor que Freud abrisse mão do método que já concebe como científico no primeiro desses textos. Ainda mais porque a nossa avaliação desconsidera a possibilidade de que haja uma ruptura com o modelo ontológico quando o terreno de psicologia é formalmente investido e aquela linguagem neurológica do *Projeto...* é, de certa forma, suspensa. Mesmo antes desses textos, em *Sobre a concepção das afasias* (1891), certa hipótese começa a ser anunciada em relação ao que seja o fenômeno psíquico, descrevendo-o como algo que não está “em repouso, mas algo da natureza de um processo” (2008, p. 58). Numa referência que exprime um caráter ontológico subjacente às três concepções de mentes propostas ao longo da obra e que aparecem em cada qual desses três últimos textos citados, o que, por sua vez, permite concluir que Freud jamais abandona a neurologia porque compreende que sua psicologia remete a um compromisso ontológico comum. Ou, de modo ainda mais direto, não há uma ruptura em sua troca de operadores conceituais porque o compromisso ontológico decisivo que o acompanha é o mesmo: o entendimento de que o fenômeno psíquico se revela em um processo e que uma teoria pode ser forjada para explicá-lo.

O recurso a Quine cabe aqui então para cogitar que seria esse o compromisso que ocupa o lugar de um quantificador existencial para a teoria freudiana, permitindo a ele vincular um conjunto de teses e conceitos que emitem caráter ontológico porque são

---

¹³⁰Dentre as possíveis, concordamos com Simanke e Caropreso (2011) quando dizem que uma definição apropriada para a filosofia da mente que Freud assume a partir de *A interpretação...* é o dualismo de propriedades. Para esses autores: “A filosofia da mente de Freud depois do *Projeto* parece definir-se, no máximo, como alguma versão do dualismo de propriedades, concebendo o mental como propriedade emergente que se acrescenta aos processos neurais no nível mais elevado e de maior complexidade de sua organização cerebral” (p. 56).

considerados indispensáveis e porque se referem sempre a um conjunto maior chamado de natureza. Nesta, há o processo e, por meio dele, Freud pode se autorizar a continuar sua investigação independentemente de uma adesão estrita a teses como a do fisicalismo. Na verdade, nossa análise permite supor que as proposições freudianas deixam margem para entender que ele pode e não pode se comprometer com o que determina uma tese metafísica como essa. À medida que ocorre a suspensão da teoria da identidade entre processos mentais e físicos, aplicada no *Projeto...*, o que aparece no lugar são certas metáforas – como a do microscópio – que indicam a adesão do autor a um possível dualismo de propriedades. Só que, mais importante do que mostrar como propriedades físicas e mentais inteiram uma mesma substância, parece ser a focalização destas últimas como objeto principal da teoria e como expressão da parte de “dentro” de um fenômeno supostamente mais abrangente. De tal modo, tais metáforas podem aparecer não necessariamente para indicar uma especulação sobre algo inapreensível, mas, ao contrário, para mostrar justamente aquilo que é possível e indispensável para orientar a investigação. Já a suspensão da caracterização epistemológica dos arredores, o “fora”, pode ser uma maneira de não se comprometer com certas obrigações exigidas por teses de tom reducionista.

Tudo se passa como se a presença do fisicalismo não fosse nem descartada nem propriamente assumida, embora tudo indique que seja ele que efetivamente orbite a parte de “dentro” do fenômeno admissível à investigação metapsicológica. Nesse sentido, pode ser considerado, no máximo, como um *constraint*. Quer dizer, caso fosse possível estender as teses psicológicas ao conhecimento de outro domínio vinculado a esse campo sem recorrer a metáforas, elas deveriam atender às restrições do fisicalismo. Além da biologia como pressuposto necessário para entender concepções fundamentais, aquilo que reforça sua presença é a tentativa de salvar, em *A interpretação...*, uma lista de conceitos forjados no *Projeto...*¹³¹. O fato de que a nova frequência comporta investigar fenômenos anteriormente concebidos sob o estatuto do fisicalismo, manifestado no último texto, indica que o fisicalismo seria um domínio sobrevivente no ajuste proposto. Ainda assim, o que escapa à sentença de metáforas por meio da constituição teórica é a parte de “dentro” do fenômeno. No sentido de que a relação causal entre os fenômenos desse campo se configuram como passíveis de teorização, mesmo com o reconhecimento de que o restante da ciência pode considerá-los como “espumas”.

---

¹³¹ Aquela lista de Sulloway (1992, p. 119) que expomos na segunda seção.

Não é toa, portanto, que o primeiro passo de Freud no campo de sua “nova psicologia” é fundar uma concepção de mente que toma o sonho como veículo principal. Como observamos, o embate para resgatá-lo, tanto dos místicos quanto da ciência médica vigente, precede o pressuposto de que explicá-lo implica a composição de um novo tipo de conhecimento. O sonho se torna o modelo para essa implicação porque corresponde àquele ajuste de frequência, de modo a evidenciar com clareza qual é a parte fenomênica selecionada e como ela é adequada à teoria que está sendo forjada. Entre tantos outros, processos primário e secundário, investimento e, sobretudo, a hipótese de que se trata de realização de desejo sobrevivem ao *Projeto...* para demonstrar que podem ser explicados apesar de uma elaboração completa sobre sua contraparte neurológica. Por mais que os neurônios também orbitem o fenômeno em foco, o modelo do sonho mostra como a parte psicológica pode ser incluída com base em um compromisso não excludente, este que entendemos ser o processo. A evidência para isso pode ser o entendimento de que o Capítulo VII é situado para não “deixar a psicologia suspensa no ar, sem uma base orgânica” (Freud apud Masson, 1986, p. 327). Sem desconsiderar a dimensão neurofisiológica do fenômeno, esse capítulo é estabelecido como uma maneira de ordenar e ressaltar aquilo que pode ser entendido como a melhor explicação possível para a parte psicológica.

Por esse viés, nossa suposição é a de que, em *A interpretação...*, certas exigências epistemológicas são atendidas para suportar a concepção de mente de maneira correspondente com o compromisso ontológico que Freud já havia admitido quase uma década antes. O processo se torna a variável de sua concepção de ciência da natureza porque por meio dele é possível presumir o caráter ontológico de concepções que têm o sonho como um protótipo privilegiado. Enquanto fenômeno eleito para revelar esse caráter ao abrir o caminho na “floresta escura”, o sonho permite a apreensão de outras concepções igualmente fundamentais e presentes desde a década de 1890.

O alcance epistemológico consentido por essa frequência reflete então o próximo passo importante da “nova psicologia”. Trata-se da exploração de uma concepção que, embora já circulando no meio científico, pode agora se adequar ao modelo de mente atualizado em *A interpretação...*, como procuramos examinar na terceira seção desta pesquisa. Nossa defesa ali foi a de que a particularidade do ponto assimilado sobre a sexualidade se revela justamente em seu potencial para esse movimento de adequação. Principalmente o reconhecimento da sexualidade infantil, mas também a exploração de diversos outros aspectos, exigem um arcabouço conceitual sobre a sexualidade com

referência a um universo ontológico cada vez mais concebível sob hipóteses de ordem psíquica. Por efeito do abandono da teoria da sedução e o consequente peso atribuído à fantasia como função causal, eleva-se ainda mais a indispensabilidade da mente como componente teórico. Os *Três ensaios...* emitem essa perspectiva ao promover a sexualidade para um elemento teórico necessário em relação a uma mente concebida em termos dinâmicos. Embora Freud não exponha detalhes nesse texto sobre sua relação com a primeira tópica psíquica, deixa entender que, dali em diante, a composição da teoria da personalidade encontra na sexualidade uma disposição incontornável para atingir o ponto de conexão entre mente e corpo. A prova cabal disso, como sugerimos, é o enlaçamento de um fenômeno que, apesar de não ser inédito, torna-se fundamental para a sintonização entre naturalismo ontológico e metodológico, isto é, o fenômeno inferido por meio do conceito de *Trieb*.

Ao lado disso e de um ponto de vista mais abrangente sobre as ciências da natureza, observamos que os *Três ensaios...* não se distanciam de um padrão de fenômenos estudados pela comunidade próxima a Freud, composta majoritariamente por psiquiatras e sexólogos. Com base em comentadores que recuperam as ideias de Krafft-Ebing e Moll, por exemplo, percebemos um conjunto de conceitos e hipóteses que já compõem um debate na ordem do dia. Uma constatação importante para a triagem daquilo que a proposta freudiana acerca da sexualidade evidencia ou não como atípico no contexto das ciências naturais, sendo que os resultados de nosso exame de fato apontam para uma caracterização de naturalismos que se entrecruzam em diversos aspectos.

Desse modo, ao final, faz mais sentido cogitar que Freud se encontra em uma disputa sobre as melhores teorias para a apreensão de determinados fenômenos do que em um movimento individual de convencimento dos sexólogos e psiquiatras sobre aquilo que os escapa. Mesmo aqueles pontos teóricos que destoam nessa disputa não nos parecem suficientes para considerar Freud como alguém que quebra o padrão normal de pesquisas, tampouco como alguém que propõe uma revolução sobre o assunto.

Nossa perspectiva implica supor que a inserção particular de Freud no debate pode ser mais bem compreendida se observada a partir de uma concepção de mente que necessariamente se vincula ao conceito de *Trieb* e aos seus desdobramentos psíquicos. Diferentemente daqueles conferidos a Krafft-Ebing e Moll, o desafio que se impõe a Freud é mostrar como seria possível se manter em solo científico-naturalista e, ao mesmo tempo, envolver a sexualidade em um campo de fenômenos com uma parcela que apresenta autonomia causal do ponto de vista psíquico. E o contrapeso para a resolução

de tal desafio é o entendimento de que aquela teoria capaz de descrever e explicar esses fenômenos se soma ao conjunto de concepções indispensáveis para a continuidade de sua investigação.

Noutras palavras, a metapsicologia se torna paulatinamente mais indispensável para a naturalização daqueles fenômenos que Freud considera como legitimamente psíquicos. Essa é a conclusão que extraímos da terceira seção e que nos leva a investigar, na quarta, as implicações científico-naturalistas sobre aquele conceito que consideramos como um dos mais centrais para a constituição dessa teoria. Dedicamo-nos ao conceito de *Trieb* porque entendemos que nele convergem não apenas o compromisso ontológico pressuposto, como também aspectos epistemológicos que estão intimamente conectados à natureza do conhecimento científico. Não poderia ser diferente, visto que se trata de um conceito referente a um fenômeno inobservável e, ao mesmo tempo, limite entre o corpo e a mente. Tamanha exigência pode ser equivalente a outros grandes problemas que aparecem para uma psicologia com pretensões naturalistas, como o problema da consciência, da relação mente-cérebro e o da passagem do quantitativo ao qualitativo (simbólico). Entretanto, nossa opção por focar *Trieb* subjaz a observação de que é a esse conceito que Freud se dirige quando reúne enunciados decisivos sobre sua concepção de ciências da natureza. Além do que, neste caso, todos os outros problemas, de uma maneira ou de outra, também intervêm no entendimento do conceito.

Assim, o primeiro parágrafo de *Pulsão...* revela um conjunto de teses sobre o que é ciência da natureza, em um momento significativo da obra freudiana. Após quinze anos sem modificar aquela *frequência epistemológica* e vinte desde que escreve o *Projeto...*, Freud oferece uma atualização sobre posições teóricas que nos permite discutir temas diversos. Dentre eles, o alcance de seu empirismo, a controvérsia realismo/antirrealismo, a teoria de verdade e a interdependência de domínios que ele considera necessários do ponto de vista ontológico. Tudo isso sem perder de vista a referência natureza, dentro de um domínio reconhecidamente metapsicológico.

O modo como estabelece o “material empírico” enquanto referência estável para a observação científica nos leva a supor que confia na independência desse material, o qual revela um fenômeno a ser perseguido, ainda quando de procedência psíquica. Algo que, de acordo com um entendimento desenvolvido em outro lugar¹³², pode refletir uma influência do modo com que Brentano concebe as percepções internas como portadoras

---

¹³²Cf. Carvalho; Monzani (2015, p. 798-802).

de um caráter verdadeiro e real e, por isso, capazes de oferecer “uma grande vantagem” à psicologia em sua classificação própria das ciências da natureza¹³³. Ao aceitarmos que tal disposição reverbera no pensamento freudiano, podemos considerar que o seu empirismo talvez seja mais radical do que se costuma avaliar, até mesmo no que se refere ao entendimento da própria observação. Porque avaliamos que sua atitude epistemológica envolve um território de ciências da natureza sem espaço para um conhecimento advindo de outra ordem, consideramos que sua explicação não pode cogitar a participação de algo de caráter apriorístico.

A questão, portanto, é compreender como uma concepção de ciências da natureza com possível inflexibilidade sobre a ordem das razões do empirismo pode sustentar a independência dos dados empíricos, sem se comprometer com uma ideia de natureza que tem o seu sistema de coordenadas reduzido à dimensão espaciotemporal. Para nós, esse é um ponto que circunscreve bem o desafio freudiano de salvar o naturalismo. Posto que um compromisso com o processo implica a participação de apenas uma dessas coordenadas, a perspectiva epistemológica deve ser compensada para que a naturalização não se torne arbitrária ou tautológica. Caso contrário, a resposta mais adequada àquela provocação de Macmillan (1991) seria a de que Freud está mesmo “massivamente auto iludido”.

Diante disso, nosso exame opta por seguir uma espécie de *in dubio pro reo*. Admitindo a dúvida, resolvemos favorecer Freud e considerar que ele não está auto iludido e que de fato expõe caminhos passíveis de solucionar esse desafio – ou, pelo menos, dissolvê-lo para que haja outras futuras contribuições, visto se tratar de um naturalismo que deve seguir os ditames do falibilismo. Em *Pulsão...* encontramos os argumentos correspondentes, em um tipo de apreensão que supõe coordenadas temporais para um fenômeno inobservável; uma condição que, por sua vez, pode refletir os indícios de um tipo específico de realismo científico, o qual visa buscar a melhor explicação para aquilo que é considerado como indispensável ao fundamento do conjunto teórico. Tanto que esse critério de indispensabilidade parece ser abalizado inclusive em *Pulsão...*, mostrando que para a revelação de tal fenômeno se exige a anunciação daquilo que é

---

¹³³Vale reproduzir aqui esta passagem de Brentano (1874): “Os fenômenos de percepção interna são uma questão diferente. Eles são verdadeiros em si mesmos. Como eles se apresentam, eles são na realidade. Um fato que pode ser confirmado pela evidência com a qual eles são percebidos. Quem poderia negar, então, que isso constitui uma grande vantagem da psicologia sobre as ciências da natureza?” (p. 19-20).

necessário, bem como daquilo que é vulnerável à especulação e reformulação teórica. Apenas para dar um exemplo, vejamos como esse cuidado é aludido no texto:

Propus distinguir dois grupos de tais pulsões primordiais: as pulsões do Eu, ou de auto conservação, as pulsões sexuais. Mas não é conveniente dar a esta classificação o caráter de uma premissa necessária, como, por exemplo, a suposição sobre a tendência biológica do aparelho psíquico (ver acima [página 115]); é uma mera construção auxiliar que só precisa ser mantida enquanto útil e cuja substituição por outra pouco alterará os resultados de nosso trabalho descritivo e ordenação. (Freud, 1915/2001t, p. 119-120)

Freud deixa entender que os possíveis dualismos subtraídos de *Trieb* podem ser considerados como mutáveis, o que certamente reflete aquela sua tentativa de reajuste em *Além do princípio de prazer* (1920) – texto em que ele também deixa claro tratar de especulações teóricas. Em todo caso, como em *Além do princípio...*, o recurso à biologia em *Pulsão...* não pode ser renunciado para a explicação do conceito, já que é posto como necessário. A questão, no entanto, é se essa é uma biologia que necessariamente contabiliza o compromisso ontológico de fenômenos psíquicos, ou se ela implica uma redução e possível eliminação deles. Isto é, uma metapsicologia traduzida para aquela biologia que advém do darwinismo, por exemplo, poderia desconsiderar essas características segundo as quais os fenômenos psíquicos são mais bem compreendidos em termos de processos? Por mais que essa pergunta mereça um capítulo à parte, nossa resposta aqui deve ser negativa, tendo em vista a positividade que vislumbramos para a metapsicologia. A reciprocidade de inferências sobre esses domínios – biológico e psíquico –, sugerida na seção anterior, nos leva a propor, por fim, certa inversão na ordem de sua estimativa: não apenas a metapsicologia é uma teoria insubstituível, como é concebida por Freud como a melhor teoria possível para descrever e explicar aquele compromisso que estabelece.

REFERÊNCIAS

AMACHER, P. L. Freud's neurological education and its influence on psychoanalytic theory. **Psychological Issues**, Madison, CT, v. 4, n. 4, p. 9-93, 1965.

APPELBAUM, J. S. Should psychoanalysis become a science? **The American Journal of Psychoanalysis**, New York, v. 71, n. 1, p. 1-15, mar. 2011.

AYER, A. J. Introdução del compilador. In: _____. (Comp.). **El positivismo lógico**. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1965. p. 9-34.

BASS, A. The status of an analogy: psychoanalysis and physics. **American Imago**, Baltimore, MD, v. 54, n. 3, p. 235-256, fall 1997.

BERNFELD, S. C. Freud's earliest theories and the school of Helmholtz. **The Psychoanalytic Quarterly**, Hoboken, v. 13, n., p. 314-362, 1944.

BORNSTEIN, R. F. The impending death of psychoanalysis. **Psychoanalytic Psychology**, Washington, DC, v. 18, n. 1, p. 3-20, winter 2001.

BRENTANO, F. **Psychology from an empirical standpoint**. London/New York: Routledge, 1995 [1874].

CARNAP, R. Psicología en lenguaje fisicalista. In: AYER, A. J. (Comp.). **El positivismo lógico**. Ciudad de México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1965. p. 171-204.

CAROPRESO, F. S. **O nascimento da metapsicologia**: representação e consciência na obra inicial de Freud. São Carlos: EdUFSCAR, 2008.

CARVALHO, V. O.; MONZANI, L. R. Sobre as origens da concepção freudiana de ciências da natureza. **Scientiae Studia**: Revista Latino Americana de Filosofia e História da Ciência, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 781-809, 2015.

CASSEDY, S. A history of the concept of the stimulus and the role it played in the neurosciences. **Journal of the History of the Neurosciences: Basic and Clinical Perspectives**, Abingdon, v. 17, n. 4, p. 405-432, 2008.

CAZETO, S. J. **A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX**. São Paulo: Escuta, 2001.

COELHO JÚNIOR, N. E. **A força da realidade na clínica freudiana**. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. Notas para a mesa-redonda “conhecer”. In: SEMANA DE PSICOLOGIA DO IP-USP, 8., 2002, São Paulo: Edusp, 2002.

COHLER, B. J.; GALATZER-LEVY, R. What kind of science is psychoanalysis? **Psychoanalytic Inquiry: a Topical Journal for Mental Health Professionals**, Abingdon, v. 27, n. 5, p. 547-582, 2007.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e filosofia: a ideia da natureza**. Lisboa: Presença, 1986.

CRANE, T.; MELLOR, D. H. There is no question of physicalism. **Mind**, Oxford, v. 99, n. 394, p. 185-206, apr. 1990.

CRANFIELD, P. F. The organic physics of 1847 and the biophysics of today. **Journal of the History of Medicine and Allied Sciences**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 407-423, oct. 1957.

_____. Freud and the “School of Helmholtz”. **Gesnerus: Swiss Journal of the History of Medicine and Sciences**, Basel, v. 23, n. 1, p. 35-39, 1966.

DAUPHIN, B. Psychoanalysis: science? humanity? do we want a place or a palace? **The Psychoanalytic Review**, New York, v. 95, n. 6, p. 929-946, dec. 2008.

DAVIDSON, A. I. **The emergence of sexuality: historical epistemology and the formation of the concept**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

DE CARO, M.; MACARTHUR, D. Introduction: the nature of naturalism. In: _____. (Eds.). **Naturalism in question**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004. p. 1-20.

DUPRÉ, J. The miracle of monism. In: DE CARO, M.; MACARTHUR, D. (Eds.). **Naturalism in question**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004. p. 36-58.

ELLENBERGER, H. F. **The discovery of the unconscious: the history and evolution of dynamic psychiatry**. London: Fontana, 1970. p. 77-85.

EXNER, S. **Entwurf zu einer physiologischen Erklärung der psychischen Erscheinungen**. Leipzig: Franz Deuticke, 1894.

FERRETTI, M. G. **Ontogênese e filogênese em Freud**: uma visão de conjunto. 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FORRESTER, J. **A interpretação dos sonhos**: a caixa-preta dos desejos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FREUD, S. On dreams. In: STRACHEY, J. (Ed.). **The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud 5**. London: Hogarth, 1958. p. 629-686. [1901]

_____. **Projeto de uma psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1995. [1895]

_____. A propósito de las críticas a la “neurosis de angustia”. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 3**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001a. p. 117-138. [1895]

_____. Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 1**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001b. p. 191-210. [1893]

_____. Breve informe sobre el psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 19**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001c. p. 199-222. [1924]

_____. Cinco conferencias sobre psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 11**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001d. p. 1-52. [1910]

_____. Conferencias de introducción al psicoanálisis (partes I y II). In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 15**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001e. [1915-1916]

_____. Conferencias de introducción al psicoanálisis (parte III). In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 16**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001f. [1915-1916]

_____. Esquema del psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 23**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001g. p. 133-140. [1938]

_____. Formulación sobre los dos principios del acaecer psíquico. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 12**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001h. p. 217-232. [1911]

_____. Lo inconsciente. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 14**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001i. p. 153-214. [1915]

_____. El interés por el psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 13**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001j. p. 165-192. [1913]

_____. La interpretación de los sueños (primera parte). In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 4**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001k. [1900]

_____. La interpretación de los sueños (segunda parte). In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 5**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001l. p. 345-612. [1900]

_____. Introducción del narcisismo. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 14**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001m. p. 65-98. [1914]

_____. Más allá del principio de placer. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 18**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001n. p. 1-62. [1920]

_____. Las neuropsicosis de defensa. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 3**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001o. p. 41-61. [1894]

_____. **Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis, y otras obras**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001p. (Coleção Obras completas, v. 22). [1933]

_____. Observaciones sobre la teoría y la práctica de la interpretación de los sueños. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 19**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001q. p. 107-122. [1923]

_____. El porvenir de una ilusión. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 21**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001r. p. 1-56. [1927]

_____. Psicopatología de la vida cotidiana. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 6**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001s. [1901]

_____. Pulsiones y destinos de pulsión. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 14**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001t. p. 105-134. [1915]

_____. Las resistencias contra el psicoanálisis. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 19**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001u. p. 223-238. [1925]

_____. Tratamiento psíquico (tratamiento del alma). In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 1**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001v. p. 111-132. [1890]

_____. Tres ensayos de teoría sexual. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Obras completas 7**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001w. p. 109-224. [1905]

_____. **Sobre a concepção das afasias**: um estudo crítico. um estudo crítico. Tradução HONDA, H., da versão original (Leipzig e Viena: Franz Deuticke, 1891), 2008. [1891]

GABBI JÚNIOR, O. F. A leitura freudiana das teorias pré-psicanalíticas sobre o sonho. In: PRADO JÚNIOR, B. (Org.). **Filosofia da psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 139-197.

GIERE, R. N. Naturalism. In: PSILLOS, S.; CURD, M. (Eds.). **The Routledge companion to philosophy of science**. London: Routledge, 2008. p. 213-223.

GORI, R. **A prova pela fala, sobre a causalidade em psicanálise**. São Paulo: Escuta; Goiânia: UCG, 1998.

GRÜNBAUM, A. **The foundations of psychoanalysis**: a philosophical critique. Berkeley: University of California Press, 1984.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEMPEL, C. G. Reduction: ontological and linguistic facets. In: FETZER, J. H. (Ed.). **The philosophy of Carl G. Hempel**: studies in science, explanation and rationality. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 189-207.

HOMMES, O. R. Sigmund Freud. In: ELING, P. (Ed.). **Reader in the history of aphasia**: from Franz Gall to Norman Geschwind. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 169-180.

HONDA, H. O conceito freudiano de pulsão (Trieb) e algumas de suas implicações epistemológicas. **Fractal**: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 405-422, maio/ago. 2011.

HORST, S. W. **Beyond reduction**: philosophy of mind and post-reductionist philosophy of science. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HYPPOLITE, J. A existência humana e a psicanálise. In: BIRMAN, J. (Dir.). **Ensaio de psicanálise e filosofia**. Rio de Janeiro: Timbre Taurus, 1989. p. 77-85.

_____. Filosofia e psicanálise. In: BIRMAN, J. (Dir.). **Ensaio de psicanálise e filosofia**. Rio de Janeiro: Timbre Taurus, 1989. p. 87-123.

_____. Psicanálise e filosofia. In: BIRMAN, J. (Dir.). **Ensaio de psicanálise e filosofia**. Rio de Janeiro: Timbre Taurus, 1989. p. 33-45.

JONES, W. T.; FOGELIN, R. J. **The twentieth century to Quine and Derrida**. 3rd ed. Fort Worth: Harcourt Brace College, 1997.

KIM, J.; SOSA, E.; ROSENKRANTZ, G. S. (Eds.). **A companion to metaphysics**. 2nd ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

KITCHER, P. What is Freud's metapsychology? part I. **Proceedings of the Aristotelian Society**: Supplementary Volumes, Oxford, v. 62, p. 101-115, 1988.

KITCHER, P. S. The naturalists return. **The Philosophical Review**, Durham, v. 101, n. 1, p. 53-114, jan. 1992.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia sexualis**: the classic study of deviant sex. New York: Arcade, 2011. [1886]

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1978.

LEADER, D. **Pé de página para Freud**: uma investigação profunda das raízes da psicanálise. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.

LEBRUN, G. A ideia de epistemologia. In: MOURA, C. A.; CACCIOLA, M.; KAWANO, M. (Orgs.). **A filosofia e sua história**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 129-144.

LUYTEN, P. Unholy questions about five central tenets of psychoanalysis that need to be empirically verified. **Psychoanalytic Inquiry: a Topical Journal for Mental Health Professionals**, Abingdon, v. 35, n. 1, p. 5-23, 2015. Supplement.

MACMILLAN, M. **Freud evaluated: the completed arc**. Amsterdam: North Holland, 1991.

MAKARI, G. J. **Revolution in mind: the creation of psychoanalysis**. New York: Harper Collins, 2008.

MASSON, J. M. (Ed.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MAYR, E. Cause and effect in biology: kinds of causes, predictability, and teleology are viewed by a practicing biologist. **Science**, Washington, DC, v. 134, n. 3489, p. 1501-1506, nov. 1961.

MILLS, J. Psychoanalysis and the ideologies of science. **Psychoanalytic Inquiry: a Topical Journal for Mental Health Professionals**, Abingdon, v. 35, n. 1, p. 24-44, 2015. Supplement.

MONZANI, L. R. **Freud, o movimento de um pensamento**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanços e perspectivas. In: PRADO JÚNIOR, B. (Org.). **Filosofia da psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 108-138.

_____. A teoria freudiana do sonho. In: FULGÊNCIO, L.; SIMANKE, R. T. (Orgs.). **Freud na filosofia brasileira**. São Paulo: Escuta, 2005. p. 135-143.

MONZANI, L. R.; BOCCA, F. V. Novo aporte ético em face da concepção freudiana da sexualidade. **Ipseitas: Revista da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2015.

OOSTERHUIS, H. Sexual modernity in the works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. **Medical History: An International Journal for the History of Medicine and Related Sciences**, Cambridge, MA, v. 56, n. 2, p. 133-155, apr. 2012.

_____. The pre-Freudian modernisation of sexuality: Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. In: VAN HAUTE, P.; WESTERINK, H. (Eds.). **Deconstructing normativity?** re-reading Freud's 1905 Three essays. London: Routledge; New York: Taylor & Francis, 2017. p. 44-54.

PAIS, A. **Inward bound:** of matter and forces in the physical world. Oxford: Oxford University Press, 1986.

PESSOA JÚNIOR, O. A classificação das diferentes posições em filosofia da ciência. **Cognitio-Estudos:** Revista Electronica de Filosofia, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-73, jan./jun. 2009.

PLANCK, M. **Scientific autobiography and other papers.** London: Williams & Norgate, 1950.

POPPER, K. R. **The logic of scientific discovery.** London: Routledge, 2002.

PSILLOS, S. **Philosophy of science A-Z.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

QUINE, W. V. O. **Theories and things.** 2nd ed. Cambridge, MA: Belknap, 1982.

_____. **De um ponto de vista lógico:** nove ensaios lógico-filosóficos. São Paulo: Unesp, 2011.

QUINTANILLA, P. Naturalism and the mind: the final questions. In: GALPARSORO, J. I.; CORDERO, A. (Eds.). **Reflections on naturalism.** Rotterdam: Sense, 2013. p. 33-42.

RAIKOVIC, P. **O sono dogmático de Freud:** Kant, Schopenhauer, Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RESCHER, N. **Process philosophy:** a survey of basic issues. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

RITCHIE, J. **Naturalismo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SAUERTEIG, L. D. H. Loss of innocence: Albert Moll, Sigmund Freud and the invention of childhood sexuality around 1900. **Medical History:** An International Journal for the

History of Medicine and Related Sciences, Cambridge, MA, v. 56, n. 2, p. 156-183, abr. 2012.

SAVOIA, P. Sexual science and self-narrative: epistemology and narrative technologies of the self between Krafft-Ebing and Freud. **History of the Human Sciences**, Thousand Oaks, v. 23, n. 5, p. 17-41, 2010.

SCHAFFNER, A. K. **Modernism and perversion**: sexual deviance in sexology and literature, 1850-1930. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2012.

SCHÜLEIN, J. A. Science and psychoanalysis. **The Scandinavian Psychoanalytic Review**, Abingdon, v. 30, n. 1, p. 13-21, 2007.

SIGUSCH, V. The sexologist Albert Moll: between Sigmund Freud and Magnus Hirschfeld. **Medical History**: An International Journal for the History of Medicine and Related Sciences, Cambridge, MA, v. 56, n. 2, p. 184-200, apr. 2012.

SIMANKE, R. T. Cérebro, percepção e linguagem: elementos para uma metapsicologia da representação em Sobre a concepção das afasias (1891) de Freud. **Discurso**: Revista do Departamento de Filosofia da USP, São Paulo, n. 36, p. 53-92, 2007.

_____. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e humanas. **Scientiae Studia**: Revista Latino Americana de Filosofia e História da Ciência, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 221-235, abr./jun. 2009a.

_____. Realismo e anti-realismo na interpretação da metapsicologia freudiana. **Natureza Humana**: Revista de Filosofia e Psicanálise, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-152, jul./dez. 2009b.

_____. Freud e a sexualidade infantil antes de Freud. In: BIRMAN, J. et al. (Orgs.). **Amar a si mesmo e amar o outro**: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea. São Paulo: Zagodoni, 2016. v. 1, p. 43-63.

SIMANKE, R. T. & CAROPRESO, F. S. A metáfora psicológica de Sigmund Freud: neurologia, psicologia e metapsicologia na fundamentação da psicanálise. **Scientiae Studia**: Revista Latino Americana de Filosofia e História da Ciência, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 51-78, jan./mar. 2011.

SÓFOCLES. **La Antígona de Sófocles**. Madrid: Obelisco, 1889. v. 6.

STROUD, B. The charm of naturalism. In: DE CARO, M.; MACARTHUR, D. (Eds.). **Naturalism in question**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004. p. 21-35.

SULLOWAY, F. J. **Freud, biologist of the mind**: beyond the psychoanalytic legend. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

WALLERSTEIN, R. S. What kind of research in psychoanalytic science? **International Journal of Psychoanalysis**, Abingdon, v. 90, n. 1, p. 109-133, feb. 2009.

WITTGENSTEIN, L. Conversations on Freud. In: WOLLHEIM, R.; HOPKINS, J. (Eds.). **Philosophical essays on Freud**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1982. pp. 1-11.